VADE MECUM

SEGURANÇA PÚBLICA

BRASÍLIA
2010

Ministro da Justiça:
Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto

Secretário Nacional de Segurança Pública:
Ricardo Brisolla Balestreri

Chefe de Gabinete:
Tânia Regina Esper de Freitas Zin Romano

Departamento de Políticas, Programas e Projetos:
Alexandre Augusto Aragon

Departamento da Força Nacional de Segurança Pública:
Luiz Antônio Ferreira

Depto. de Pesquisa, Análise da informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública:
Juliana Márcia Barroso

Departamento de Execução e Avaliação do Plano Nacional de Segurança Pública:
Sidnei Borges Fidalgo

Edição e distribuição:
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/Secretaria Nacional de Segurança Pública

Coordenação:
Alexandre Augusto Aragon.

Organização e revisão:
Lélia Almeida

Projeto gráfico:
Emerson César

Elaboração:
SENASP
Informações:
Telefones (61) 2025-3854 / 2025-3780
Fax: (61) 2025- 9280
senasp@mj.gov.br
http://www.mj.gov.br/senasp

Endereço:
Mistério da Justiça - Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Edifício Sede, 5º andar, sala 500.
CEP: 70064-900

Secretaria Nacional de Segurança Publica
Projeto Segurança Cidadã/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)
SCN QD. 06, Conj. A, Torre A, Edifício Sede, 1º Andar.
CEP: 70.716-900
Telefones: (61) 2025-9328/8957
Fax: (61) 2025-8979
http://www.segurancacidada.org.br

© 2010 Ministério da Justiça.
Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.
Tiragem: 1ª edição - 2010 - 2.000 exemplares
Impresso no Brasil

B823v

Brasil. Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

Vade mecum segurança pública / Secretaria Nacional de Segurança Pública : coordenação: Alexandre Augusto Aragon ; organização e revisão: Lélia Almeida. – Brasília : Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2010.
346 p.

1. Segurança Pública, Brasil. 2. Política de Segurança. 3. Criminalidade, prevenção. 4. Segurança pública, participação social. I. Aragon, Alexandre Augusto, coord. II. Almeida, Lélia, org. III. Título.

CDD 363.1

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do Ministério da Justiça

SUMÁRIO

Introdução 13

1 - POLÍTICAS ESTRUTURANTES 15

Policiamento Especializado de Fronteiras – (PEFRON) 19

Desarmamento 21

Polícia Comunitária 23

Gabinete de Gestão Integrada – (GGI) 25

Projeto Hidroviário 31

Política Nacional de Aviação de Segurança Pública 33

Comissão Interministerial de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais – (CICCIA) 37

Força Nacional de Segurança Pública – (FNSP) 41

Batalhão Escola de Pronto Emprego – (BEPE) 45

Fundo Nacional de Segurança Pública 47

Fundo Nacional de Segurança Pública – Lei, convênios, acompanhamento, Fiscalização e Avaliação 51

Ação Reaparelhamento 55

Acompanhamento e Fiscalização da Execução de Convênios 57

Diretriz Nacional de Uso da Força e Armas de Fogo 61

2 - POLÍTICAS PARA EDUCAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA 67

Matriz Curricular Nacional 71

Formação e Capacitação de Guardas Municipais 75

Trilha do Educador - Curso de Formação de Formadores 77

TREINASP: Centro Regional de Treinamento em Segurança Pública 79

Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública Educação a Distância para Segurança Pública (RENAESP) 81

Selo RENAESP 87

I Prêmio Nacional de Monografias em Segurança com Cidadania Professora Valdemarina Bidone de Azevedo e Souza 93

Rede Nacional de Educação a Distância para Segurança Pública – Rede EAD 95

Jornada Formativa de Direitos Humanos 101

Gestão de Convênios 105

Programa de Construção de Padrões de Qualidade – (PCPQ) 107

3 - POLÍTICAS PARA VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA 109

Centro de Coordenação e Capacitação Policial (CCCP/MERCOSUL) 113

Projeto Bolsa-Formação 115

Plano Nacional de Habitação para Profissionais de Segurança Pública 123

Projeto Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública 125

4 - POLÍTICAS PARA PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA 141

Proteção de Jovens em Território Vulnerável – (PROTEJO) 145

Mulheres da Paz 149

Grupos Situação de Vulnerabilidade - Pacto para Enfrentamento da Violência contra a Mulher 153

Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) 155

Espaços Urbanos Seguros 159

Grupos em Situação de Vulnerabilidade – Crianças e Adolescentes 161

Grupos em Situação de Vulnerabilidade: Crianças e Adolescentes – Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes 163

Grupos em Situação de Vulnerabilidade – População em Situação de Rua 167

Grupos Situação de Vulnerabilidade – Livre Orientação Sexual 169

GT LGBT (Grupo de Trabalho de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) 171

Grupos em Situação de Vulnerabilidade – Idosos 173

5 - POLÍTICAS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO 175

Fortalecimento do controle interno da atividade policial, por meio das Corregedorias de Polícia 179

Fortalecimento de ouvidorias de polícia 181

Ouvidoria da SENASP 2009/2010 183

6 - POLÍTICAS DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA SEGURANÇA PÚBLICA 185

1ª Conferência Nacional de Segurança Pública – (CONSEG) 189

Conselho Nacional de Segurança Pública – (CONASP) 205

Estruturação de Conselhos Municipais de Segurança e Formação de Lideranças Comunitárias 213

7 - PERÍCIA FORENSE

Cooperação com a Fundação Universidade de Brasília – (FUB) 219

Cooperação com o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – (INMETRO) 221

REDE BRASILEIRA DE PERFIS GENÉTICOS (RIBPG) gerenciada pelo Sistema CODIS (Sistema de Índices de Combinados de DNA) 223

Sistema Automático de Impressões Digitais – (AFIS) e Sistema Nacional de Informações Criminais – (SINIC) 225

Pesquisa Modelos Internacionais de Referência em Perícia Forense 227

Pesquisa Nacional de Informações para a Implantação e Gestão de Processos de Qualidade nas Unidades Periciais Brasileiras 229

Capacitação continuada de peritos 231

Aquisição direta de equipamentos de perícia para as unidades da Federação 233

Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – (PNDTR) 235

8 - POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO 241

Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública e Justiça Criminal. 245

Termo Circunstanciado 249

9 - POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO: INFOSEG 251

Sistema Nacional de Identificação de Veículos em Movimento – (SINIVEM) 255

Consulta Integrada 257

Cadastro Nacional de Apreensão de Drogas e Bens Relacionados – (SINAD) 259

Atualização Receita Federal 261

Pessoas Desaparecidas 263

Sistema de Intercâmbio de Informações de Segurança do Mercosul/SISME 265

Indivíduos 267

Integração INFOPEN 269

Formulário Web 271

Condutores 273

Dispositivos Móveis – (DISPMOV) 275

Armas 277

Integração Boletim de ocorrência/BO 279

Veículos 281

Receita Federal 283

INFOPOD 285

Integração INFOPOD - DATASUS 287

Aplicativo Móvel 289

Certificação Digital 291

Integração BNC – INFOSEG 293

Reformulação do Portal INFOSEG 295

10 - POLÍTICAS PARA GRANDES EVENTOS 297
Grupo de Trabalho - Copa 2014, Olimpíadas 2016, Paraolimpíadas 2016 e afins – Grupos de Comando e Controle 301
Centros de Comando e Controle 307
Orientações Unificadas de Procedimentos de Segurança Pública em Eventos Esportivos 311
Projeto de Capacitação para a Copa e Olimpíadas e Encontro de Gestores de Ensino 315

11 - MUNICÍPIOS E SEGURANÇA PÚBLICA 319
Criação do Conselho Nacional dos Secretários e Gestores Municipais de Segurança (CONSEMS) 323
Modernização das Guardas Municipais 325

12 - DIRETRIZES 327
Doutrina Nacional de Policiamento com Motos / Prevenção 331
Padronização Operacional em ocorrências de Crise – Seqüestro 337
Sistema de Comando de Incidentes (parceria com a Embaixada dos Estados Unidos) 341
Canis das Unidades da Federação 343
Política Nacional de Emprego de Tropa Montada (a cavalo) no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública 345

VADE MECUM

SEGURANÇA PÚBLICA

2010

Secretaria Nacional de Segurança Pública

Introdução:

O Vade Mecum da Segurança Pública foi constituído para ser um guia de consulta rápida com o registro das ações realizadas, nestes últimos anos, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça e que sistematiza as principais políticas de Estado para o setor.

Aqui estão alguns dos saberes dos policiais brasileiros, saberes que buscaram estabelecer um padrão de excelência em Segurança Pública e que são, atualmente, exportados para diversos países do mundo. Nele estão registradas as melhores práticas divididas em doze áreas temáticas, avalizadas tanto por especialistas da área como embasadas na legislação vigente.

É um instrumento para ser usado não só pelo gestor, mas também pelo operador de ponta, que trabalha em contato direto com o público.

É recorrente a queixa de que um dos problemas do trabalho nas nossas corporações é a falta de registro e testemunho das nossas experiências, de modo que as novas gerações, eventualmente, têm que passar por toda uma nova construção de experiências e técnicas. O que se busca aqui é facilitar a transmissão de um legado intelectual e adequá-lo ao dia-a-dia da segurança como campo de conhecimento, auxiliando a tomada de decisões das novas gerações adequada aos trâmites das questões relativas à área, junto à esfera federal.

O Ministro da Justiça, Dr. Luiz Paulo Barreto, dando seqüência aos atos de seus antecessores, procura consolidar esta política de Estado, chancelando ao Secretário Ricardo Brisolla Balestreri a interlocução com os entes federados.

Acreditamos que o saber é o bem mais precioso de uma cultura e, como tal, só se consolida quando socializado. Na presente publicação buscou-se respeitar o saber dos profissionais de Segurança Pública, dando-lhes também um instrumento que é um facilitador do seu dia-a-dia.

Alexandre Augusto Aragon

Capítulo 1

POLÍTICAS ESTRUTURANTES

POLÍTICAS ESTRUTURANTES

As políticas estruturantes são compostas por um conjunto de projetos que, atuando de forma integrada, são capazes de transformar, positivamente, a realidade da Segurança Pública no País. A execução destes projetos busca articular secretarias e órgãos das instâncias federal e estaduais, com rigoroso acompanhamento da execução dos convênios firmadas entre ambos. Em suas ações estão presentes a melhora na qualidade do serviço público, o uso racional dos recursos, o desenvolvimento de infraestrutura e a inovação tecnológica.

	Nome do Projeto/Ação: **Policiamento Especializado de Fronteiras – PEFRON**
	Área Responsável pela Implementação: **Secretaria Nacional de Segurança Pública**

Objetivo do Projeto: aparelhar e equipar os 11 (onze) Estados federativos fronteiriços para atuarem, através de grupos de servidores formados por policiais civis, militares e peritos criminais, de forma integrada, na prevenção e repressão qualificada em regiões de fronteira, dentro de suas atribuições, no controle aos crimes típicos de cada localidade, promovendo a cooperação intergovernamental e interinstitucional em segurança pública, no intuito de propiciar a resolução de casos em curto espaço de tempo e com resultados eficientes e satisfatórios.

Público-alvo: população residente na faixa de fronteira nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Estratégias Utilizadas para Implementação: Celebração de Acordo de Cooperação Federativa entre a SENASP e os Estados para implementação, desenvolvimento e consolidação do Programa na faixa de fronteira, capacitações e nivelamento de conhecimento do efetivo disponibilizado pelos Estados para uniformização de procedimentos, aquisição e posterior repasse aos Estados de equipamentos diversos, tais como: uniformes, equipamentos de proteção individual, veículos, armamentos, embarcações, módulos habitáveis, dentre outros.

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**: Criação e coordenação executiva de Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteira, supervisão e fiscalização da execução do objeto pactuado no Convênio, mediante vistorias *in*

loco.

Resultados Esperados do Projeto: Projeto em implantação. Serão 12 unidades de fronteira, devidamente aparelhadas e com efetivo especializado. Política permanente de envolvimento das polícias estaduais no patrulhamento e atuação nas fronteiras secas e hidrovias.

	Nome do Projeto/Ação: **Desarmamento**
	Área Responsável pela Implementação:
	Departamento de Políticas, Programas e Projetos (DEPRO) /Coordenação Geral de Ações de Prevenção em Segurança Pública

Objetivo do Projeto: Sensibilizar a população civil para a entrega voluntária de armas de fogo que estejam em sua posse, com objetivo de reduzir as armas em circulação no país, considerando que estas tem maior probabilidade de serem furtadas ou extraviadas, assim como são um grande risco para a ocorrência de acidentes domésticos, em especial envolvendo crianças, assim como são fatores de risco para a ocorrência de homicídios em situações de conflitos interpessoais e violência doméstica e intrafamiliar.

Público Alvo: População em geral.

Estratégias Utilizadas para Implementação: Estabelecimento de parceria com a Rede Desarma Brasil, a qual congrega em torno de 40 organizações não governamentais, diferentes religiões, profissionais liberais, profissionais de segurança pública, entre outros, os quais possuem enorme expertise no tema, assim como desenvolvimento de estudos e pesquisas, e alto grau de mobilização junto a parlamentares. Celebração de Termo de Parceria com a Rede Desarma Brasil para a realização de uma pesquisa sobre o registro das armas entregues e/ou apreendidas pelos Estados, no sentido de avaliar a qualidade da informação registrada, assim como o grau de articulação com o SINARM – Sistema Nacional de Armas; e a realização de Caravanas pelo Desarmamento, em todas as capitais, realizando debates e a mobilização da população pela entrega voluntária de armas, assim como pelo registro, junto a Polícia Federal, das

que ficarem em posse da população. Parceria com a Polícia Federal no sentido de qualificar tecnologicamente o SINARM, assim como mobilizar as Superintendências Estaduais para atuarem de forma efetiva junto à sociedade civil em seus respectivos Estados e no Distrito Federal.

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**: Acompanhamento da realização das Caravanas, envio de relatórios pela Rede Desarma Brasil das atividades realizadas, assim como controle da quantidade de armas registradas e entregues voluntariamente pela população.

Resultado geral da Ação: Foram registrados em torno de 1,5 milhões de armas de fogo e entregues aproximadamente 15.000; criado Grupo de Trabalho no Ministério da Justiça com representantes da Polícia Federal, incluída a área de perícia técnica, Polícia Rodoviária Federal, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Secretaria de Assuntos Legislativos e integrantes da sociedade civil – Rede Desarma Brasil, sob a coordenação do Gabinete do Ministro da Justiça, no sentido de avaliar pontos do Estatuto do Desarmamento ainda não implementados e que podem ser realizados ainda em 2010 e primeiro semestre de 2011, estabelecimento de nova parceria com a Rede Desarma Brasil para a capacitação da sociedade civil para a instalação de postos para a entrega voluntária de armas em todos os Estados e no Distrito Federal e a elaboração de Decreto, a ser assinado pelo Presidente Lula, instituindo o Dia Nacional da Entrega Voluntária de Armas, a ser no primeiro sábado do mês de julho em cada ano, considerando que a Campanha é permanente.

	Nome do Projeto/Ação: **Polícia Comunitária**
	Área responsável pela implementação: **Departamento de Políticas, Programas e Projetos (DEPRO) e Coordenação Geral do Plano de Implantação e Acompanhamento de Projetos Sociais de Prevenção a Violência (CGPIAPS)**

Objetivo do projeto: Realizar a indução necessária para que os Estados, por meio das Secretarias de Segurança Pública, estimulem nas polícias e na comunidade a ênfase da prevenção da violência com planejamento participativo e colaborativo entre os diversos órgãos de segurança pública e a comunidade através da capacitação de seus policiais e lideranças comunitárias desenvolvida em parceria com a SENASP que utiliza a matriz curricular única de Polícia Comunitária em todo país; e através de convênios para a aquisição de equipamentos para o desenvolvimento desse policiamento preventivo e participativo.

Público-alvo: Profissionais de segurança pública e lideranças comunitárias.

Estratégias utilizadas para implementação: Através de capacitações realizadas pela SENASP-MJ em colaboração com os Estados nos cursos presenciais de Polícia Comunitária e através da celebração de convênios para a aquisição dos equipamentos necessários para a implementação dessa filosofia de trabalho por meio de modalidades de policiamento.

Mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação: Os mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação do projeto se realizam através da certificação e da confecção e distribuição do material didático centralizado na SENASP para todo país. Através também da capacitação

prévia dos docentes dos cursos por meio do Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária e da orientação e acompanhamento das propostas e convênios para alcance das metas da ação, tendo em vista que a meta principal da ação é fazer com que o segmento segurança pública dê maior ênfase à prevenção e participação comunitária.

Resultado geral do projeto: A SENASP-MJ tem realizado essa ação desde sua criação. No entanto, observamos que obteve melhores resultados após a uniformização da doutrina de Polícia Comunitária, em 2006, através da realização de dois cursos: *O Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária*, curso presencial de 80 h/a destinado a oficiais, delegados e inspetores para docência e no *Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária*, curso presencial de 40 h/a, destinado a preparar o policial para trabalhar de forma a enfatizar a prevenção. Mais de 50 mil pessoas foram capacitadas e muitos estados têm realizado o policiamento baseado na fixação do policial em determinados territórios. Destacamos também a importância da responsabilização e envolvimento do policial com a comunidade e o envolvimento do cidadão no contexto de segurança pública. Os resultados variam de Estado para Estado, pois a implementação do projeto depende da decisão política de adesão e implementação, já que o êxito do projeto depende de uma autêntica e eficiente relação de parceria entre a polícia e a comunidade. De todas as maneiras consideramos que a implementação do projeto já representa um êxito, por si só, já que colabora para uma mudança efetiva de cultura que considera, além da ênfase à repressão criminal, o trabalho preventivo da polícia.

	Nome do Projeto/Ação: **Gabinete de Gestão Integrada (GGI)**
	Área Responsável pela Implementação: **Departamento de Políticas Programas e Projetos (DEPRO)**

Objetivo do Projeto: O Gabinete de Gestão Integrada - GGI é um fórum deliberativo e executivo, composto pelos Titulares dos órgãos que operam o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP. Busca discutir e deliberar por consenso questões, estratégias e ações em segurança pública, sem hierarquia e respeitando a autonomia das instituições que o compõem. De acordo com a Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, o Plano Nacional de Segurança Pública instituído em 2003 "propõe que o organismo central de governo deve promover liderança, mobilizar os setores pertinentes, estimular a diversidade dos participantes, engajar a comunidade, mobilizar o maior número de parceiros institucionais e informais, conduzindo o processo segundo as mediações do tripé diagnóstico--planejamento-avaliação" (2009:27). Trata-se, neste sentido, de construir uma cultura e práticas de gestão no enfrentamento da violência e da criminalidade em suas distintas formas e intensidades. Com o objetivo de operacionalizar ações com vistas à fomentar a integração institucional preceituada pelo SUSP foi criado o GGI. Esta instância colegiada foi concebida para ser órgão de coordenação do SUSP - no âmbito da elaboração do Plano Nacional de Segurança Pública entre 2000 – 2003. Entre julho e agosto de 2003, o Ministério da Justiça, por meio da SENASP, celebrou com os Estados e o Distrito Federal um Protocolo de Intenções com vistas a estabelecer uma interface entre a Secretaria Nacional, as Secretarias Estaduais, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal e "buscando identificar os principais focos de violência e criminalidade, propor conjuntamente soluções, com base no Sistema Único de Segurança Pública, e coordenar a atuação dos partícipes, segundo as cláusulas e condições estabelecidas no referido convênio" (idem:28).

O GGI se apoiou inicialmente no conceito de força-tarefa e a partir de atuações integradas em gerenciamento de crises e núcleos de gestão comum de segurança pública existentes no Ministério da Justiça e em algumas unidades federativas. Em 2004, durante sua 22ª Reunião Ordinária, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública - COGESP recomenda prioridade à apreciação de projetos encaminhados pelos Estados que já tenham seus GGI em funcionamento. Constituiu-se o entendimento de que a implantação do GGI passasse a constituir critério fundamental para as transferências de recursos de segurança pública da União para os Estados. Ainda durante o ano de 2004 foram realizadas reuniões regionais com o objetivo de rever fundamentos dos protocolos de intenções, discutir a situação de implementação dos GGI, identificar bons exemplos, nivelar experiências, motivar as unidade ainda inertes e construir propostas para resolução de conflitos interestaduais. A SENASP também promoveu a realização de Fóruns Regionais – no Centro-Oeste, Norte, Nordeste, Sul e Sudeste -, com o objetivo de consolidar a filosofia da gestão integrada e fortalecer institucionalmente os GGI Estaduais. Em 2005 representantes da SENASP realizaram visitas aos GGI "na tentativa de difundir a filosofia e as diretrizes constantes no Plano Nacional de Segurança Pública a respeito do novo modelo de política pública federal de repasses de recursos do Funda Nacional de Segurança Pública para esta área, difundindo prioritariamente a necessidade de criação do SUSP com a adesão dos Estados membros e Distrito Federal, organizado para integrar de maneira prática os órgãos pertinentes ao campo da justiça criminal e conseqüentemente a criação dos Gabinetes de Gestão Integrada, órgão efetivado nos estados para coordenação do referido sistema." (SENASP, 2009:86).

Em 2005 e 2006 foram sistematizadas as principais atividades realizadas pelos GGI Estaduais, as quais se relacionadas aos seguintes temas: Capacitação Policial; Conflitos de Massa; Conflitos Sociais; Contrabando; Crime Organizado; Crimes Ambientais; Crimes Contra a Pessoa; Crimes Contra o Patrimônio; Crimes Eletrônicos; Direitos Humanos; Exploração Infantil; Gerenciamento de Crises; Lavagem de Dinheiro; Operações

de Fronteira; Pirataria; Questões Agrárias; Questões Indígenas; Roubo a Banco e Carros Forte; Roubo de Cargas; Roubo/Furto de Veículos; Tráfico de Armas; Tráfico de Drogas; Tráfico de Seres Humanos; Violência Doméstica; Violência Sexual; Vitimização.

Em 2007 foi instituído o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI com o objetivo de articular ações de prevenção, controle e repressão qualificada da violência e criminalidade. Um importante aspecto do PRONASCI e o reconhecimento do papel dos municípios no que diz respeito à segurança pública. Neste sentido, no primeiro semestre de 2008 foram liberados recursos do PRONASCI para a implantação de GGI municipais. Ao longo de 2008 fomentou, por meio da realização de convênios, a implantação de GGI em 55 municípios em todas as regiões do país, sendo 1 no Norte, 10 no Nordeste, 6 no Centro-Oeste, 25 no Sudeste e 13 na região Sul, totalizando um investimento de aproximados R$ 52 milhões.

O GGI é composto por membros natos e convidados, coordenado pelo Secretário Estadual ou Municipal de Segurança Pública, e formado por demais representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar e Guardas Municipais, entre outros direta e indiretamente ligados a questão de segurança pública. A intenção é contar também com a cooperação ativa do Ministério Público e do Poder Judiciário. O GGI age segundo três linhas mestras de ação: o incremento da integração entre os órgãos do sistema de justiça criminal; a implantação do planejamento estratégico como ferramenta gerencial das ações empreendidas pelo sistema de segurança pública; e a constituição da informação como principal ferramenta de ação policial.

O GGI é formado pelos dirigentes das instituições de segurança pública e se distingue dos Conselhos Comunitários por possuir um caráter deliberativo e executivo, onde, com base em conhecimento técnico qualificado, os principais problemas de segurança pública regional e local são discutidos e se propõem ações para sua prevenção e/ou enfrentamento. Instâncias distintas e complementares em segurança pública, a integração

entre o GGI e os Conselhos que representam a sociedade civil é fundamental para a implantação do SUSP.

Busca-se, sobretudo, a integração institucional em torno da maior eficiência e agilidade das ações de estado no que se refere à prevenção e repressão qualificada da violência e criminalidade. O propósito do GGI é integrar as ações das polícias nas três esferas do Poder Executivo, bem como coordenar a institucionalização do SUSP nos Estados e Municípios, promovendo e facilitando a articulação entre as distintas instituições envolvidas com a questão da segurança pública.

Os objetivos específicos dos Gabinetes de Gestão integrada são os seguintes: implementar as políticas vinculadas ao plano nacional de segurança pública e aos planos estaduais e municipais, observadas as peculiaridades locais; estabelecer uma rede estadual/nacional de intercambio de informações, experiências e praticas de gestão, que alimente um sistema de planejamento em nível nacional, com agendas de fóruns regionais e nacionais; elaborar um planejamento estratégico das ações integradas a serem implementadas; criar indicadores que possam medir a eficiência dos sistema de segurança pública; identificar demandas e eleger prioridades, com base em diagnósticos; garantir um sistema onde a inteligência e as estatísticas trabalhem de forma integrada; difundir a filosofia de gestão integrada em segurança pública; garantir a representação da SENASP para facilitar a comunicação, articulação e o alcance dos objetivos.

O público-alvo: O público-alvo do GGI é composto pela sociedade em geral, mais diretamente as populações de centros urbanos regionais e locais em todo o país, bem como os operadores de segurança pública.

Estratégias Utilizadas para Implementação: Como estratégias de coordenação do SUSP, a SENASP tem viabilizado, por meio da realização de convênios, a criação de Gabinetes de Gestão Integrada nos Estados e municípios em todo o país. Outras atividades realizadas foram: difusão da filosofia da gestão integrada – prevenção e enfrentamento baseado no tripé

diagnóstico-planejamento-avaliação; realização de fóruns regionais e nacionais, reunindo secretários executivos de GGI e especialistas em segurança pública, publicação da memória de implantação dos GGI por meio da obra *Gabinetes de Gestão Integrada em Segurança Pública – Coletânea 2003-2009* (Ministério da Justiça, 2009).

Resultados alcançados e desafios: Nos três primeiros anos de atividade, foram instituídos os GGI Estaduais em todo o Brasil, os quais realizaram conjuntamente mais de 60 (sessenta) operações integradas em segurança pública e atuaram na aprovação de vários projetos de lei Estadual e Municipal para esta área. Até o primeiro semestre de 2006, a maior parte dos Estados que aderiram ao programa SUSP implantaram e implementaram seus respectivos Gabinetes de Gestão Integrada - GGI, estando os mesmos em pleno funcionamento.

Entre 2008 e 2010, o Ministério da Justiça, por meio da SENASP, financiou a implementação de Gabinetes de Gestão Integrada em 142 municípios e em mais dois Estados, totalizando um investimento de aproximadamente R$ 129.885.809,83. É importante observar que no âmbito da implantação dos GGI estão sendo instaladas centrais de videomonitoramento urbano, como vistas a contribuir com a vigilância de áreas públicas com grande circulação de pessoas, bem como áreas consideradas vulneráveis do ponto de vista da segurança. Desde 2008 a SENASP financiou a instalação de mais de 3200 câmeras de monitoramento nos municípios e estados apoiados.

Os desafios que se colocam frente à Ação de Fomento a criação, consolidação e fortalecimento institucional dos Gabinetes de Gestão Integrada – GGI são de várias ordens. Inicialmente podemos considerar como basilar a implementação de políticas vinculadas ao Plano Nacional de Segurança Pública, bem como a construção participativa dos Planos Estaduais e Municipais. Entre outros desafios para o sucesso desta Ação podemos mencionar a importância das seguintes atividades: fomentar o estabelecimento de uma rede estadual/nacional de intercambio de informações, experiências e praticas de gestão,

que alimente um sistema de planejamento em nível nacional, com agendas de fóruns regionais e nacionais; fomentar a elaboração de um planejamento estratégico das ações integradas a serem implementadas; fomentar a criação e implementação dos Planos Estaduais e Municipais; fortalecer a capacidade de planejamento e manejo de informações por meio da consolidação institucional dos Observatórios de Segurança; fomentar a identificação de demandas e eleição de prioridades, com base em diagnósticos; promover a construção de um sistema de informações onde a inteligência e as estatísticas trabalhem de forma integrada; difundir a filosofia de gestão integrada em segurança pública, identificando e divulgando práticas exitosas; avaliar a eficácia e a efetividade dos esforços empreendidos pela SENASP desde 2003 no sentido da formação de uma cultura e práticas de gestão integrada em segurança pública; criar e aplicar indicadores que possam medir a atuação dos GGI e, desta forma, a eficiência do sistema único de segurança pública.

	Nome do Projeto/Ação: **Projeto Hidroviário**
	Área Responsável pela Implementação: **Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (CONPORTOS) do Departamento de Políticas, Programas e Projetos (DEPRO)**

Objetivo do projeto: Fortalecimento das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares Estaduais na atividade portuária / marítima, consolidando-se também como fator de dissuasão para as rotas de crime mapeadas em águas interiores do território, de modo a estabelecer, no médio prazo, impactos de redução de violência e criminalidade nos centros urbanos regionalmente conexos, bem como atuar na fiscalização ambiental e nas ações de busca e salvamento.

Público-alvo: Profissionais de segurança pública.

Estratégias utilizadas para implementação: Aquisição de embarcações e formação, capacitação e treinamento dos policiais e bombeiros militares junto às Capitanias dos Portos (Marinha do Brasil) dos Estados contemplados. As embarcações serão adquiridas diretamente pela SENASP por intermédio de pregão eletrônico e/ou outro meio legal que se apresente mais adequado, em sistema de registro de preços do governo federal, em quantidades definidas, para serem distribuídos aos Estados selecionados, diretamente às Polícias Militares, conforme disposições do projeto. Para o recebimento dos materiais/equipamentos por parte dos Estados selecionados, será elaborado um "Acordo de Cooperação Federativa", entre governo federal e governo estadual, com definições para as obrigações e contrapartidas de cada ente governamental, cabendo aos Estados o compromisso de implementação do serviço, a capacitação e habilitação dos agentes policiais militares e bombeiros militares.

Mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação: Acompanhamento dos dados estatísticos dos registros de ocorrências de ilícitos penais e incidentes a proteção nas vias navegáveis dos Estados contemplados.

Resultado geral do projeto: Como resultado geral do projeto podemos citar: a redução e erradicação dos ilícitos cometidos na área portuária e adjacências. As Polícias Militares dos Estados contemplados terão suas capacidades operacionais ampliadas, mediante a implementação de um novo modal de policiamento, consolidando uma interface operacional com os modais terrestre e aéreos já existentes, ampliando a malha de cobertura do policiamento preventivo e de repressão qualificada em áreas sensíveis à segurança pública, a partir de um combate mais efetivo e sistemático aos vetores de criminalidade encadeados nas vias navegáveis. Por sua vez, os bombeiros militares, ampliarão sua capacidade de resposta para busca e salvamento de pessoas, fechando o ciclo de proteção ao cidadão.

	Nome do Projeto/Ação: **Política Nacional de Aviação de Segurança Pública**
	Área Responsável pela Implementação: **Comissão de Aviação de Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública**

Objetivo do projeto: Implementar políticas públicas para o desenvolvimento da Aviação de Segurança Pública do Brasil, visando atender a crescente demanda dos estados de alcançar o chamado "Brasil Profundo", que são as regiões interioranas que vivem a margem dos recursos dispensados aos estados, e que, muitas vezes, pela deficiência no transporte de meios, aplica todo o recurso de segurança pública e de serviços essenciais à sobrevivência da população, somente na capital, deixando o interior desprovido de atendimento. A SENASP, em meados de 2008, criou a Política de Aviação de Segurança Pública, baseada em três pilares básicos, a seguir: Operações Aéreas e Capacitação, Aparelhamento e Estruturação das Unidades Aéreas Policiais e de Bombeiros e Indução de Doutrina e Legislação própria, onde foram criadas 03 (três) estruturas em seus quadros para atender e operacionalizar tal política.

A *Assessoria Especial de Aviação Policial do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública*, que funciona como o laboratório operacional da aviação de segurança pública no Brasil, onde através de aeronaves próprias ou dos estados realiza operações conjuntas e integradas pelo Brasil, assessora e instrui os estados na implantação e fortalecimento da atividade aérea nas instituições policiais e de bombeiros e fomenta a padronização de procedimentos através de estágios, formação e aperfeiçoamento de pessoal especializado na atividade.

O Conselho Nacional de Aviação de Segurança Pública, que é o colegiado representativo de todos os estados federados e mais o Distrito Federal, o Departamento da Polícia Federal, o Departamento da Polícia Rodoviária Federal e o Departamen-

to da Força Nacional de Segurança Pública, na Presidência do Conselho, onde são tratados assuntos atinentes à aviação de segurança pública, visando à padronização de procedimentos operacionais, de equipamentos, induzindo maior atenção para a segurança de vôo e para o amadurecimento de uma legislação própria e consistente para a atividade, onde se realiza anualmente o Fórum Nacional de Aviação de Segurança Pública. Já realizou três eventos, o primeiro no ano de 2008 na cidade de Brasília-DF e o segundo no ano de 2009 na cidade de Florianópolis-SC, e o terceiro em maio de 2010 na cidade de Salvador/BA, com a participação de todos os estados e unidades aéreas do Brasil.

A Comissão de Aviação de Segurança Pública, formada por um grupo de técnicos da SENASP que visa assessorar o Sr. Ministro da Justiça e o Sr. Secretário Nacional de Segurança Pública, nos assuntos ligados à aviação de segurança pública. Tal grupo analisa processos oriundos dos estados, principalmente para a compra de aeronaves, e assessora os mesmos quanto ao melhor equipamento, de acordo com a operação do solicitante e auxilia-os na execução dos recursos repassados.

Público-alvo: Instituições Policiais Federais e Estaduais e Bombeiros Militares do Brasil.

Estratégias utilizadas para implementação: As estratégias de implementação são implementadas através do reaparelhamento das Unidades Aéreas de Segurança Pública do Brasil, de capacitação e treinamentos dos profissionais envolvidos e da doutrina e integração operacional.

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**: Os mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação se dão através de Assessoria Especial aos estados, fiscalização do convênios e indução de doutrina e padronização.

Resultado geral do projeto: De 2008 a 2010, as ações da SENASP levaram ao aumento de 57% na frota de helicópteros (seja com repasse de recurso, doação ou indução de compra), em comparação aos últimos 10 anos.

A SENASP também realizou o *1º Curso Teórico de Piloto Privado de Helicóptero e Avião*, com a participação da maioria dos estados, onde 60 (sessenta) servidores estaduais e federais foram aprovados nas *Bancas de Avaliação da ANAC* – Avião e Helicóptero. Existem hoje 06 (seis) servidores realizando Mestrado em Segurança Operacional no Instituto Tecnológico da Aeronáutica – *CMAer/MD*, elevando sobremaneira a qualidade do serviço prestado à população.

Sobre os projetos em andamento, a SENASP iniciou o *Programa de Policiamento de Fronteiras*, possuindo um módulo próprio para a aviação que permitirá a mobilidade da tropa empregada e a fiscalização e combate dos crimes fronteiriços, implantando a 1ª Base Aérea de Aviação de Segurança Pública no estado do Mato Grosso do Sul, no município de Ponta Porã, que integrará a estrutura de aviação existente do estado à estrutura da Força Nacional. E também assessorará os estados do Acre, do Amazonas e do Rio Grande do Norte, através da aviação da Força Nacional, para a implantação, reestruturação e operação das aeronaves adquiridas para as ações de segurança pública nos estados.

A SENASP planeja, dentro da política do Ministério da Justiça, continuar, por meio de investimentos anuais, a política de aviação de segurança pública do Brasil, visando a quebra de paradigmas e a renovação de toda a frota de aeronaves estaduais, para o atendimento das demandas atuais e das demandas futuras.

	Nome do Projeto/Ação: **Comissão Interministerial de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais – CICCIA**
	Área Responsável pela Implementação:
	Gabinete do Ministro da Justiça e Departamento de Políticas, Programas e Projetos (DEPRO)

Objetivo do projeto: ampliação e fortalecimento das ações de inteligência, prevenção e repressão às infrações aos crimes ambientais, propiciando a maior integração e cooperação entre Ministérios e os Órgãos Públicos Federais que atuam com este foco, bem como a melhora da gestão estratégica e da qualificação das informações na tomada de decisões sobre estratégias para ações e operações de combate ao desmatamento nos Estados da Amazônia Legal.

Público-alvo: As comunidades locais, em especial nos ambientes de atuação, e ao cidadão brasileiro em geral, agindo em especial no combate ao desmatamento nos Estados da Amazônia Legal (Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Maranhão e Tocantins) .

Estratégias Utilizadas para Implementação: Operações e ações integradas entre os Ministérios da Justiça e do Meio-Ambiente, utilização de um sistema de inteligência compartilhado e constituído pelos diversos órgãos atuantes, imagens de satélites, meios de logística e capacidade de atuação em maior número de agentes e melhor qualificação. Estes procedimentos se dão com o intuito de promover, de forma consensual, a atuação operacional em conjunto, com eficiência e eficácia, no combate aos crimes e infrações ambientais, sempre que haja a necessidade apontada através das avaliações de inteligência, quer seja por requisição dos Estados Membros, ou dos Órgãos que compõe a Comissão. A atuação e intervenção acontecem conforme a identificação das demandas regionais, elencando as priorida-

des conforme a relevância da prática do delito ambiental e sua gravidade relacionada aos impactos ambientais e resultante degradação no ambiente natural, ecossistemas, biomas e biotas. A identificação do cenário dos delitos ambientais, dos grandes polígonos de desmatamento e o potencial de degradação se dá nas Unidades de Conservação, Reservas Indígenas, Terras Públicas e Áreas de Preservação Permanentes, sendo estas as bases empregadas como sendo prioritárias para atuação, identificando além do desmatamento, as condutas irregulares no controle dos cortes em florestas considerados legais, ou seja, com o necessário Plano de Manejo. Assim, é incluída nestas estratégias a identificação das transações de "créditos virtuais" e, conseqüentemente, ao "esquentamento de madeira" atuando nas empresas que mais se beneficiam economicamente da retirada da madeira, o que sobremaneira ampliou a eficiência nos flagrante nos estabelecimentos de corte, processamento e comércio dos produtos florestais protegidas e degradados.

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**: Sistema integrado de satélites, estudos estatísticos e fiscalização pelos diversos órgãos que atuam em conjunto e também nos ambientes de atuação.

Resultado geral do Projeto: A integração dos órgãos e instituições dos Ministérios da Justiça e do Meio Ambiente para a consolidação da ação que passa a ser uma importante política de Estado, regulamentada através de Decreto Federal e com previsão orçamentária, garantindo a eficiência e eficácia, com reconhecida redução do desmatamento ilegal e irregular nos ambientes de atuação. Segundo as medições feitas em 2009 foi constatado o menor nível de desmatamento na Amazônia Legal desde 1988 (PRODES – Programa de monitoramento do desflorestamento na Amazônia Legal). Ainda segundo os programas de desmatamentos empregados, DETER (Sistema de detecção do desmatamento em Tempo Real), no mês de Julho de 2010 foi detectado uma queda no desmatamento ilegal nos Estados da Amazônia Legal, de 49% em relação ao mesmo período de 2009.

Importante citar os demais parceiros de capital importância para a concepção e execução desse projeto: Departamento da Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP), Departamento da Policia Federal (DPF), Departamento da Polícia Rodoviária Federal (DPRF), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes De Conservação Da Biodiversidade (ICMBIO), Agência Brasileira De Inteligência (ABIN), Sistema Integrado De Proteção Da Amazônia (SIPAM).

As ações tiveram início em 2008 nos estados de Mato Grosso (Sinop, Juína, Nova Guarita, Cláudia, Marcelândia, Aripuanã e Alta Floresta) Rondônia (Guarajá-Mirim, Cujubim, Buritis, Machadinho do Oeste, Nova Califórnia, Vista Alegre do Abunã, Vila Estrema, Jaci - Paraná, Nova Mamoré, Ariquemes, Alto Paraíso, Jaru, Monte Negro e Porto Velho) Pará (Belém, Santarém, Tailândia, Arapiuns, Novo Progresso, Paragominas, Altamira, São Félix do Xingu,) Maranhão (Pindaré Mirim, Açailândia, Alto Brasil, Arame, Amarante, Bom Jesus das Selvas, Brejo, Buriticupu, Conceição do Lago Sul, Grajaú, Imperatriz, São Lourenço, São Luis, São Mateus, Tufilândia, Turiaçu, Várzea Grande e Zé Doca) e Amazonas (Lábrea), Estados e Municípios que evidenciaram ser efetivamente polígonos de desmatamento, definidos através de ferramentas de inteligência e tecnologia da informação, como utilização de imagens de satélites e geoprocessamento, resultado da eficiência da integração das informações na produção do conhecimento. As políticas públicas aplicadas neste modelo integrado e sistêmico de gestão sócio-ambiental, também possibilitam que o Governo Federal, além de atuar fortemente com ações e operações de fiscalização ambiental, o que tem assegurado a redução do desmatamento, atue com outras políticas públicas, direcionadas as comunidades mais afastadas, onde estão efetivamente ocorrendo os grandes crimes ambientais, incluindo nestes processos a OPERAÇÃO ARCO VERDE. Esta operação, vinculada ao Gabinete da Presidência da República, que agrega em suas ações dezessete Ministérios do Governo Brasileiro, conta atualmente com três mil trezentos e sessenta ações já desenvolvidas e em desenvolvimento, assegurando as necessidades básicas indisponíveis e outras que evidenciam

a capacidade do Estado em promover a tranqüilidade e a segurança das comunidades, até então influenciadas pelos processos relacionados ao desmatamento, já que subsistem da renda deste processo. Os resultados, obtidos através dos esforços conjuntos dos órgãos integrantes da CICCIA, traduzem uma considerável redução no desmatamento nas áreas de atuação e o aumento das apreensões de madeiras e equipamentos utilizados na extração ilegal. A transformação da realidade quanto aos crimes e infrações ambientais fortalece a certeza de sua continuidade, de forma efetiva, permanecendo a responsabilidade de a CICCIA viabilizar a capacitação e o nivelamento técnico, e a necessária contrapartida em meios materiais e equipamentos que ampliem o potencial de fiscalização ambiental e a plena autonomia de atuação dos entes federados.

Para saber mais, acesse www.mj.gov.br ou solicite maiores informações junto aos órgãos ambientais de sua cidade.

	Nome do Projeto/Ação: **Força Nacional de Segurança Pública (FNSP)**
	Área Responsável pela Implementação: **Departamento da Força Nacional de Segurança Pública (DFNSP)**

Objetivo do Projeto: A FNSP é um projeto de cooperação entre os Estados-Membros e a União Federal a fim de executar, através de convênio, atividades e serviços imprescindíveis à preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, atuando também em situações de emergência e calamidades públicas. Não se trata de uma tropa federal já que a atuação nos estados é dirigida por seus gestores. É sim, uma integração entre os estados federados e a União, passando esta a prestar apoio aos órgãos de segurança federais e estaduais, sob a coordenação do Ministério da Justiça. Ou seja, são os Estados que auxiliam o Estado solicitante. Foi criada através do Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, posteriormente, com o advento da Lei 11.437/2007, o Distrito Federal foi incluído no projeto mantendo-se as mesmas finalidades. Em 2008, através da PORTARIA do Ministério da Justiça nº 0394/08, de 04 de março de 2008, as atribuições da FNSP foram ampliadas, abrangendo também a cooperação com os órgãos de segurança federais. A Força Nacional de Segurança Pública representa uma alternativa, viável, concreta e eficaz de prevenção, preservação e restauração da ordem pública, proporcionando à sociedade em geral a sensação de segurança desejável, constituindo-se em esforço conjunto dos Estados e da União, através do princípio de Cooperação Federativa. Importante frisar que a autonomia administrativa e operacional do ente solicitante não é afetada, ou seja, a Força Nacional não tem caráter de "Força de Intervenção", respeitando o "pacto federativo". Portanto, cabe aos gestores da segurança pública solicitante, o comando operacional das missões, permanecendo a FNSP atuando em apoio, mas respeitando os seus princípios técnicos e operacionais repassados em sua formação.

Público-alvo: A Força Nacional é composta por Policiais Militares, Bombeiros Militares, Policiais Civis e Peritos dos Estados membros, além de Policiais Rodoviários Federais e Policiais Federais.

Estratégias utilizadas para implementação: A inclusão dos servidores à FNSP, após serem selecionados na origem, pelos Estados e Distrito Federal, se dá através da realização de um curso de capacitação denominado INC (Instrução de Nivelamento de Conhecimento), oportunidade em que estes agentes são submetidos a treinamento físico e intelectual sobre várias disciplinas, destacando se a doutrina de Direitos Humanos, Defesa Pessoal e Uso Progressivo da Força, entre outras. Atualmente, o efetivo da FNSP conta com policiais militares e bombeiros militares de 23 (vinte e três) estados da Federação. Frequentaram as "INC", estão habilitados a pertencerem à Força Nacional, 10.112 policiais e bombeiros brasileiros.

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**: A Inspetoria da Força Nacional é a responsável pelo acompanhamento das operações, bem como da atuação dos agentes nas operações.

Resultado geral do projeto: Em 2004 a FNSP realizou a sua primeira missão, no Estado do Espírito Santo, procurando restabelecer a ordem pública daquele ente federativo. Ao todo, a FNSP já realizou 24 (vinte e quatro) diferentes operações, em 14 (quatorze) Estados, todas de suma importância para a preservação da paz social, dentre elas: Rio de Janeiro (2007-2008): a primeira dividiu-se em Operação Pré-Pan, Jogos Para e Panamericanos e ao término dos jogos, foi criada a Operação específica para atuação na orla e pontos turísticos do Rio de Janeiro, vias expressas e Complexo do Alemão; Pará, Rondônia e Mato Grosso (2007-2008): operação com a finalidade de apoiar a Polícia Federal na operação Arco de Fogo de combate ao desmatamento; Santa Catarina (2008): a Operação Labrador, realizada no período de 27 de novembro à 8 de dezembro de 2008, mi-

litares e doze cães foram mobilizados para a localização, resgate e salvamento das vítimas na região do Vale do Itajaí; Rio de Janeiro, Acre e Distrito Federal (2008): no período de 24 de novembro à 21 de dezembro de 2008, executando ações de policiamento de proximidade com a comunidade nas Capitais dos Estados do Rio de Janeiro e Acre, e no Distrito Federal; a fim de apoiar os órgãos componentes do sistema de segurança pública locais na segurança do lançamento do Projeto "Territórios de Paz"; Rondônia (2008-2009): a Operação Roosevelt, iniciada em 23 de dezembro de 2008, executou ações de policiamento ostensivo com a finalidade de apoiar a Polícia Federal na prevenção à extração clandestina de minérios no interior da Reserva Indígena Roosevelt, no Estado de Rondônia. Prorrogada até 30 de julho de 2009. Ressalte-se que a Força Nacional atua em diversas frentes atinentes à Segurança Pública, não só em ações policiais, onde alcançou índices de redução de criminalidade de até 53% (no entorno do DF), como em ações de Defesa Civil, através de seu Grupamento de Bombeiros, realizando em Santa Catarina e no Rio de Janeiro, cerca de 465 salvamentos por ocasião das chuvas que atingiram aqueles Estados. Além disso, seu braço ambiental, permanentemente instalado na *Amazônia Legal*, é diretamente responsável pela maior redução do desmatamento dos últimos 20 anos, permitindo ao Brasil atingir, já em 2009, as metas estabelecidas pelo Protocolo de Kioto para 2014.

Quando de sua criação em 2004, por não possuir na época uma tropa de pronta-resposta, a FNSP necessitava de grande demanda de tempo para sua mobilização, cerca de uma semana, após o pedido emergencial do Governador do Estado solicitante. Nesta ocasião, atuava em apoio aos Estados-Membros na exclusiva execução de policiamento ostensivo, nos casos de perturbação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio. Evoluiu-se para uma tropa de "pronta-resposta" sediada em Brasília, no Batalhão Escola de Pronto-Emprego (BEPE), o qual conta com 540 profissionais, capacitados a agirem imediatamente. Os integrantes do BEPE (Batalhão de Escola de Pronto Emprego) da FNSP permanecem cedidos por um período de um ano, prorrogado por mais 30(trinta) dias. Quanto

aos demais integrantes da FNSP, em regra, permanecem por 60 (sessenta) dias, prorrogados por mais 30 (trinta) dias, ressalvada estipulação contrária entre os pactuantes.

Além disso, ampliou-se a cooperação, não só com os Estados-Membros e Distrito Federal como também em apoio aos órgãos policiais federais como a Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, e entidades públicas federais, como a FUNAI. Além disso, suas atribuições não mais se resumem a atuação em policiamento ostensivo, atuando também no combate aos crimes ambientais, ações de polícia sobre grandes impactos ambientais negativos, realização de bloqueios em rodovias, atuação em grandes eventos públicos de repercussão internacional e ações de defesa civil em caso de desastres e catástrofes.

	Nome do Projeto/Ação: **Batalhão Escola de Pronto Emprego (BEPE)**
	Área Responsável pela Implementação: **Departamento da Força Nacional de Segurança Pública**

Objetivo do projeto: O BEPE em parceria com a CGTC/ DFNSP possui o encargo de primar pela capacitação dos colaboradores eventuais mobilizados pela Força Nacional, por intermédio de Módulos Temáticos, sendo que após o encerramento do ciclo de capacitação, os militares em curso no BEPE seguem para as diversas missões da Força Nacional no Território Brasileiro, visando colocar em pratica o treinamento adquirido.

Público alvo: Policiais militares, bombeiros militares, policiais civis, policiais rodoviários federais e policiais federais.

Resultado geral da ação: Em seu surgimento o Batalhão contou com um efetivo de 150 homens e mulheres, os primeiros militares chegaram à unidade no dia 29 de setembro de 2008 oriundos dos estados de Alagoas, Maranhão e Rio Grande do Sul, sendo disponibilizados por cada um destes estados 50 policiais para a capacitação prevista. No dia 12 de dezembro de 2008 o Senhor Ministro de Estado da Justiça, renomeou o BATALHÃO ESPECIAL DE PRONTO EMPREGO, que passou a ser BATALHÃO ESCOLA DE PRONTO EMPREGO (BEPE), através da Portaria nº2517, com esta denominação o batalhão incorporou a missão de unidade escola, adotando a filosofia de estar sempre pronto para atuar em qualquer local do país conforme as determinações do MJ. Após um ano de estudos, entremeado por operações, os profissionais mobilizados são deslocados novamente para seus estados, retornando com um legado material e cultural, o que facilita a criação de unidades especializadas de Polícia Militar e de Bombeiro Militar em todo o País.

	Nome do Projeto/Ação: **Fundo Nacional de Segurança Pública**
	Área Responsável pela Implementação: **Secretaria Nacional de Segurança Pública**

Objetivo do projeto: Criado em 2001 o Fundo Nacional de Segurança Pública vem com nos cinco eixos de atuação gestão do conhecimento; reaparelhamento; formação e valorização profissional; reorganização das instituições de segurança pública; estruturação e modernização da perícia; inteligência policial; prevenção da violência; controle externo e participação social.

Público-alvo: órgãos de Segurança Estaduais e Municipais.

Estratégias utilizadas para implementação: Com o objetivo de nivelar a distribuição dos recursos do fundo nacional de segurança pública, em 2003 foi criado um sistema distribuição de recursos que se pauta na real necessidade dos Entes federados. O uso destes índices permitiria determinar qual o percentual dos recursos do fundo devem ser direcionados para cada UF.

Como estratégia para apresentação dos projetos a senasp não adquire e nem patrocina:

- Fuzis (de qualquer tipo);
- Carabinas de calibres diversos ao .40, .30 e 5.56 (observando-se a destinação para grupos ordinários e especiais);
- Pistolas de calibre diverso do .40;
- Metralhadoras de Calibre diverso do .40, ou deste, com rajada contínua/total;
- Viaturas descaracterizadas, tanto para a PM como para a PC;
- Convênios e contratos de repasse, cujo valor seja inferior a R$ 100.000,00 (cem mil reais);

- Bens de caráter investigativo para as Policias Militares e ostensivo para as Polícias Civis;

E o conselho gestor do fundo elaborou algumas recomendações como:

- A aprovação dos projetos estaduais seja condicionada à instalação do Gabinete de Gestão Integrada.
- Registrar no projeto o número de servidores a ser beneficiado pelo projeto.
- Ao estado que pleitear em um projeto a construção de uma obra e em outro a aquisição de mobiliários e/ou equipamentos a serem instalados no novo edifício, que se estabeleça uma articulação entre o desempenho da obra e desembolso para a aquisição destes bens, a fim de que haja uma sincronia entre os gastos.
- Que sejam priorizados os projetos de prevenção da violência contra crianças e adolescentes.
- Considerando que o Conselho faz a análise prévia dos projetos por intermédio da Nota Técnica da SENASP, o Conselho RECOMENDA, que esta deverá estar suficientemente detalhada de forma a propiciar a compreensão plena do projeto, devendo ser anexada à Nota Técnica a relação de bens do projeto.
- Que os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública sejam aplicados em projetos *estratégicos* ou em complementação às ações estratégicas de segurança pública do Estados, ou seja, os projetos deverão enfocar ações que propicie impacto na segurança pública.
- Aos estados e municípios que incluam nos projetos básicos mais de uma cotação de preço e que não insiram na relação de bens marcas para definir o bem a ser adquirido, e sim o seu nome técnico.
- Que no âmbito da ação "Unidades Funcionais" que as reforma de delegacia/batalhões não se torne uma prática e que projetos dessa natureza sejam levados à consideração do Conselho apenas em casos excepcionais, uma vez que uma reforma não deve ser encarada como aplicação estratégica.

- Que, a equipe técnica da SENASP, verifique e oriente o Estado, quando for o caso, a colocar o nome do projeto compatível com o seu Conteúdo.
- Aos estados que não encaminhem pleitos solicitando a criação de programa para Boletim Unificado de Ocorrência, haja vista que o Fundo já custeou programa com está finalidade, havendo interesse poderá ser disponibilizado ao Estado cópia do programa existente.
- Ao estado/município que vier a pleitear a construção de Centro Integrado de Cidadania – CIC que busque parcerias financeiras não só do Fundo Nacional de Segurança Pública como também dos órgãos que irão compor o CIC.
- Aos estados e municípios que não insiram nos projetos despesas operacionais (papel, cartuchos/toner para impressoras, bobina para fax, clips, grampeador, luvas, fronhas, lençóis, caneta etc), haja vista que o Fundo Nacional de Segurança Pública não mais apoiará tais despesas, excepcionando-se o material didático a ser utilizado em cursos e oficinas no âmbito das ações Valorização Profissional e Prevenção da Violência.
- Aos Estados e Municípios que optem, seguindo o princípio da economicidade, por aquisições de bens com características/especificações simples (sem luxo ou ostentação) e de valor módico.
- À SENASP que faça o monitoramento dos projetos que solicitarem aquisição de armamento não-letal e que oriente os Estados a fazerem um estudo científico para averiguar a efetividade de uso do referido armamento, sendo necessário para isto que a aquisição seja feita em quantidade suficiente para um estudo científico e que a distribuição do armamento seja em um único batalhão/corporação.
- Aos estados que optem também por a aquisição de armamento não-letal.

Mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação: As propostas aprovadas pelos gestores da Secretaria Nacional de Segurança Pública, são encaminhadas para apreciação do conselho gestor do Fundo, que é composto por representante Casa Civil, GSI, Ministério do Planejamento, Ministério Público e Ministério da Justiça, após aprovação deste conselho gestor os recursos são empenhados e enviados aos Estados.

Resultado geral do projeto: Articular as ações das instituições nas esferas estaduais e municipais no campo da segurança e da justiça criminal, a partir dos seguintes eixos de atuação: gestão do conhecimento; reaparelhamento; formação e valorização profissional; reorganização das instituições de segurança pública; estruturação e modernização da perícia; inteligência policial; prevenção da violência; controle externo e participação social.

Informações imprescindíveis para a avaliação da proposta pela área técnica da SENASP no SICONV:

Na proposta:

Objeto a ser executado (Art. 1º, XIII, da Portaria Interministerial nº 127/2008): A descrição do objeto do convênio deve manter coerência com as metas a serem atingidas, deve estar em conformidade com as definições legais e com a finalidade da ação reaparelhamento.

Na justificativa: A justificativa deverá ser estruturada em tópicos, conforme previsto no **inciso II do art.15, da Portaria Interministerial nº 127/2008.**

Na Aba Dados (no campo: Arquivos Anexos - Capacidade Técnica e Gerencial do Proponente (15, V, da Portaria Interministerial nº 127/2008): O proponente deverá apresentar informações que atestem sua capacidade técnica e gerencial, além da capacidade operacional para utilização dos bens. Para tanto, o proponente deverá declarar e enviar documentos que comprovem que no seu quadro de funcionários há servidores com qualificação profissional adequada e em quantidade suficiente para execução do convênio, bem como para utilização dos bens.

Estimativa de Recursos Financeiros (Inciso I do art. 2º do Decreto nº 6170/2007 e Art.15, III, da Portaria Interministerial nº 127/2008).

Repasse a ser realizado pela concedente: (de acordo com o ofício circular da SENASP).

Contrapartida prevista para o proponente: (porcentagem de acordo com a região).

Recursos para exercícios futuros: (este campo deverá

ser preenchido somente se o repasse for parcelado e ultrapassar o exercício atual).

Previsão de prazo para a execução (Art.15, IV, da Portaria Interministerial nº 127/2008): Data da proposta; Data de início prevista para a vigência; Data de término previsto para a vigência. O prazo de vigência apresentado terá que estar compatível com o planejamento da execução do convênio.

No Plano de Trabalho (Conforme a Portaria Interministerial nº 127/2008):

Justificativa para a celebração do instrumento (Art. 21, I)

Este item deve constar na justificativa da proposta e relaciona-se exclusivamente ao objeto que será pactuado.

Descrição completa do objeto a ser executado (Art. 21,II)

Descrição das metas a serem atingidas (Art. 21, III)

Definição das etapas ou fases da execução (Art. 21, IV)

Cronograma de execução do objeto e cronograma de desembolso (Art. 21, V)

Plano de aplicação (Art. 21,VI).

No Termo de Referência (artigo 1º, § 1º, XX e artigo 23), da Portaria Interministerial nº 127/2008): O Termo de Referência deverá ser elaborado conforme o modelo em anexo. Incluir no Termo de Referência pesquisa mercadológica dos bens a serem adquiridos (no mínimo três, conforme determina o artigo 1º, § 1º, XX, da Portaria Interministerial nº 127/2008. Os valores pesquisados deverão ser consolidados em uma planilha impressa em papel timbrado do órgão e assinada pelo representante do estado (nome e cargo), na qual constará: o bem pesquisado, as três empresas consultadas (nome e telefone), a forma da pesquisa (internet, carta consulta, etc), os preços cotados e a data da pesquisa. É vedada a inclusão de marcas de produtos na discriminação dos bens.

Orientação sobra META, ETAPA, FASE:

Exemplo: Objeto: Reaparelhar as Delegacias da Polícia Civil, com veículos, armamentos e equipamentos, visando melhorar a capacidade operacional dos policiais e oferecer um serviço de qualidade à população.

META	ETAPA/ FASE	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			UNID	QUANT	INÍCIO	TÉRMINO
1		Reaparelhamento da 1ª DP				
	1.1	Aquisição de veículos caracterizados				
		Veículo tipo sedan	Unidade	10	01/09/09	01/09/10
		Veículo tipo pick-up	Unidade	15	01/09/09	01/09/10
	1.2	Aquisição de armamento letal				
		Pistola .40	Unidade	50	01/09/09	01/09/10
		Carabina .30 para Grupos Especiais	Unidade	15	01/09/09	01/09/10
	1.3	Aquisição de equipamentos de proteção				
		Colete Balístico				
2		Reaparelhamento da 2ª DP				
	2.1	Segue a mesma lógica da META 1				
		Elencar os materiais a serem adquiridos nesta Meta	Unidade	?	?	?

Modelo de Planilha para consolidação dos dados referentes à pesquisa mercadológica:

TIMBRE

Discriminação do Bem	Valor Cotado			Data	Forma da Pesquisa
	Empresa 1	Empresa 2	Empresa 3		
Cadeira	Nome: End.: Telefone: Preço:				Internet? Carta convite? Telefone?

Data:_____/_____/_____

Responsável no Estado: _____

Cargo: _____

Matrícula: _____

Resultado geral do Projeto: Reaparelhar com os recursos recebidos na Ação, o maior número de instituições de segurança Pública (Polícia Militar, Civil e Corpos de Bombeiros Militares), de forma a possibilitar uma prestação de serviço de qualidade para a população.

	Nome do Projeto/Ação: **Ação Reaparelhamento**
	Área Responsável pela Implementação:
	Coordenação-Geral de Gestão, Acompanhamento e Avaliação Técnica do Plano Nacional de Segurança Pública (CGATEC)

Objetivo do projeto: Elaboração de propostas voltadas para o reaparelhamento da segurança pública (polícia militar e civil e corpos de bombeiros militares) que tragam efetividade e resultados positivos para a sociedade e que atendam aos órgãos de controle, de acordo com as exigências legais. Apoiar propostas que visem à aquisição de bens voltados ao emprego operacional das instituições de Segurança Pública como armamento e munição letal e não letal, equipamentos de proteção individual, aeronaves (caracterizadas), veículos (caracterizados), embarcações (caracterizadas), equipamentos de radiocomunicação, mobiliário e materiais diversos para utilização na at ividade administrativa funcional dos órgãos de segurança pública. Reaparelhar as Delegacias da Polícia Civil, com veículos, armamentos e equipamentos, visando melhorar a capacidade operacional dos policiais e oferecer um serviço de qualidade à população.

Público-alvo: Órgãos de Segurança Pública e comunidade em geral.

Estratégias utilizadas para implementação: Definição das necessidades, por meio da aplicação direta ou por meio de transferências voluntárias (convênios) entre o Ministério e os entes federados.

Mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação: Os mecanismos de acompanhamento, monitora-

mento e avaliação são os regulados pela Lei 10.201/2001 e pelo Decreto 6.170/2007 e pela Portaria Interministerial 127/2008. Restrições: não será patrocinada pela SENASP a aquisição de: Fuzis (de qualquer tipo); carabinas de calibres diversos ao .40, .30 e 5.56 (observando-se a destinação para grupos ordinários e especiais); pistolas de calibre diverso do .40; metralhadoras de Calibre diverso do .40, ou deste, com rajada contínua/total; viaturas descaracterizadas, tanto para a PM como para a PC; convênios e contratos de repasse, cujo valor seja inferior a R$ 100.000,00 (cem mil reais); bens de caráter investigativo para as Policias Militares e ostensivo para as Polícias Civis.

Resultado geral do projeto: Reaparelhar com os recursos recebidos na ação, o maior número de instituições de Segurança Pública (Polícia Militar, Civil e Corpos de Bombeiros Militares), de forma a possibilitar uma prestação de serviço de qualidade para a população. Do período de 2006 a 2010 foram beneficiadas 1.005 instituições de segurança pública, num montante de 284.823.833,00.

	Nome do Projeto/Ação: **Acompanhamento e Fiscalização da Execução de Convênios**
	Área Responsável pela Implementação: **Coordenação Geral de Fiscalização de Convênios (DEAPSEG)**

Objetivo do projeto: Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos federais transferidos por meio de convênios firmados com os entes federados e municípios.

Público-alvo: estados e municípios.

Estratégias utilizadas para implementação: princípios de controle interno.

Estado da arte: execução dos convênios com a boa e regular aplicação dos recursos públicos federais.

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**: 1- principais ações de controle visando eliminar reincidências de falhas ocorridas na execução dos convênios: demandas encaminhadas aos convenentes, contendo orientações a respeito das falhas ocorridas e solicitando ações corretivas quando possível; visitas aos convenentes no intuito de efetuar acompanhamento e fiscalização "in loco", referentes à execução dos convênios firmados, bem como a boa e regular aplicação dos recursos; prestar orientações aos convenentes via telefone, e-mail, fax, entre outros, no sentido de facilitar a execução de acordo com as normas vigentes; 2- implementação de ações objetivando intensificar a fiscalização "in loco" dos convênios celebrados. A SENASP, por meio da CGFIS, tem intensificado os esforços para o acompanhamento e verificação "in loco", com vistas ao cumprimento da legislação em vigor e também minimizar as ocorrências no bojo dos processos de prestações de

contas; 3 - instauração de Tomada de Contas Especial, cujas principais causas são: inexecução total ou parcial do objeto pactuado; desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos; não devolução de eventual saldo de recursos federais, apurado na execução do objeto, nos termos do art. 57 da Portaria Interministerial nº 127/2008; ausência de documentos exigidos na prestação de contas que comprometa o julgamento da boa e regular aplicação dos recursos.

Resultado geral do projeto: *Diagnóstico das principais falhas ocorridas durante o processo da formalização, execução e prestação de contas dos convênios*: principais falhas nos Projetos e Plano de Trabalho, as quais constituem dificultadores da execução dos convênios: plano de trabalho pouco detalhado; ausência ou insuficiência de informações no projeto básico; ausência, subestimação ou superestimação do orçamento; insuficiência de normatização e critério interno para a análise, elegibilidade e prioridade dos Projetos (Acórdão 1.562/09-Plenário); aprovação de objeto com descrição genérica que não caracteriza o produto do convênio. Ressaltamos as principais falhas e/ou impropriedades detectadas por ocasião das verificações "in loco" por parte da SENASP, objetivando conscientizar os convenentes sobre a necessidade de adoção de providências efetivas com vistas a prevenir as citadas ocorrências, evitando assim desdobramentos tais como Tomadas de Contas Especiais: falta de integralização da contrapartida ou integralização em desacordo com o cronograma pactuado; recolhimento do saldo remanescente fora do prazo; execução de itens não previstos no Plano de Trabalho aprovado sem a prévia reformulação; execução de objeto que não atinge a finalidade proposta no projeto; execução incompleta do objeto (exemplo: capacitação); não efetuar a aplicação dos recursos durante toda a execução; aplicação dos recursos no fundo de investimento ao invés de caderneta de poupança; não identificar o número e o título do convênio nos documentos fiscais (comprovantes das despesas); falta de pesquisa de preço de mercado na fase interna dos procedimentos licitatórios; participação de poucas licitantes no certame; adjudicação e homologação de carta convite com menos de três

participantes; ausência da justificativa de inquestionável excepcionalidade para adoção da modalidade de licitação Pregão Presencial em detrimento ao Pregão Eletrônico. *Ações de controle*: agilização na análise das Prestações de Contas dos Convênios. Respostas às demandas dos Órgãos de Controle Interno e Externo, bem como à Polícia Federal e Ministério Público. Instauração de Tomadas de Contas Especiais.

	Nome do Projeto/Ação: **Diretriz Nacional de Uso da Força e Armas de Fogo**
	Área Responsável pela Implementação: **Ministério da Justiça e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República**

Objetivo do Projeto: Cabe ao governo democrático brasileiro aprofundar o fomento a políticas, doutrinas e diretrizes para que as instituições de segurança pública repensem sua forma de intervenção, abordando questões mais profundas e estruturantes relacionadas ao uso da força, com vistas a redução dos índices de letalidade nas ações policiais, possibilitando o aumento da confiabilidade na polícia, adequando a prática dos profissionais de segurança pública aos princípios internacionais sobre o uso da força e armas de fogo. Vislubrando a necessidade de aprofundar nacionalmente a discussão sobre os aspectos relacionados ao uso da força e arma de fogo, foi dado início a composição de um grupo de trabalho para definição de uma Diretriz Nacional sobre o Uso da Força e Arma de Fogo, coordenada pelo Ministério da Justiça, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e Secretaria Nacional de Segurança Pública, contando com a participação de vários órgãos de Segurança Pública Federais e Estaduais, bem como, pesquisadores de renomadas Instituições de ensino superior, Ouvidorias, Inspetorias, Ministério Público. Após vários encontros realizados entre 2008 e 2010 o Grupo de Trabalho objetivamente traçou orientações sobre várias áreas temáticas: *legislação, avaliação técnica e pesquisa; conceitos, doutrina e treinamento; prevenção e apoio, avaliação, supervisão e controle,* e o foco prioritário na formalização de parcerias para o desenvolvimento conjunto de ações, projetos e programas que concorram para a redução da letalidade nas ações policiais mediante e o estímulo à utilização de instrumentos de menor potencial ofensivo que assegurem o uso diferenciado da força nos órgãos de segurança pública do Brasil.

Público Alvo: Profissionais de segurança pública e sociedade.

Estratégias Utilizadas para Implementação:

a. O Ministério da Justiça deverá, mediante solicitação formal, propiciar apoio e orientação para padronização operacional, treinamento e capacitação das polícias estaduais no que concerne ao uso da força e armas de fogo;

b. Investimento do Ministério da Justiça através do PRONASCI na doação de instrumentos de menor potencial ofensivo, mediante assinatura de Convenio de Cooperação Técnica para implementação da Diretriz Nacional de Uso da Força;

c. Doação mediante ato formal, instrumentos de menor potencial ofensivo, visando reduzir os índices de letalidade e lesões corporais nas ações policiais;

d. Monitorar diretamente, ou mediante conveniamento/parceria com instituição com capacidade técnica para tanto, a utilização dos equipamentos doados e avaliar seu impacto na redução da letalidade nas ações policiais;

e. Elaborar estudos técnicos sobre tecnologias de menor potencial ofensivo, visando garantir aos órgãos de segurança pública acesso a informações sobre as melhores tecnologias existentes no Brasil e no Mundo;

f. Disponibilizar as Diretrizes Nacionais Sobre Uso da Força e Armas de Fogo por Profissionais de Segurança Pública, bem como, todos os Procedimentos Operacionais Padrão desenvolvidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública;

g. Produzir a partir dos dados encaminhados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, pesquisas, análises e avaliação sobre o uso da força e armas de fogo nas ações policiais e propor aperfeiçoamento das políticas, programas e projetos afins do Ministério da Justiça;

h. Instituir Observatório Nacional sobre o uso da força e armas de fogo, com o objetivo de monitorar a aplicação das diretrizes e o uso da força pelas instituições de segurança pública.

i. Difundir o emprego de instrumentos de menor potencial ofensivo em todos os órgãos de segurança pública do país, de forma que todo profissional empregado na atividade fim/operacional tenha o mínimo 02 (duas) alternativas que possibilitem seleção adequada do nível de força;

j. Difundir as terminologias conceituais delineadas pelo Grupo de Trabalho;

k. Mediante ato formal de Convenio de Cooperação entre Estados e União induzir a realização de um planejamento detalhado sobre as estratégias de treinamento e emprego operacional dos instrumentos de menor potencial ofensivo e equipamentos de proteção doados pelo Ministério da Justiça

l. Órgãos de segurança pública deverão encaminhar, um relatório detalhado das ações em que houve emprego de instrumentos de menor potencial ofensivo, e de todas as ações policiais com resultado letal;

m. O Ministério da Justiça, diretamente ou mediante representante especialmente escolhido para essa finalidade, deverá acompanhar *in locu* as ações, treinamentos e estrutura das unidades que estejam utilizando os instrumentos de menor potencial ofensivo doados, afim de elaborar pareceres sobre a eficiência e eficácia na aplicação dos bens, visando aperfeiçoar as políticas públicas no que tange ao uso da força e armas de fogo no Brasil;

n. Estabelecer procedimentos de habilitação para o uso de cada tipo de arma de fogo e instrumento de menor potencial ofensivo, mediante avaliação técnica, psicológica, física e treinamento especifico, com previsão de revisão periódica mínima, garantindo que nenhum agente da lei porte arma ou instrumento de menor potencial

ofensivo em serviço sem que esteja devidamente habilitado para seu uso;

o. Adotando nos Órgãos de Segurança Pública os princípios norteadores contidos nos artigos 9º e 10 da Resolução das Nações Unidas 45/166 (Princípios Básicos sobre o uso da forca e armas de fogo para os funcionários responsáveis pela aplicação da lei), na formação, treinamento , supervisão e controle da atuação dos profissionais de segurança pública, definindo claramente: quais são os tipos de armas e munição autorizadas por cada instituição policial; quais são as circunstâncias técnicas adequadas à sua utilização em relação ao comportamento balístico da arma e das munições, ao ambiente/ entorno e ao risco potencial a terceiros não envolvidos no evento; a carga horária básica para a habilitação ao uso de cada tipo de arma e equipamento, bem como a periodicidade do treinamento de atualização; a proibição de armas de fogo e munições que provoquem lesões desnecessárias e risco injustificado; normas internas de controle objetivo vinculando o recebimento e a utilização da arma e das munições; a obrigatoriedade de prestação de contas, periódica e incidental, sobre o material recebido pelo profissional; a adoção de mecanismos de supervisão e controle do uso da força e armas de fogo por profissionais de segurança pública; e a instituição de mecanismo formal de relato dos incidentes envolvendo uso da força que ocasionaram morte ou lesões a terceiros.

p. Elaborar e encaminhar a cada 6 (seis)meses relatório sobre policiais mortos ou feridos em serviço, com avaliação sobre uso de equipamentos de proteção, atitude operacional e causas do resultado da ação. Criação e disponibilização de vários Procedimentos Operacionais Padrão a todas as Secretarias de Segurança Pública.

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**: Através da celebração de convênios de cooperação,

será firmado as diretrizes de acompanhamento, monitoramento e avaliação a serem realizadas nos Estados, através de visitas em todos os Estados, analise de resultados, produção trimestral de relatórios consistentes sobre o assunto, analise dos dados pelos Departamentos específicos da SENASP e varias outras ações visando avaliar criteriosamente os investimentos públicos realizados.

Resultado geral da ação: A ação já está sendo implementada, estando sendo repassados aos estados e municípios, mais de 6.000 armamentos tipo pistolas "T", alem de armamento químico, os quais permitem o uso alternativo à arma de fogo, obedecendo aos protocolos internacionais. Deve ser implementada em todos os Estados da Federação a partir de 2011 e expandida para todos os Municípios contemplados pelo PRONASCI, através das estratégias descritas anteriormente. Várias outras demandas devem ser aprofundadas a partir de 2011, com intuito de aperfeiçoar os órgãos de segurança publica para os desafios atinentes a redução da letalidade nas ações policiais. O Ministério da Justiça deu inicio as tratativas mais aprofundadas sobre o tema, a partir do ano de 2008, com foco bem mais amplo do que apenas doação de instrumentos de menor potencial ofensivo, de sorte que várias ações já são concretas, conforme já descrito anteriormente e necessita de continuidade a partir do ano de 2011 para que haja redução significativa nas lesões corporais e letalidade nas ações dos integrantes dos órgãos de segurança pública.

Capítulo 2

POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA

Elaboração e pactuação de referências e diretrizes para a formação profissional: matriz curricular nacional; elaboração de política para uma formação de qualidade permanente dos profissionais de segurança pública; Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública por meio da promoção de parcerias com instituições de ensino superior e da promoção de cursos pela modalidade presencial e a distância; apoio à modernização das academias; implementação do banco de talentos interdisciplinar da segurança pública; desenvolvimento de ações de educação e aprimoramento em segurança pública. Valorização profissional: Programa Nacional de Qualidade de Vida para profissionais de Segurança Pública, apoio ao desenvolvimento da Política Salarial Nacional para Profissionais de Segurança Pública; do Programa Nacional de Habitação para profissionais da Segurança Pública, de políticas de reestruturação dos ordenamentos de carreira e de políticas de valorização profissional.

	Nome do Projeto/Ação: **Matriz Curricular Nacional**
	Área Responsável pela Implementação:
	Coordenação-Geral de Ensino do Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública (DEPAID)

Objetivo do projeto: A Matriz Curricular Nacional foi criada com o objetivo de ser uma referência pedagógica e metodológica reconhecida pelas instituições de ensino de segurança pública (Polícias Militares e Civis e Bombeiros Militares), para dar suporte ao planejamento de suas ações no que tange a formação e capacitação de seus profissionais, independentemente do nível ou modalidade de ensino. Este documento é considerado uma ferramenta de gestão educacional e pedagógica, com idéias e sugestões que estimulam o raciocínio estratégico-político e didático-educacional necessários à reflexão e ao desenvolvimento das ações formativas na área de Segurança Pública.

Público-alvo: Policiais Estaduais e Bombeiros Militares.

Estratégias utilizadas para implementação: A *Matriz Curricular* foi apresentada em 2003, num amplo Seminário Nacional sobre Segurança Pública, que tinha por objetivo divulgar e estimular ações formativas no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública. Sofreu a sua primeira revisão em 2005, quando foram agregados ao trabalho realizado pela SENASP outros dois documentos: as *Diretrizes Pedagógicas para as Atividades Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública* e a *Malha Curricular*; um núcleo comum composto por disciplinas que congregam conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, cujo objetivo é garantir a unidade de pensamento e ação dos profissionais da área de Segurança Pública. No período de 2005 a 2007, a SENASP, em parceria com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, realizou seis seminários regionais, deno-

minados *Matriz Curricular em Movimento*, destinados à equipe técnica e aos docentes das academias e centros de formação. Esses seminários possibilitaram a apresentação dos fundamentos didático-metodológicos presentes na atual Matriz Curricular Nacional, a discussão sobre as disciplinas da Malha Curricular e a transversalidade dos Direitos Humanos, bem como reflexões sobre a prática pedagógica e sobre o papel intencional do planejamento e execução das Ações Formativas. Os resultados colhidos nos seminários e a demanda cada vez maior por apoio para implantação da Matriz nos estados estimularam a equipe a lançar uma versão mais atualizada e ampliada do documento, reunindo todas as orientações que servem de referência para as Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública.

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**: Os mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação serão implementados a partir dos resultados do processo de análise da Matriz Curricular Nacional que se encontra em processo de revisão em alguns de seus itens capitais.

Resultados do projeto: Foi implementada a análise da Matriz Curricular Nacional por meio de grupos focais realizados com a utilização do ambiente virtual de aprendizagem da Rede Nacional de Educação a Distância para os Profissionais da Área de Segurança Pública (MJ/SENASP) no período de 22 a 30/04, como propósito a avaliação do processo de implementação da Matriz Curricular Nacional (MCN) pelos profissionais que atuam nas instituições de Ensino de Segurança Pública, notadamente, gestores, técnicos educacionais e professores. A abertura do trabalho foi feita por meio de web conferência para os profissionais inscritos. Por meio dela, os participantes tiveram informações sobre a importância da avaliação da implementação da Matriz Curricular Nacional, o objetivo, a metodologia a ser utilizada e ações para a revisão da Matriz Curricular Nacional. A partir do resultado desta análise a Matriz será revisada de acordo com os seguintes objetivos: incluir o Bombeiro Militar,

criando uma malha curricular específica; rever a malha curricular existente, modificando as disciplinas de forma a atender as novas demandas, necessidades e exigências da atualidade; criar uma melhor definição para carga horária das disciplinas; rever a sistemática de avaliação; incluir novos títulos nas referências bibliográficas.

Atualmente, as 27 (vinte e sete) Unidades da Federação utilizam a Matriz como referencial pedagógico. Essa realidade foi conquistada progressivamente, com o apoio e incentivo de todos os envolvidos.

	Nome do Projeto/Ação: **Formação e Capacitação de Guardas Municipais**
	Área Responsável pela Implementação: **Coordenação Geral de Ações de Prevenção em Segurança Pública (CGAP) do Departamento de Políticas, Programas e Projetos**

Objetivo do projeto: capacitar profissionais da Guarda Municipal para atuação voltada à prevenção da violência e promoção de uma cultura de paz, uma vez que a formação em Segurança Pública constitui-se, hoje, numa necessidade em âmbito nacional. Tal formação deve estar baseada no compromisso com a cidadania e com uma educação para a paz articulando-se, permanentemente, com os avanços científicos e o saber acumulado. Torna-se necessário identificar e propor modalidades concretas de realização e aprimoramento das práticas educacionais nesta área. Nesse sentido, é fundamental que as propostas de cursos de formação ou capacitação estejam articuladas tanto com a Matriz Curricular Nacional para a Formação de Guardas Municipais, de acordo com as competências locais, assim como as diretrizes de cada eixo temático do Sistema Único de Segurança Pública.

Público-alvo: Guardas Municipais.

Estratégias utilizadas para implementação: repasse de recursos via convênio para apoio a projetos de formação e capacitação para melhoria das condições de trabalho dos profissionais; criação do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública para fomentar as discussões sobre o papel da Guarda Municipal; realização de seminários para debater os temas relativos ao eixo temático da prevenção e sua articulação com as ações desenvolvidas em âmbito local.

Mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação: relatórios trimestrais de execução física e financeira, visitas *in loco* e relatórios de prestação de contas.

Resultado geral do projeto: disponibilizam-se, anualmente, prazo e recursos para a apresentação de projetos, por parte dos municípios, e que devem atender aos requisitos legais propostos pela SENASP e pela CGSP. Profissionais capacitados.

	Nome do Projeto/Ação: **Trilha do Educador - Curso de Formação de Formadores**
	Área Responsável pela Implementação: **Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - Coordenação Geral de Análise e Desenvolvimento de Pessoal**

Objetivos do projeto: O processo de formação é um momento fundamental para os profissionais da área de segurança pública. Pois além de ter contato com conteúdos conceituais e procedimentais, os profissionais em formação desenvolvem atitudes que os auxiliarão no exercício da prática profissional na área de segurança pública. Diante desses desafios, a exigência volta-se para a formação de um corpo de profissionais pedagogicamente capacitados, capazes de "criar as condições necessárias" para gerar aprendizagens significativas. Com o objetivo de contribuir para o alcance desse desafio, a SENASP oferece aos profissionais de segurança pública o curso de formação de formadores na modalidade a distância. O curso de formação de formadores, na modalidade presencial, tem como propósito criar condições para que o participante possa desenvolver as seguintes competências: Ampliar conhecimentos para: identificar os princípios, a estrutura e as orientações metodológicas que fundamentam a Matriz Curricular Nacional; identificar competências relacionadas ao perfil do profissional da área de segurança pública; identificar as dimensões do conhecimento; compreender as possibilidades de articulação dos campos de conhecimento, dentre elas: a contextualização, a interdisciplinaridade e a transversalidade; diferenciar o processo de ensino (ação intencional do facilitador) do processo de aprendizagem (ação do participante) sobre o objeto do conhecimento; correlacionar objetivos e técnicas; rever os conceitos de avaliação, verificação e medida; identificar as orientações para a avaliação que norteiam as atividades de avaliação da Matriz Curricular Nacional; identificar os tipos básicos de provas.

Público alvo: O público participante do curso será composto, preferencialmente, por profissionais que atuam como: Tutores de EAD; membros dos grupos de trabalho temático instituído pela SENASP; docentes nas academias ou centros de formação.

Estratégias utilizadas para implementação: O curso será desenvolvido a partir de uma metodologia que favoreça a interação dos participantes e o processo de construção do conhecimento. Serão utilizadas: dinâmicas de grupo; técnicas de estudo ativo: estudos de caso; debates; oficinas pedagógicas; circuitos de atividades e microensino.

Resultado geral da ação: Exercitar/ desenvolver habilidades para: elaborar mapa de competências; elaborar objetivos instrucionais; elaborar o plano de curso a ser ofertado no estado (multiplicadores); elaborar plano de aula (docentes); elaborar e analisar questões de múltipla escolha; planejar estratégias e técnicas facilitadoras do processo de aprendizagem; utilizar estratégias de comunicação que contribua para a efetividade do processo de ensino aprendizagem; demonstrar a condução de técnicas de ensino; utilizar recursos didáticos que contribuam para o processo de aprendizagem; planejar e elaborar instrumentos de avaliação. Fortalecer atitudes para: reconhecer a importância da Matriz Curricular Nacional; defender o processo de planejamento; atuar dentro da necessidade do grupo no processo de condução de técnicas de ensino; valorizar a ação docente como facilitadora da aprendizagem.

	Nome do Projeto/Ação: **TREINASP: Centro Regional de Treinamento em Segurança Pública**
	Área Responsável pela Implementação:
	Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública (DEPAID)

Objetivo do projeto: O Centro Regional de Treinamento em Segurança Pública (TREINASP), criado em dezembro de 2004, em Brasília, é uma das ações estratégicas da Segunda Fase do Projeto Segurança Cidadã (Prodoc BRA/04/029), executado mediante um acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Justiça (MJ) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o apoio do Centro Regional das Nações Unidas para a Paz, o Desarmamento e o Desenvolvimento da América Latina e Caribe (UN-LIREC) e implementado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). O Centro é um pólo de ações de formação continuada destinado aos docentes e dirigentes das organizações de segurança pública; um núcleo de estudo e pesquisa aplicada aos processos de gestão e de ensino-aprendizagem na área de segurança pública; um centro de consultoria para orientação dos processos de diagnóstico e planejamento das ações gerenciais e educacionais desenvolvidas na área de segurança pública; um espaço destinado à troca de experiência, sistematização, difusão de boas práticas, bem como de produção de conhecimento para área de segurança pública; um instrumento básico para a elaboração e implementação de projetos e atividades em segurança cidadã.

Público alvo: docentes e dirigentes das organizações de segurança pública.

Estratégias utilizadas para implementação: Cursos que contemplem os seguintes aspectos formativos: o paradigma da

complexidade; os percursos curriculares organizados a partir de competências cognitivas, atitudinais e operativas; as concepções de aprendizagem que apóiam uma prática docente não restrita à aprendizagem de conceitos; o modelo de aprendizagem colaborativa para projetos pautados e competência; as possibilidades de execução das ações nas modalidades a distância, semi-presencial e presencial e as seguintes áreas temáticas: desarmamento, uso da força, direitos humanos e polícia comunitária.

Resultado geral da ação: apoiar a modernização da gestão das instituições de segurança pública; auxiliar o desenvolvimento de políticas de prevenção à violência e criminalidade; dar ênfase à formação continuada e à valorização do profissional de segurança pública.

	Nome do Projeto/Ação: **Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública Educação a Distância para Segurança Pública (RENAESP)**
	Área Responsável pela Implementação:
	Coordenação da RENAESP – Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento Pessoal em Segurança Pública (DEPAID)

Objetivo do projeto: A Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) é um projeto de educação permanente, promovido a partir da parceria entre a Senasp e instituições de ensino superior para a promoção de cursos de pós-graduação na área de segurança pública. Através do Ato de Credenciamento, a Senasp seleciona Instituições de Ensino Superior que possuam proposta pedagógica que dialogue com os princípios norteadores da *Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área Segurança Pública.* Dentre os objetivos específicos da Renaesp estão: 1) Articular o conhecimento prático dos profissionais de segurança pública, adquiridos no seu dia a dia profissional, com os conhecimentos produzidos no ambiente acadêmico; 2) Difundir e reforçar a construção de uma cultura de segurança pública fundada nos paradigmas da modernidade, da inteligência, da informação e do exercício de competências estratégicas, técnicas e científicas; 3) Incentivar a elaboração de estudos, diagnósticos e pesquisas aplicadas em segurança pública que contribuam para o processo de institucionalização e de implementação de ações consideradas prioritárias, previstas pelo Sistema Único de Segurança Pública (SUSP); 4) Possibilitar o acesso aos profissionais da área de segurança pública, por meio da destinação de 40 vagas, com financiamento integral dos estudos; assim como, 10 vagas para a sociedade civil interessada em se qualificar na temática (essas vagas são administradas pelas próprias IES).

Público-alvo: Diretamente, a iniciativa destina-se aos profissionais de segurança pública oriundos dos três entes federados (União, estados e municípios), a saber: policiais federais, rodoviários federais, policiais civis e militares, agentes penitenciários, peritos criminais e guardas municipais. A iniciativa democratiza o acesso à especialização a qualquer profissional com nível superior, independentemente das graduações e/ ou postos hierárquicos que possuam em suas corporações.

De forma indireta, o projeto atinge a sociedade civil, interessada na qualificação especializada em segurança pública.

Estratégias utilizadas para implementação: Dentre as estratégias e ações adotadas para a implementação, cabe destacar: 1) Realização do projeto-piloto na UFBA, com apoio do Ministério da Justiça (2005); 2) elaboração e publicação do 1º Edital de Credenciamento das IES públicas e Privadas (2005), que garantiu às instituições selecionadas o direito de ministrar cursos com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública; 3) constituição de Comissão Nacional da RENAESP, envolvendo representantes do Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Comissão Nacional de Direitos Humanos (2005); 4) credenciamento e contratação de 22 cursos de especialização em todo o Brasil (2005-2006); 5) pactuação com as instituições de ensino superior e corporações de segurança pública para a implementação da rede (2005-2007) e realização de reuniões de monitoramento e avaliação dos cursos com as IES (2006-2007); 6) promoção, em parceria com o Fórum de Segurança Pública, do 1º Encontro com Coordenadores de Cursos e Alunos, dando origem a um caderno de relato sobre a percepção da RENAESP (2006); 7) credenciamento de 66 instituições (2007) pelo período de três anos, possibilitando dessa forma a recontratação das IES; 8) contratação e recontratação de 73 cursos de especialização (2007/2009); 9) realização de pesquisa de avaliação dos três primeiros anos da experiência, a partir da parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2008-2009); 10) criação de mecanismos de monitoramento e acompanhamento das ações (2009); 11) cria-

ção do Banco de Dados para acompanhamento dos discentes (2009); implementação do sistema de acompanhamento dos contratos firmados pela RENAESP (2010).

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**: Realização de reuniões técnicas com os Coordenadores dos Cursos; visitas técnicas de acompanhamento; realização de pesquisa de avaliação do curso (com aplicação de questionários antes e depois do curso); acompanhamento da execução processual através do sistema de acompanhamento de contratos; mensuração dos resultados a partir de indicadores previamente construídos.

Resultados gerais do projeto: A Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (RENAESP) surge da necessidade de dar acesso a uma formação especializada e qualificada aos profissionais de segurança pública do país, aproximando-os do universo acadêmico brasileiro que, invariavelmente, manteve-se distante dos estudos nessa área. Com a redemocratização do Brasil, em especial, com os avanços de algumas pesquisas seminais, na década de 1990, esse campo começa a se abrir, constatando-se crucial a aproximação entre as instituições de ensino superior (IEs) de excelência no país e os profissionais de segurança pública. Por sua vez, esses profissionais sentem a necessidade de ter acesso a um conteúdo científico que dê subsídios para análises apuradas dos fenômenos relacionados à violência e à criminalidade, entendidos, agora, como multicausais e, portanto, exigindo das instituições de segurança pública respostas multidimensionais. A situação anterior corroborava com a baixa produção científica aplicada à área de segurança pública, em virtude do distanciamento e do pouco interesse já descritos. Sem acúmulos conceituais e metodológicos sobre o tema, as políticas públicas na área sempre foram reféns de amadorismos e oportunidades de ocasião, não guardando conexões entre os fenômenos empíricos característicos da sociedade brasileira. Enquanto os acadêmicos discutiam violência e criminalidade no Brasil, os profissionais de segurança pública perma-

neciam imersos no fazer cotidiano, sem refletir sobre as razões e as alternativas para o enfrentamento de determinadas questões.

Nessa direção, o Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) toma para si a responsabilidade de fomentar a aproximação entre instituições policiais e o mundo acadêmico, a partir da formação continuada via cursos de pós-graduação *lato sensu*, com o objetivo de valorizar as práticas policiais e também orientá-las, a partir de um novo paradigma de segurança pública para o país.

Atualmente, a aproximação com as universidades é fruto do entendimento, no Brasil, de que o tema da segurança pública deixa de ser monopólio conceitual das instituições policiais e passa a ser objeto de investigação científica no campo das ciências humanas, sociais aplicadas, exatas e, inclusive, biomédicas. É fundamental pontuar que segurança pública inclui, obviamente, os saberes e práticas policias, porém, para sua compreensão aprofundada, é preciso recorrer a um amplo arcabouço teórico-metodológico que as ciências, em geral, podem aportar.

Nesse sentido, vem sendo desenvolvido o projeto da RENAESP, com incentivos entre as IES e a composição de núcleos e centros de pesquisa, a partir da formação continuada e permanente por meio de cursos de especialização *lato sensu* nas modalidades presencial e a distância.

Sendo assim, percebe-se a possibilidade de incremento da produção científica no tema, facilitando o acesso aos profissionais da área de segurança pública de forma que trabalhem mais amplamente o seu conhecimento, procurem se aliar a esse contexto e, igualmente, atingir o compromisso com a cidadania e os direitos humanos.

Vale acrescentar que a SENASP já trabalha no terceiro edital de credenciamento a ser lançado no primeiro trimestre de 2010, bem como na criação do edital de reconhecimento que visa certificar instituições de ensino superior de notório saber que queiram promover cursos de especialização pautada na filosofia da RENAESP, sem destinação de recurso federal.

Como resultados gerais do projeto temos os números a seguir:

Cursos ofertados em 24 Estados e no Distrito Federal; re-

alização de 120 edições de cursos em 05 anos; mais de 5000 profissionais de segurança pública qualificados; o projeto foi eleito a *4º melhor iniciativa da Gestão Pública Federal em 2009*, através do Prêmio Inovação promovido pela Escola Nacional de Administração Pública; criação do *Selo Renaesp* de Educação em Segurança Pública que credenciou mais 14 cursos de pós-graduação em 2010.

Informações sobre o projeto: www.mj.gov.br/senasp e renaesp.senasp@mj.gov.br

	Nome do Projeto/Ação: **Selo RENAESP**
	Área Responsável pela Implementação: **Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento Pessoal em Segurança Pública (DEPAID)**

Objetivo do Projeto: Desde o ano de 2004, a Secretaria Nacional de Segurança Pública vem desenvolvendo parcerias com Instituições de Ensino Superior para a realização de Cursos de Especialização em Segurança Pública, fomentando pesquisas aplicadas que tem por objetivo influir nos processos de pensar e fazer segurança pública no país.

Público Alvo: As Instituições de Ensino Superior que realizam cursos de Especialização em Segurança Pública.

Estratégias Utilizadas para Implementação: Credenciamento, autorização e reconhecimento: O presente Edital tem por objetivo selecionar, credenciar, autorizar e reconhecer propostas de cursos inovadores e/ou promissores na área de segurança pública para participar da RENAESP. O credenciamento, autorização e reconhecimento terão prazos máximos de 36 meses, podendo ser renovado por igual período. Este processo dialoga diretamente com as Instituições de Ensino contratadas que compõem a RENAESP. O pedido de credenciamento, autorização e reconhecimento deverá ser instruído com os seguintes documentos: Atos constitutivos do curso, devidamente assinados e aprovados pelos órgãos competentes; Ministério da Justiça/Secretaria Nacional de Segurança Pública; informações sobre a Instituição, contendo contato institucional – nome do coordenador responsável pelo curso, telefones e endereços, inclusive virtual, conforme **p**roposta de curso contendo a área temática, o objetivo do curso, nome das disciplinas ofertadas e suas respectivas cargas horárias, ementas, responsáveis por cada disciplina (indicando sua titulação), bem como, deverá ser

apresentada como o conteúdo proposto dialoga com a Matriz Curricular Nacional; a metodologia descrevendo como ocorrerá a interdisciplinaridade e a transversalidade com os temas de Direitos Humanos; a bibliografia básica; o sistema de avaliação; informações sobre a infra-estrutura e instalações acadêmicas inerentes à execução do curso. As inscrições serão efetivadas mediante o envio por Sedex dos documentos solicitados e devem ser entregues em formato impresso e digital (cópia em CD).

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**: Da seleção para o reconhecimento: Os projetos encaminhados serão examinados e selecionados pela Comissão Especial de Credenciamento da RENAESP, conforme os seguintes critérios: a. Adequação da proposta do curso aos princípios da Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública. (disponível no endereço www.mj.gov.br/senasp); b. Apresentação de conteúdos programáticos e metodologia que contemplem a interdisciplinaridade e a transversalidade com os temas de direitos humanos; c. Apresentação de conteúdos programáticos com ênfase no tema das políticas e práticas de segurança pública em relação à violência de gênero, à liberdade de orientação sexual e combate à homofobia, à igualdade racial, à criança e ao adolescente e aos idosos. d. Conformidade do projeto com os objetivos da RENAESP (disponível no endereço www.mj.gov.br/senasp); e. Créditos a serem atribuídos e reconhecidos pelo aproveitamento acadêmico no curso; f. Apoio de infra-estrutura e logística oferecido pela IES ao curso durante seudesenvolvimento; g. Exeqüibilidade e custo do curso para os profissionais de segurança pública. O não atendimento a qualquer dos pré-requisitos supracitados implica automática desclassificação da instituição candidata, que será comunicada do fato pela Comissão Especial de Credenciamento da RENAESP.

Das fases do processo de seleção:

Fase I – Validação das Inscrições Fase de caráter eliminatório. O Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e de Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública -

DEPAID verificará se a documentação das propostas atende ou não aos requisitos do Edital.

Fase II – Avaliação e seleção Fase de caráter eliminatório. As propostas de cursos serão avaliadas segundo os critérios de seleção previstos neste edital. A avaliação ficará sob responsabilidade da Comissão Especial de Credenciamento da RENAESP.

Fase III – Credenciamento, Autorização e Reconhecimento. Nesta fase serão definidas as propostas de IES e IESP que farão parte da RENAESP. Após a seleção e aprovação das propostas que cumpriram os requisitos estabelecidos no presente Edital, a Comissão Especial de Credenciamento deliberará quais serão as instituições contempladas. Da formalização do reconhecimento: Após a seleção e aprovação das propostas que cumpriram os requisitos estabelecidos no presente Edital, a Secretaria Nacional de Segurança Pública concederá o Selo de Reconhecimento RENAESP às instituições proponentes. O resultado do credenciamento e da concessão do Selo será publicado no Diário Oficial da União, bem como será divulgado no sitio do Ministério da Justiça.

Da manutenção do Selo: Para manterem o Selo, as IES e IESP deverão:

a. Executar o Curso, em compatibilidade com as condições de habilitação e qualificação exigidas nesse Edital;
b. Disponibilizar oportunidades para que a equipe designada pela SENASP realize a tarefa de acompanhar o andamento do Curso de Especialização e que, possa manter, caso deseje, contato direto com os alunos;
c. Realizar, quando provocada, avaliação dos cursos junto à Comissão Especial de credenciamento da RENAESP, e demais Instituições componentes da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública, sob as expensas da SENASP;

d. Exercer as demais atribuições que se fizerem necessárias ao bom andamento do curso.

Do descredenciamento e perda do selo:

a. A credenciada ou a Administração poderão renunciar ao credenciamento, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento por parte da credenciada, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa;

b. Caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas neste instrumento pela Instituição de Ensino, a mesma será automaticamente excluída do rol das credenciadas.

Resultado geral da Ação: Em 2005, foi lançado o 1º Edital de Credenciamento da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública - RENAESP, pelo qual foram contratadas 22 (vinte e duas) Instituições de Ensino Superior – IES. Esta ação possibilitou aos profissionais de segurança pública a educação continuada, integrada e qualificada, de forma gratuita, objetivando a democratização nos processos de educação em Segurança Pública. Com a implementação da RENAESP, a Secretaria Nacional de Segurança Pública passou a exercer o papel de órgão condutor dos processos de educação em segurança pública, garantindo, sempre, um quadro de respeito aos princípios federativos. Com o advento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, a experiência da Rede foi expandida para 66 IES e a promoção de 73 Cursos de especialização beneficiando mais de 5.000 profissionais de segurança pública em todo país. A Rede é um salto qualitativo em termos de investimento no capital humano, na valorização do profissional de segurança pública, na busca da excelência nas ações de formação e, conseqüentemente, na melhoria das ações de segurança pública. Com o fortalecimento da Rede, o Governo Federal estabelece uma política na qual os processos de aprendizagem serão contínuos, sistêmicos e não excludentes, garantindo assim a coerência com as demais políticas de melhoria da qua-

lidade da educação em segurança pública. A Rede inovará, em breve, com a abertura de credenciamento e contratação de IES para os cursos superiores de tecnologia em segurança pública como conseqüência da inclusão no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do Eixo Tecnológico Segurança. O processo de Credenciamento, Autorização e Reconhecimento de Cursos de Ensino Superior na área de Segurança Pública nasce da necessidade de se dar continuidade às experiências conquistadas pela RENAESP independentemente do repasse de recursos financeiros do Governo Federal, passando a se constituir numa diretriz para aquelas IES e Instituições de Ensino da Segurança Pública no Brasil que estejam engajadas em contribuir para a expansão das políticas públicas de ensino e valorização dos profissionais de segurança pública. Este processo facilitará, não apenas a identificação de Instituições que promovam cursos neste campo, como também, a divulgação de suas metodologias, de modo a ampliar o potencial da RENAESP em busca da qualidade técnica e da excelência acadêmica necessários para a construção do conhecimento na área de segurança pública. Serão aceitas, para fins de credenciamento, autorização e reconhecimento, propostas de Instituições de Ensino Superior e Instituições de Ensino da Segurança Pública que possuam credenciamento, autorização e reconhecimento dos Cursos de Ensino Superior nos respectivos órgãos competentes.As propostas deverão estar de acordo com a portaria que regulamenta os cursos de pós-graduação reconhecidos pelo MEC nos termos da Resolução CES/CNE nº 1, de 03 de abril de 2001, e apresentar currículo que contemple a interdisciplinaridade e transversalidade com os temas de Direitos Humanos, em consonância com os princípios da Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública.

	Nome do Projeto/Ação: **I Prêmio Nacional de Monografias em Segurança com Cidadania Professora Valdemarina Bidone de Azevedo e Souza**
	Área Responsável pela Implementação:
	Coordenação Executiva da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (CONSEG) e Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública (DEPAID)

Objetivo do projeto: estimular pesquisas acadêmicas focadas na área de segurança com cidadania; fomentar a reflexão crítica, o desenvolvimento e a socialização de pesquisas científicas na área de Segurança Pública com Cidadania, considerando o estímulo à participação qualificada da sociedade civil, de trabalhadores e de representantes do Poder Público no processo de concepção e implementação da Política Nacional de Segurança Pública.

Público alvo: acadêmicos de graduação e pós, pesquisadores, gestores públicos e servidores dos sistemas de segurança pública e de justiça.

Estratégias utilizadas para implementação: - o projeto foi realizado no processo de implementação da 1ª CONSEG em parceria com o Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - DEPAID/ SENASP; - foi elaborado edital público para a divulgação da iniciativa e constituída Comissão de Especialistas para a avaliação dos trabalhos monográficos; - o projeto foi divulgado junto a Instituições de Ensino Superior credenciadas na RENAESP, a Núcleos de Pesquisa em Segurança Pública e Academias de Polícias, além dos portais institucionais e dos participantes da 1ª CONSEG; - os trabalhos acadêmicos deveriam abordar os sete eixos-temáticos que nortearam as discussões no âmbito da 1ª

CONSEG; - os autores das melhores monografias, em cada uma das categorias, foram premiados com uma viagem para Bogotá, na Colômbia, com a finalidade de conhecer a experiência "Segurança Cidadã", elaborada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e executado pelo governo colombiano.

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**: - a avaliação dos trabalhos obedeceu aos seguintes critérios: profundidade da análise, delimitação adequada do tema desenvolvido, relevância da abordagem na área de conhecimento do candidato; contextualização do trabalho com o eixo temático selecionado; clareza do método utilizado; seqüência lógica e coerente; linguagem apropriada, técnica e objetiva e aplicabilidade da pesquisa desenvolvida; - ao final, toda a memória do Projeto foi repassada ao Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública - DEPAID/SENASP com a finalidade de internalização do Prêmio e de realização das futuras edições.

Resultado geral da ação: o Prêmio recebeu a inscrição de 202 trabalhos de todo o país. A primeira tarefa da Comissão Julgadora foi analisar o conteúdo e a adequação das obras aos critérios do regulamento, publicado em edital. Após essa triagem, 88 monografias passaram para a segunda fase de seleção, sendo 40% oriundas do Sudeste; 19% da região Sul; 17% do Nordeste; 14% dos Estados do Centro-Oeste e 10% do Norte; - estímulo à produção científica na área de segurança pública no Brasil.

	Nome do Projeto/Ação: **Rede Nacional de Educação a Distância para Segurança Pública – Rede EAD**
	Área Responsável pela Implementação: **Coordenação de Educação a Distância do Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública (DEPAID)**

Objetivo do projeto: O objetivo principal da Rede EAD é viabilizar o acesso dos profissionais de todas as instituições de segurança pública do país à formação continuada, independentemente das limitações sociais e geográficas existentes com o propósito de transformar o modo de fazer Segurança Pública. Todos os cursos promovidos pela Rede EAD estão pautados na Matriz Curricular Nacional para as Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública (MCN), nos fundamentos dos Direitos Humanos, nos princípios da Andragogia (pedagogia voltada para adultos) e nas teorias que enfocam o processo de construção do conhecimento. Dentre os objetivos específicos e resultados esperados da Rede EAD estão: disseminar e compartilhar conhecimento e informação com todos os profissionais da área, estimulando doutrinas e práticas unificadas; favorecer o diálogo entre as instituições que compõem a Segurança Pública; contribuir com a integração dos profissionais da área; promover a consolidação das políticas públicas na área de Segurança Pública; auxiliar as Instituições de Ensino da Segurança Pública nos processos de ensino-aprendizagem; promover o aperfeiçoamento da atuação dos profissionais de segurança pública; impulsionar a inclusão digital de todos os segmentos da área; difundir e reforçar a construção de uma cultura de segurança pública fundada nos paradigmas da modernidade, da inteligência, da informação e do exercício de competências estratégicas, técnicas e científicas.

Público-alvo: Policiais Militares, Civis, Federais e Rodoviários Federais, Bombeiros, Guardas Municipais e Agentes penitenciários.

Estratégias utilizadas para implementação: A Rede EAD foi implementada nas 27 Unidades da Federação por meio de 257 Telecentros instalados nas capitais e nos principais municípios. Os cursos são disponibilizados em três ciclos de aulas anuais. Dentre as ações e etapas da implementação, cabe destacar: visitas técnicas realizadas nas Instituições de Ensino de Segurança Pública (2004); concepção do Projeto a partir de levantamento das ferramentas existentes no mercado, discussões e debates internos (2004); pactuação do Projeto com as Unidades Federativas por meio de Acordos de Cooperação Técnica (2005); pactuação com a Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal por meio de Acordos de Cooperação Técnica (2005); aquisição e doação de equipamentos para implementação de 60 telecentros na primeira fase e 197 na segunda fase, nas Unidades Federativas (ambiente de telesala e websala). A primeira fase do projeto foi destinada a implementação de telecentros nas capitais, tendo como base de apoio as 27 Secretarias Estaduais de Segurança Pública, as 27 Superintendências Regionais da Polícia Federal, 3 Superintendências da Polícia Rodoviária Federal e 3 Secretarias Municipais de Segurança Pública. Os 197 telecentros da segunda fase foram alocados em Municípios que possuem população acima de 100 mil habitantes (2005/2007); implementação dos Telecentros com o acompanhamento da montagem do mobiliário, rede lógica e física (2005/2007); contratação de empresa especializada para o desenvolvimento do ambiente virtual de aprendizagem, customizado para atendimento ao público específico (2005 a 2010); elaboração de Plano de Gestão do Projeto no âmbito Federal, Estadual e Municipal, descrevendo as atribuições de cada esfera, criando fluxos e manuais de forma a compartilhar responsabilidades (2005); identificação de Interlocutores nos Estados: Tutores Master (2005); realização de Reunião de Apresentação do Projeto e sensibilização dos Tutores Master (2005); levantamento das necessidades de capacitação junto às Instituições de Segurança Pública e priorização das

principais demandas a fim de definir os cursos, seleção de temáticas que o Governo Federal desejava induzir, como por exemplo, o Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos para Fins de Exploração Sexual (2005 a 2010); definição das diretrizes para elaboração dos conteúdos para a web, com a utilização da MCN, verificando as competências profissionais a serem desenvolvidas a partir das temáticas desenvolvidas e tv no formato de mesas redondas, entrevistas, aulas expositivas ou estudos de casos (2005); identificação de conteudista para elaboração dos cursos para web e tv (2005 a 2010); elaboração dos cursos e transposição dos conteúdos para o padrão internacional SCORM, utilizado na Educação a Distância (2005 a 2010); gravação de vídeos para a TV SENASP e material audiovisual complementar da carga horária dos cursos (2005 a 2008); seleção e preparação de profissionais para o exercício da tutoria ativa (2005 a 2010); elaboração e publicação de Portaria prevendo o exercício da tutoria e conteudista (2007); concepção e implementação de Ciclo de Curso: definição de quantos ciclos/ano, quantidade de cursos web, quantidade de gravações, quantidade de vagas a serem abertas, programação de grade horária para a tv, calendários de inscrições, recebimento de inscrições, validação das inscrições, confirmação das matrículas, montagem de turmas, alocação de tutores, realização do curso, com a utilização de ferramentas de interação e acompanhamento (fórum e Chat), avaliação de tutores e alunos, emissão de certificados, encerramento do ciclo e emissão de relatórios (2005 a 2010); implementação dos Ciclos de Cursos (2005 a 2010); criação de Mecanismos de acompanhamento e monitoramento do Projeto (2005 a 2010); pactuação de parceria com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, CICV (2008); pactuação de parcerias no âmbito do Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional e Secretaria do Direito Econômico (2009); pactuação de parceria com os países membros e associados do MERCOSUL (2009); migração do ambiente virtual de aprendizagem para o Ministério da Justiça (2009/2010).

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**: No intuito de fazer um melhor acompanhamento do

Projeto, foram desenvolvidos pela equipe técnica, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados. Inicialmente, criamos no âmbito do AVA um banco de dados para acompanhar todos os procedimentos, desde a solicitação de inscrição dos alunos até a conclusão dos cursos, com a emissão de certificados. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes instrumentos: o Relatório de Tutoria Máster, o Relatório de Tutoria, a Pesquisa de Satisfação, a Avaliação do Aluno e a Reunião Semestral com tutores máster. O *Relatório de Tutoria Máster*: este documento tem como objetivo verificar como o Tutor Máster está desenvolvendo suas atividades no telecentros (administração do telecentro, gestão da Rede EAD Local, Gestão da matrícula dos alunos, acompanhamento dos alunos nos ciclos de cursos, indicação e acompanhamento dos tutores, representação do seu estado/município junto a SENASP e instituições parceiras). Constitui um relatório mensal, cujos itens a serem respondidos são elaborados pela Coordenação da Rede EAD. O *Relatório de Tutoria*: este documento tem como objetivo verificar as atividades desenvolvidas pelo tutor durante o ciclo de cursos (utilização das ferramentas de comunicação e interação, tais como: fórum, chat, painel de avisos, caixa de e-mail, pontos positivos e negativos durante a tutoria e sugestões para melhoria), quantidade de alunos na turma, bem como os matriculados, os sem acesso, desistentes, aprovados, reprovados e evadidos, quantidade de mensagens respondidas, avisos postados no quadro de avisos, fóruns criados, participações nos fóruns e chats, nota de desempenho da turma, média atribuída pelos alunos e percentual de aproveitamento da turma. É um relatório padrão, disponibilizado pelo AVA ao final de cada ciclo de cursos. *A Pesquisa de Satisfação*: esta pesquisa tem como objetivo avaliar a percepção do aluno sobre o curso, o tutor, as ferramentas do AVA e sua aprendizagem. É um formulário padrão, disponibilizado no AVA após a avaliação final do curso, sendo obrigatório a todos os alunos. *A Avaliação do Aluno*: esta avaliação tem como objetivo avaliar a aprendizagem e o conhecimento obtido no curso. É composta de 3 notas, participação nos fóruns, avaliação da aprendizagem e a nota do tutor. A avaliação somente é disponibilizada após a conclusão de todos os módulos, sendo exigida a nota mínima

de 7 pontos para a aprovação no curso. A *Reunião Semestral com Tutores Máster*: tem como objetivo discutir assuntos inerentes à Rede EAD, à gestão, acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas nos telecentros, no AVA, bem como apoio nas decisões da Coordenação da Rede EAD. Visa também, integrar e desenvolver a equipe, por meio de atividades direcionadas.

Resultados do projeto: O processo de consolidação da Rede EAD como parte integrante da política nacional de capacitação dos profissionais da área de Segurança Pública foi gradativo, intenso e continua em franco desenvolvimento. A cada novo Ciclo, novos cursos são estudados e propostos buscando atender as demandas destes profissionais inseridos numa sociedade contemporânea. Além de um sistema de avaliação de aprendizagem que possibilita o acompanhamento das ações dos alunos no ambiente virtual, desde o acesso ao módulo até a avaliação final. A Rede EAD possui instrumentos que possibilitam avaliar a efetividade de todo o processo, constituindo, atualmente, um grande diferencial no sistema de educação em segurança pública no país. Podemos afirmar que a procura crescente pelos cursos é um indicador de sua necessidade no âmbito da segurança pública nacional. No último ciclo (19), as 200.000 (duzentas mil) vagas disponibilizadas foram preenchidas nos primeiros três dias de inscrição. E como resultado geral do projeto podemos listar os seguintes itens: a mobilização de aproximadamente 4.500 pessoas entre tutores máster, tutores, equipe técnica, pedagógica e administração. A troca de informações e experiências é realizada por meio de fóruns próprios, num ambiente de comunicação permanente; o atendimento a 1.012.695 matrículas nos últimos 4 anos (2005 a 2009); cursos concluídos com êxito 975.679, sendo 466.965 profissionais cadastrados, resultando numa média de 3,1 cursos por aluno; a promoção de 56 temáticas na área de segurança pública para atualização dos profissionais; a institucionalização de grades mistas em 33 Academias e Centros de Formação; a promoção de diálogo com os profissionais da segurança pública, utilizando a base de dados da Rede EAD para a realização de estudos, como por exemplo, a *consulta "O que pensam os profissionais de segu-*

rança pública no Brasil", durante a preparação para a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, em 2009, e a Pesquisa de Percepção dos Usuários da Rede EAD; a inclusão e integração de todos os segmentos da área de segurança pública (polícias federal, rodoviária federal, civil e militar, corpo de bombeiros, guardas municipais e agentes penitenciários); destaca-se que a Rede EAD está presente em todas as Unidades Federativas, por meio de 257 telecentros e, além disso, o custo do projeto por aluno é, atualmente, de R$ 10,55, por mês.

	Nome do Projeto/Ação: **Jornada Formativa de Direitos Humanos**
	Área Responsável pela Implementação:
	Coordenação-Geral de Ensino do Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública (DEPAID)

Objetivo do projeto: A Jornada Formativa de Direitos Humanos tem o foco mobilizador e motivacional em direitos humanos e em cultura de paz aos operadores da segurança pública de forma a trabalharem esses conceitos de maneira satisfatória, capacitando assim diversos agentes multiplicadores sobre tais assuntos A capacitação recebida pelos operadores da segurança é mais uma iniciativa do Governo para a manutenção e consolidação da democracia.

Público-alvo: Operadores de Segurança Pública – Estaduais e Municipais (Policiais Estaduais e Bombeiros Militares, Guardas Civis, Agentes Penitenciários.)

Estratégias utilizadas para implementação: A participação dos operadores diretos de segurança pública é fundamental para a manutenção e consolidação da democracia, não apenas como elemento ordenador e repressor de práticas anti-sociais, mas particularmente no âmbito arquetípico, como estruturante da moralidade pública. A ação policial é, portanto, enquadrada no campo dos "setores profissionais - chave", altamente impactantes sobre as disposições ético-morais do consciente e do inconsciente coletivo. Historicamente são sistêmicas e crônicas as denúncias, tanto por parte de organizações da sociedade civil brasileira quanto de Organizações Internacionais, de abusos, mau atendimento ao público, truculência, corrupção, tortura e execuções, em significativos bolsões das polícias brasileiras. Especialmente na última década, importantes avanços foram realizados pelo Estado brasileiro para coibir tais práticas e criar

uma cultura de racionalidade e modernidade. O caminho escolhido pelo Estado passa obrigatoriamente pela educação dos efetivos policiais, por meio da transversalidade do tema Direitos Humanos nas Escolas e Academias e pela presença explícita da temática em questão como ferramenta para a transversalidade e como superação de interditos culturais. Ciente disso, o Ministério da Justiça, por intermédio da SENASP, vem realizando desde 2004 a Jornada Formativa de Direitos Humanos. Dado o imenso contingente de profissionais de segurança pública nas áreas abrangidas pelo Programa, foi adotada uma estratégia para executar tal ação educativa; a formação de lideranças multiplicadoras de cultura (conceito que extrapola a visão formal de "multiplicadores" como meramente reprodutores de cursos feitos).

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**: A Coordenação-Geral de Ensino da SENASP acompanha todas as edições das Jornadas Formativas de Direitos Humanos por meio de seu representante legal com o objetivo de formalizar e identificar todos os aspectos desta parceria com os Estados e Municípios. O representante monitora todos os aspectos de infraestrutura (qualidade, quantidade, especificidade, equipamentos, alimentação etc), bem como coordena a logística de envio e distribuição do material didático, quantidade de alunos, contatos com os representantes oficiais locais, metodologias e consultores. No tocante a avaliação são utilizados questionários de aferição inicial para mensuração quanto ao nível de entendimento dos alunos acerca do conteúdo a ser ministrado, suas percepções e conceitos sobre a temática e, ao final, um novo questionário para se avaliar o processo ensino-aprendizagem a que foram submetidos, com a finalidade de se aperfeiçoar o processo didático-pedagógico.

Resultados do projeto: As Jornadas Formativas estão sendo realizadas de maneira constante com proposta para aumento de carga horária, de 16 para 40 horas, com manutenção da metodologia de ensino; participação ativa e reflexiva de to-

dos os participantes, de modo a propiciar as condições para a assunção de atitudes, comportamentos e responsabilização ética, referenciados no horizonte dos valores e princípios que protegem e promovem a vida.

De 2004 a 2009, já participaram das Jornadas Formativas de Direitos Humanos aproximadamente 9.000 operadores de Segurança Pública.

	Nome do Projeto/Ação: **Gestão de Convênios**
	Área Responsável pela Implementação:
	Coordenação-Geral de Ensino do Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública (DEPAID)

Objetivo do projeto: Acompanhar e controlar a gestão de recursos federais repassados aos Estados por meio de convênios, para o custeio de capacitação dos operadores de Segurança Pública e reaparelhamento das Academias das instituições de Segurança Pública para Estados, Municípios e Distrito Federal.

Público alvo: Gestores contratuais.

Estratégias utilizadas para implementação: A crescente necessidade de controle para acompanhar os recursos federais repassados aos Estados, por meio de convênio, fez com que a Coordenação-Geral de Ensino designasse um grupo de funcionários para se especializar, avaliar, monitorar e dar suporte aos Gestores contratuais quanto à gerência dos referidos convênios.

O Governo Federal repassa por meio do programa de Valorização Profissional cerca dezenove milhões de reais todos os anos para que os Estados, Municípios e Distrito Federal apliquem diretamente em aparelhamento de suas instituições de ensino.

Além da possibilidade de aprovação dos mais diversos e inovadores projetos para se equipar salas de aula, laboratórios, bibliotecas, auditórios, o programa de valorização também permite a capacitação de operadores de Segurança Pública nos seguimentos do Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Militar e Polícia Civil.

As academias de ensino das instituições adquirem uma boa estrutura para a formação de verdadeiros cientistas na área

da Segurança Pública.

A má gestão do erário acarreta não só um prejuízo financeiro, mas também um prejuízo social, pois destrói a possibilidade do operador de Segurança Pública construir um saber evolutivo e multiplicador não só dentro das academias de ensino, mas na aplicação prático-profissional vivenciada, seja no setor administrativo, seja em campo.

A importância do conhecimento é notório. As instituições podem apresentar projetos por intermédio de suas secretarias, o que torna o controle documental de vital importância na execução dos projetos, além das medidas administrativas, orçamentária, financeiras e técnicas, exige-se do Gestor uma atualização legislativa constante.

Por conta dessas multifunções, o Gerente de Convênios é considerado o regente estadual da boa execução do plano de trabalho dos projetos e por isso exige-se dele a atualização de conhecimentos diversos acerca da administração pública e dos princípios que regem a transparência e a urbanidade na utilização do dinheiro público.

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**: Para acompanhar os processos foram criadas planilhas de controle de prazos e monitoramentos de fases pela equipe técnica responsável. O monitoramento será iniciado dentro de 60 dias após o repasse do recurso.

Resultados do projeto: Passam pela Coordenação-Geral de Ensino, em média, 200 processos por mês para verificação, controle e emissão de parecer. A partir da criação do grupo de gestores responsáveis pelos processos, espera-se que a incidência de reiterados erros, a devolução de solicitações, recursos ou inconsistências diminuam substancialmente.

	Nome do Projeto/Ação: **Programa de Construção de Padrões de Qualidade – PCPQ**
	Área Responsável pela Implementação:
	Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública (DEPAID)

Objetivo do projeto: O PCPQ tem por propósito o aperfeiçoamento da qualidade do ensino e vincula-se a necessidade de transformação do ambiente de formação profissional a partir da ênfase da qualidade nos processos de gestão, de planejamento e execução dos projetos das Instituições de Ensino de Segurança Pública (IESP).

Público alvo: Instituições de Ensino de Segurança Pública-IESPs.

Estratégias utilizadas para implementação: Construir padrões de qualidade para a Polícia Militar, Bombeiro Militar e Polícia Civil e possibilitar para as Instituições de Ensino de Segurança Pública, autoconhecimento, organização administrativo-pedagógica, melhoria da infra estrutura, ampliação da excelência das ações educativas e para a SENASP, integrar as informações e dados coletados, implementar metodologias de acompanhamento, mapear com relatórios comparativos as situações das IESPs entre si, disseminar práticas bem sucedidas, estabelecer ações mediadoras de padronização nacional de qualidade e subsidiar a distribuição de recursos federais.

Mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação: Informação de dados das IESPs, pesquisa de perfil organizacional, construção de padrões de qualidade de acordo com as peculiaridades institucionais. Focos de observação:

estruturas físicas, recursos humanos, valorização profissional, capacitação, recursos materiais convencionais, bibliotecas, articulação institucional (RENAESP, Universidades, Conselhos); observação do cumprimento dos seguintes quesitos: possuir potencial de transformação, motivar a gestão da qualidade, favorecer o repensar, ampliar o auto conhecimento institucional, estimular participação mais consciente de servidores, identificar as potencialidades e as fragilidades, oportunizar a aprendizagem entre profissionais, motivar adequar a missão institucional com as demandas, divulgar iniciativas de sucesso.

Resultado geral da ação: Elaboração da política de aperfeiçoamento da situação de trabalho das IESP através de uma COMISSÃO DE OBSERVADORES EXTERNOS composta por 01 membro da Polícia/Brigada Militar, 01 de Bombeiro Militar, 01 da Polícia Civil, capacitados pela SENASP, que deverão visitar e qualificar *in loco* a realidade das IESPs para garantir a participação da comunidade interna no PCPQ: gestores, servidores, docentes e alunos realizarão entrevistas semi-estruturadas para coleta de dados e aplicação de questionários encerrado com a elaboração de parecer conclusivo sobre a realidade da IESP. A COEX terá como funções: realizar reuniões com gestores e servidores das áreas administrativas e pedagógicas; visitar as dependências administrativas e de ensino (internas e externas); realizar entrevistas semi-estruturadas agendadas com servidores, docentes e alunos dos eventos de ensino, em execução; analisar a execução das ações pedagógicas; e registrar práticas bem sucedidas indicadas para disseminação em âmbito nacional. Preparar as IESPs para uma visão multidimensional da realidade educacional, adoção de padrões de qualidade e do selo de qualidade de ensino.

Capítulo 3

POLÍTICAS PARA VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍTICAS PARA VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

As políticas para valorização do profissional de Segurança pública buscam planejar, pactuar, implementar, coordenar e supervisionar as atividades de educação - gerencial, técnico e operacional, dos profissionais de Segurança Pública em cooperação com as Unidades da Federação; identificar e propor novas metodologias e técnicas de educação voltadas ao aprimoramento das atividades de Segurança Pública, Justiça Criminal a apoiar e promover educação qualificada e continuada dos profissionais de Segurança Pública, Justiça Criminal e órgãos periciais; identificar, propor, planejar, implementar, monitorar e avaliar mecanismos de valorização do profissional de segurança pública.

	Nome do Projeto/Ação: **Centro de Coordenação e Capacitação Policial (CCCP/MERCOSUL)**
	Área Responsável pela Implementação: **Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em segurança Pública (DEPAID)**

Objetivo do projeto: Seu objetivo é a coordenação da capacitação e atualização das forças de segurança e policiais, com a finalidade de neutralizar as novas e sofisticadas formas da ação delitiva que tem adquirido uma crescente dimensão transnacional e requer a adoção de processos educativos dinâmicos para a capacitação dos recursos humanos que garantam a segurança pública, baseando-se na difusão de novos conhecimentos científicos e tecnológicos.

Público alvo: Autoridades de Segurança e/ou Policiais dos países membros e associados.

Estratégias utilizadas para implementação: Difundir e coordenar a Oferta Educativa Internacional no tema de Segurança Pública entre as Forças de Segurança e/ou Policiais dos países membros e associados; detectar, coordenar e assessorar as demandas e necessidades de atualização e capacitação dos recursos humanos das diferentes Instituições Policiais dos países membros e associados; promover o intercâmbio de experiências que evidenciem abordagens criativas e inovadoras dessa problemática e permitam o contínuo avanço dos conhecimentos requeridos; avaliar a pertinência, desenvolvimento e resultados dos processos de capacitação e aperfeiçoamento ofertados e/ou implementados; planejar e desenvolver os planos e programas de capacitação apresentados pelas Instituições Policiais dos países membros e associados; estudar as formas de articulação possíveis de implementar entre todas aquelas Forças de Segurança e/ou Policiais, Instituições Universitárias

e Organismos Governamentais ou Não-Governamentais que representem - pela sua temática - novas abordagens criativas da problemática aludida; gerar um espaço de reflexão comum entre as Autoridades de Segurança e/ou Policiais dos países membros e associados perante os fenômenos de violência que exigem uma visão adequada da convivência urbana.

Mecanismos de acompanhamento e monitoramento: Através dos relatórios apresentados nos encontros nos encontros periódicos da Comissão Técnica das Reuniões dos Ministros do Interior e Justiça do MERCOSUL. Possui uma Direção *pro tempore* que é exercida anualmente e de forma rotativa por representantes dos países.

Resultado geral do projeto: Interrelacionar planos de estudos e programas de capacitação na prevenção e repressão da criminalidade organizada transnacional e, em geral, dos delitos de execução internacional; Realizar estudos para lograr Cursos de Especialização que melhorem a capacitação dos servidores comprometidos na Segurança Regional referente à normativa do MERCOSUL.

	Nome do Projeto/Ação: **Projeto Bolsa-Formação**
	Área Responsável pela Implementação: **Coordenação do Projeto Bolsa-Formação Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública (DEPAID)**

Público-alvo: Policiais civis, policiais militares, bombeiros, agentes penitenciários, agentes carcerários, peritos ou ocupantes de cargo ou emprego efetivo nas guardas civis municipais.

Estratégias utilizadas para implementação: Historicamente, a valorização e a qualificação dos profissionais de segurança pública no Brasil[1] não estiveram entre as prioridades governamentais. A omissão de sucessivos governos - das esferas federal, estadual e municipal - resultou em um quadro de desvalorização profissional, defasagem salarial, desprestígio ocupacional, excessiva carga horária de trabalho e de longo espaço de tempo entre a primeira formação do profissional e as novas capacitações, quando existentes. É nesse contexto, com o intuito de buscar a valorização e incentivar a qualificação dos profissionais de segurança pública, por meio de uma política de qualificação profissional continuada, promovida pela Rede de Educação a Distância, utilizando-se como incentivo a transferência direta de renda, que surge o Projeto Bolsa-Formação no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI. Essa iniciativa marca uma mudança na forma do Estado gerir a segurança pública, a medida que deixa de

1 Entenda-se profissional de segurança pública como aqueles integrantes dos órgãos descritos no art. 144 da Constituição Federal e mais os profissionais que exercem atividades em unidades prisionais ou de custódia de presos.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

(...) § 8º - Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

investir quase que exclusivamente em viaturas e armamentos e passa a voltar suas ações, prioritariamente, para o profissional, transformando-o de mero espectador para agente transformador da realidade social brasileira. O Projeto Bolsa-Formação foi instituído por meio da Lei nº 11.707, de 19 de junho de 2008, que alterou a Lei nº 11.530/2007. A Lei nº 11.530/2007 é regulamentada pelo Decreto nº 6.490, de 19 de junho de 2008, alterado pelos Decretos nº 6.609, de 22 de outubro de 2008 e 7.081, de 26 de janeiro de 2010.

Para implementar o projeto, adotou-se um modelo de gestão compartilhada entre as três esferas de governo - federal, estadual e municipal - que atuam como co-responsáveis pelo planejamento, execução, fiscalização e avaliação do projeto. A participação do ente federado tem como marco a assinatura do Termo de Adesão e Cooperação com o Governo Federal.

Nesse formato, a gestão do Projeto Bolsa-Formação, no âmbito federal, é de responsabilidade do Ministério da Justiça, executada por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, a quem compete: apoiar, coordenar, acompanhar e supervisionar a implantação e a execução do projeto; emitir regulamentos e instruções operacionais sobre o projeto; capacitar gestores e representantes institucionais e prestar informações e orientações necessárias à execução das atividades de cadastramento; avaliar a qualidade do cadastro em nível nacional, definindo estratégias de melhorias; disponibilizar aos estados e municípios a base de dados de seus beneficiários; esclarecer dúvidas sobre o cadastro; fiscalizar, controlar, monitorar e avaliar, com intuito de detectar falhas ou irregularidades; gerir o SISFOR; supervisionar o cumprimento das condicionalidades dos beneficiários em articulação com os estados e municípios; conceder o benefício.

À gestão estadual ou municipal, executada por Estados ou Municípios integrantes do projeto, compete: nomear o gestor local do Projeto Bolsa-Formação para atuar como interlocutor junto ao Ministério da Justiça; analisar as informações e zelar pela qualidade e veracidade dos dados coletados; manter atualizada a base de dados no SISFOR; dispor de infra-estrutura e recursos humanos permanentes para a gestão e execução do

cadastro; prestar apoio e informações aos profissionais de segurança pública e justiça criminal sobre o Projeto Bolsa-Formação; apurar e/ou encaminhar denúncias às instâncias cabíveis; acompanhar o cumprimento das condicionalidades; comunicar imediatamente ao Ministério da Justiça quando algum beneficiário do projeto deixar de cumprir as condicionalidades; criar, quando necessário, as condições de flexibilização da jornada de trabalho aos profissionais para realização dos cursos da Rede Nacional em Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP; instituir e regulamentar a Comissão Local de Acompanhamento e Controle do projeto; instituir e manter programas de polícia comunitária (apenas para os Estados); garantir remuneração mensal não inferior a R$ 1.300,00 aos beneficiários até dezembro de 2012 (apenas para os Estados).

Como agente pagador contratado figura a Caixa Econômica Federal - CEF, a quem compete desenvolver as seguintes atividades: gerir, operar e atuar como agente pagador dos benefícios; processar o arquivo de Número de Identificação Social - NIS e da Folha de Pagamento, devolvendo o resultado desse processamento; emitir cartões e cadastrar a senha aos beneficiários; efetuar a Prestação de Contas; dispor de informações sobre os pagamentos.

A execução compartilhada tem como principal ferramenta o Sistema Nacional do Bolsa-Formação – SISFOR, que é um instrumento de coleta, armazenamento e processamento de dados e que reúne as informações dos profissionais de segurança pública e justiça criminal cadastrados, necessárias para gerir a concessão do benefício. Nele se concentram as ações das gestões federal, estadual e municipal.

Cada ente federado dispõe de um coordenador, também denominado gestor. Poderá existir ainda subcoordenadores, também denominados representantes institucionais. Esses profissionais são responsáveis pelo registro, no SISFOR, das operações realizadas para implantação do projeto, a análise dos requerimentos – aprovação ou reprovação –, alteração de dados cadastrais dos beneficiários, quando necessário, além do fornecimento de informações sobre exclusões de profissionais nas hipóteses previstas na legislação.

Inicialmente, policiais militares, policiais civis, bombeiros, agentes penitenciários, agentes carcerários e peritos podiam ser contemplados com benefícios que variavam de R$ 180,00 (cento e oitenta reais) a R$ 400 (quatrocentos reais) mensais.

Com a edição do Decreto nº 6.609/2008, houve a inclusão dos guardas civis municipais. A gestão local, no caso dos municípios, concentra as atividades do Gestor Estadual e do Representante Institucional em uma única figura, denominada Gestor Municipal.

O mesmo Decreto alterou o valor do benefício, que passou a ser de R$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais para todos os profissionais. Para serem contemplados, os profissionais devem atender aos seguintes requisitos:

I - perceber remuneração mensal bruta de até R$ 1.700,00 (mil e setecentos reais);

II - não ter sido responsabilizado ou condenado pela prática de infração administrativa grave, nos últimos cinco anos;

III - não possuir condenação penal nos últimos cinco anos;

IV - freqüentar, a cada doze meses, ao menos um dos cursos oferecidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública ou pelo Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça; e

V - pertencer a corporação de ente federado que tenha assinado o termo de adesão.

Aprovado o requerimento, que é feito por meio do sítio do Ministério da Justiça, o profissional recebe o benefício durante doze meses, consecutivos ou não.

Mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação: Em cumprimento ao disposto no Termo de Adesão ao Projeto Bolsa-Formação, celebrado entre a União por intermédio do Ministério da Justiça, e os entes federados, por meio da Portaria nº 3.682, de 5 de novembro de 2009, foi instituída a Comissão Nacional de Acompanhamento e Monitoramento do Projeto Bolsa-Formação. Compete a Comissão Nacional

de Acompanhamento e Monitoramento do Projeto Bolsa-Formação:

I - promover a Gestão das condicionalidades;

II - estabelecer e incrementar mecanismos e procedimentos que assegurem o registro adequado de dados e informações a respeito do projeto, inclusive das denúncias formalmente prestadas;

III - estabelecer e incrementar mecanismos e procedimentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação do projeto;

IV - assessorar o Secretário Nacional de Segurança Pública na tomada de decisões referente ao projeto;

V - expedir relatórios no âmbito de suas competências; e

VI - requisitar informações e documentos aos entes federativos e beneficiários participantes do projeto.

Para executar as suas atribuições a Comissão realiza visitas *in loco* aos Estados e Municípios integrantes do projeto. Entre os meses de fevereiro e junho de 2010 foram visitados cerca de 30 (trinta) entes federados. Por meio de relatórios a Comissão retrata o que fora verificado em cada visita, subsidiando a análise da política pública, da qualidade da execução em todo o país e a adoção de medidas capazes de aprimorar o projeto.

Resultados alcançados: O Projeto Bolsa-Formação figura como um dos maiores projetos voltados para a segurança pública já existente, seja em termos orçamentários – da ordem de R$ R$ 1.226.777.650,00[2] (um bilhão, duzentos e vinte e seis milhões, setecentos e setenta e sete mil seiscentos e cinqüenta reais) –, seja em termos de abrangência – 222.181 (duzentos e vinte e dois mil, cento e oitenta e um) profissionais contemplados até o mês de junho de 2010. Ao ser criado, o Projeto Bolsa-Formação estabeleceu uma parceria com a Rede de Educação a Distância – Rede EAD, criada em 2005, com o intuito de incentivar os profissionais a participarem dos

2 Valor de investimento em benefícios, entre o mês de março de 2008 e junho de 2010, desconsiderado o montante utilizado para pagamento de tarifa de prestação de serviço à Caixa Econômica Federal.

cursos já oferecidos na modalidade a distância, monitorando a participação dos profissionais com a interação entre o sistema da Rede EAD e o SISFOR. Essa interação do Bolsa-Formação com a Rede EAD foi muito positiva, pois permitiu que a partir de uma plataforma de educação a distância já existente fosse qualificado um número maior de profissionais em um curto espaço de tempo. No primeiro ciclo, no ano de 2005, o número de profissionais matriculados foi de 2.455 (dois mil quatrocentos e cinqüenta e cinco). No décimo ciclo, ocorrido em 2007, esse número chegou a 22.997 (vinte e dois mil novecentos e noventa e sete) matrículas. Percebe-se que nesses dez ciclos houve um aumento significativo de matrículas. A procura pelos cursos oferecidos foi acentuada a partir do décimo primeiro ciclo, com o início do Projeto Bolsa-Formação, o que reflete a influência do projeto na procura pelos cursos.

Portanto, é visível que o Projeto Bolsa-Formação propiciou maior visibilidade à Rede EAD, considerada uma das maiores plataformas de educação a distância do mundo. Hoje a Rede EAD oferece cursos em três ciclos de cursos anuais.

Atualmente, 25 (vinte e cinco) Estados e 54 (cinqüenta e quatro) municípios integram o projeto. São eles os seguintes estados: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo (somente a Administração Penitenciária), Sergipe e Tocantins; e os seguintes municípios: Ananindeua/PA, Araucária/PR, Belém/PA, Belford Roxo/RJ, Belo Horizonte/MG, Betim/MG, Cabo de Santo Agostinho/PE, Caxoeirinha/RS, Canoas/RS, Contagem/MG, Cotia/SP, Curitiba/PR, Diadema/SP, Duque de Caxias/RJ, Embu das Artes/SP, Embu-Guaçú/SP, Esteio/RS, Formosa/GO, Fortaleza/CE, Gravataí/RS, Guarulhos/SP, Itaboraí/RJ, Itapecirica da Serra/SP, Itapevi/SP, Jaboatão dos Guararapes/PE, Jandira/SP, Lauro de Freitas/BA, Macaé/RJ, Maceió/AL, Mesquita/RJ, Nilópolis/RJ, Niterói/RJ, Novo Hamburgo/RS, Olinda/PE, Osasco/SP, Paulista/PE, Pirapora do Bom Jesus/SP, Porto Alegre/RS, Recife/PE, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, Santa Luzia/MG, Santo André/SP, São Bernardo/SP, São Gonça-

lo/RJ, São João de Meriti/RJ, São José dos Pinhais/PR, São Leopoldo/RS, São Paulo/SP, Sapucaia do Sul/RS, Simões Filho/BA, Taboão da Serra/SP, Vargem Grande Paulista/SP e Vitória/ES.

Com a implementação do Projeto Bolsa-Formação o índice de adesão aos cursos da Rede EAD cresceu significativamente, chegando a impressionante marca de 466.965 (quatrocentos e sessenta e seis mil novecentos e sessenta e cinco) profissionais capacitados até 2010. O crescente investimento no projeto, que se justifica em razão da procura dos profissionais, demonstra claramente o sucesso de uma ação que rompe com o mau hábito de relegar iniciativas voltadas diretamente ao profissional e reduz antigas práticas de "maior visibilidade" política, com eficácia duvidosa.

Perceba-se que no ano de 2010 há uma redução no número de profissionais contemplados. Isso porque uma das políticas indutivas adotadas pelo Projeto Bolsa-Formação, que trata do aumento remuneratório dos profissionais, começa a exibir reflexos, vez que diversos entes federados concederam aumento a seus servidores, de modo que os profissionais passaram a perceber uma remuneração mensal bruta superior a R$ 1.700,00 (mil e setecentos reais).

O Projeto Bolsa-Formação evidencia que a segurança pública é feita de pessoas, pessoas estas que precisam ser valorizadas para estarem motivadas e com a auto-estima elevada para enfrentarem as inúmeras dificuldades que seus trabalhos apresentam diariamente. Ademais, precisam estar capacitadas para garantirem um trabalho técnico e de qualidade capaz de atender aos anseios da sociedade e trazer segurança de verdade, não apenas a chamada "sensação de segurança".

Não se pode alterar o que se fez – ou não se fez – no passado pela segurança pública. Contudo, o Projeto Bolsa-Formação é a prova do que se pode fazer no presente, sobretudo quando para os principais atores se desenvolvem políticas públicas capazes de reverter um cenário que desagrada a população brasileira.

	Nome do Projeto/Ação: **Plano Nacional de Habitação para Profissionais de Segurança Pública**
	Área Responsável pela Implementação:
	Coordenação Geral de Ações de Prevenção em Segurança Pública do Departamento de Políticas e Projetos (DEPRO)

Objetivo do Projeto: Proporcionar aos profissionais de segurança pública condições mais facilitadas para acesso ao financiamento da casa própria ou aquisição de material de construção, visando retirá-los de áreas de risco às suas integridades físicas e de suas famílias, de forma a que estes profissionais, além de uma moradia digna, estejam tranqüilos ao desenvolvimento de suas atividades profissionais, especialmente na atuação nos modelos da filosofia de Polícia Comunitária, de forma participativa e colaborativa com a comunidade.

Público alvo: policiais civis e militares, bombeiros militares, agentes penitenciários, peritos criminais e guardas municipais.

Estratégias utilizadas para implementação: estabelecimento de parceria com a Caixa Econômica Federal, considerando que os financiamentos são realizados por esta instituição bancária, negociando as facilidades para os profissionais de segurança pública, notadamente a não consideração de eventual restrição cadastral. Realizadas visitas aos órgãos de segurança pública de todos os Estados e no Distrito Federal, identificando um interlocutor responsável, no Estado, por dar andamento à adequação da legislação para consignação do financiamento em folha, mobilizar e realizar o levantamento dos profissionais interessados na aquisição da casa própria, identificação dos problemas e busca de soluções. As reuniões eram realizadas nos Estados com representante da Senasp/MJ e do gestor central da

Caixa Econômica Federal, junto ao representante da Secretaria de Segurança Pública estadual e o Superintendente Regional da Caixa.

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**: mensalmente é enviada pela Caixa Econômica Federal a relação dos contratos de financiamento firmados com profissionais de segurança pública em cada Estado que aderiu ao Plano. São realizados contatos mensais com os interlocutores dos Estados, no sentido de avaliar a implementação do projeto.

Resultado geral da ação: 12 Estados aderiram ao Plano Habitacional, tendo sido concedidas 1.623 financiamentos, sendo que aproximadamente 12.000 profissionais de segurança pública que fazem parte do projeto Bolsa Formação possuem financiamento da casa própria com a Caixa Econômica Federal.

	Nome do Projeto/Ação: **Projeto Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública**
	Área Responsável pela Implementação:
	Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública (DEPAID)

Objetivo do projeto: Discutir, planejar, propor e implementar medidas de valorização profissional que contribuam com melhores condições de trabalho, com a prevenção de adoecimentos e com a promoção de qualidade de vida.

Público-alvo: Policiais Civis, Militares e Corpos de Bombeiros.

Estratégias utilizadas para implementação: Fomentação e estruturação de Núcleos Integrados de Prevenção e Gerenciamento de Estresse; Pesquisas: Perfil Profissiográfico e Mapeamento de Competências, Mapeamento das Estruturas Estaduais de Atenção à Saúde, Identificação das necessidades de Capacitação dos gestores estaduais de saúde Pesquisa de Condições de Trabalho, Jornadas e Condições de Saúde, Rede Nacional de Qualidade de Vida, Capacitações dos Gestores estaduais de saúde na segurança pública, Normatização do Projeto, Publicação do Guia de Ações em Qualidade de Vida.

Mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação: realização do I Encontro de Acompanhamento de Convênios de Qualidade de Vida; pesquisas de mapeamento das estruturas de saúde existentes, visitas técnicas in loco para conhecimento das boas práticas na área, visitas técnicas para acompanhamento dos convênios pactuados nos estados, criação da Rede Nacional de Qualidade de Vida, o que permitirá maior troca de informações com os gestores estaduais de saúde e fomentará a integração entre as diferentes instituições.

Resultados do projeto: A estreita relação entre trabalho e adoecimento vem sendo objeto de inúmeros estudos científicos. O trabalho pode ser fonte de prazer ou sofrimento a depender de suas condições de organização, das relações socioprofissionais estabelecidas e do modo de enfrentamento do indivíduo frente às demandas cotidianas, dentre outros fatores. Por suas peculiaridades, as atividades de Segurança Pública impõem aos profissionais o enfrentamento de situações-limite. Para esses, o fator risco é inerente e estruturante de suas condições de trabalho. Já as situações concretas de perigo e confronto desencadeiam alterações fisiológicas no organismo que se prepara para reagir. Todas essas alterações são agravadas pelas escalas de serviço, atividades extra, escassez de sono, repetitividade das ocorrências, exposição ao risco, situações de emergência e ausência de segurança para si próprio. Evidências indicam que respostas individuais satisfatórias de enfrentamento desses aspectos podem minimizar o impacto negativo das condições e organização do trabalho e diminuir o risco de adoecimento. Diante disto, intervenções para manejo de estresse ocupacional que busquem promover um repertório saudável de estratégias de enfrentamento devem ser fomentadas e desenvolvidas. Essas intervenções visam diversificar as estratégias para lidar com situações estressoras e ampliar o controle do trabalhador sobre a sua saúde. Além das intervenções individuais, também devem ser fomentadas maior participação na organização do trabalho, autonomia e melhoria de trabalho em equipe, bem como intervenções organizacionais (identificação de fontes organizacionais estressoras e modificação no ambiente de trabalho, tais como estrutura organizacional, condições de segurança, treinamento e desenvolvimento). Apesar do Projeto se aproximar de dois anos de implementação, ainda há um longo caminho a ser percorrido para implementação de ações efetivas de atenção biopsicossocial nas instituições de segurança pública. Como principais dificuldades enumera-se: cultura organizacional; mito do super herói, dificultando a busca por apoio; foco na psicologia clínica em detrimento de atividades preventivas; pouca destinação de recursos, tanto materiais quanto humanos, para desenvolvimento de projetos na área. Os dados das pesquisas

realizadas até o momento indicam que, a despeito da existência de algum tipo de estrutura voltada à atenção à saúde do profissional de segurança pública na grande maioria dos estados (96,2%) e do empenho dos profissionais de saúde envolvidos, em muitos casos, o funcionamento é precário devido à carência de recursos humanos e materiais e falta de apoio superior. Há maior atenção exclusivamente à saúde física e as atividades não têm um caráter preventivo. Observa-se, portanto, que o sofrimento psíquico faz parte da rotina de trabalho desses profissionais e que as ações de prevenção e tratamento são dificultadas pela pressão dos colegas e da sociedade em sustentar uma imagem de "homem forte e corajoso" que não sucumbe frente às dificuldades. Frente ao cenário apresentado foram elaboradas diretrizes nacionais na área, institucionalizadas por meio da IN GAB/MJ nº 01/10. Além disso, é necessário pactuar com os estados as regulamentações necessárias para o adequado funcionamento dos programas; elaborar planos de capacitação para as equipes de saúde; realizar encontros e oficinas para os profissionais de saúde das instituições estaduais de segurança pública; realizar reuniões de sensibilização nos níveis estratégicos das instituições, com o intuito de atentar as autoridades para a necessidade de transformação das condições de trabalho; e propor parcerias com o Ministério da Saúde (programas de educação e prevenção geral em saúde) e com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas – SENAD (capacitação em tratamento e prevenção de dependência química). Dessa forma, o Governo Federal, por meio da SENASP, atua como facilitador da implementação de políticas públicas destinadas a oportunizar melhores condições emocionais para o enfrentamento das situações de trabalho, investindo em ações de caráter educativo e preventivo, visando à saúde mental e à melhoria do ambiente de trabalho, das relações interpessoais e da qualidade de vida do servidor de Segurança Pública.

1. Mapeamento das Estruturas Estaduais de Atenção à Saúde: O primeiro passo para a estruturação do Projeto, ainda no segundo semestre de 2008, consistiu no Mapeamento das Estruturas Estaduais de Atenção à Saúde. A

Pesquisa foi concebida no âmbito do Projeto Segurança Cidadã, uma parceria do Ministério da Justiça, por meio da SENASP, com o Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas – PNUD. Para realizar o levantamento de dados acerca dos Programas de Qualidade de Vida existentes nas Instituições Estaduais de Segurança Pública, procedeu-se à contratação de consultorias especializadas no período de setembro a novembro de 2008, para ir a campo em 19 Unidades da Federação (DF, GO, MT, AL, BA, CE, MA, BA, PE, PB, RN, AM, PA, RR, MG, RJ, SP, PR, RS e SC) selecionados a partir de pesquisas anteriores que indicavam a existência de programas de atenção à saúde nesses locais. Concomitantemente, identificou-se, junto às Unidades da Federação, um interlocutor responsável pelos programas de atenção à saúde ou qualidade de vida para receber o consultor e repassar os dados solicitados. Ressalva-se que as entrevistas foram realizadas com os profissionais indicados pelo Comando Geral ou Diretoria das próprias instituições. O objetivo principal do levantamento consistiu na identificação dos projetos relacionados à Qualidade de Vida e Saúde Coletiva, da metodologia utilizada e das estruturas existentes com o intuito de subsidiar a elaboração do Projeto Nacional de Qualidade de Vida para os Profissionais de Segurança Pública. As conclusões do relatório não se constituem em críticas com o simples objetivo de evidenciar os pontos fracos das instituições, mas sim aproveitar o momento propício e indicar, além dos programas bem sucedidos, quais as potencialidades que devem ser fomentadas e desenvolvidas, visando a valorização profissional com vistas a melhorar a eficiência do corpo técnico que compõe a segurança pública no Brasil. Durante as visitas, foi aplicado o formulário padrão de Instrumento de Coleta de Dados, preenchido em conjunto pelos consultores e pelos profissionais das instituições. Entre as instituições visitadas, 96,2% possuem algum tipo de Programa de Atenção à Saúde do Servidor. Apenas a PC de Roraima e a PC do Rio Grande

do Norte informaram não possuir nenhuma ação dessa natureza. Apesar da existência de iniciativas de programas biopsicossociais, os relatos qualitativos indicam algumas necessidades de aprimoramento e de apoio para que esses projetos possam ser efetivos: sua regulamentação no âmbito das Instituições , infra-estrura adequada, recursos humanos, um planejamento mínimo a partir da identificação dos problemas, bem como o monitoramento e avaliação das intervenções realizadas. Dos resultados deste Mapeamento, destacamos: em que pese uma maior freqüência de programas no atendimento psicológico (88,68%), o mesmo configura-se basicamente em atendimento clínico individual; apenas 49,06% das instituições informaram desenvolver atividades de Qualidade de Vida; existência de uma maior preocupação com atividades de tratamento, tais como apoio ao policial vitimado e à sua família, em detrimento das atividades de prevenção e promoção da saúde; os Estados e Instituições com maior número de ações específicas de atenção psicossocial são a PM de Goiás (13 ações); as PM's do Paraná e de Santa Catarina, ambas com 12 ações; a PM de São Paulo (11 ações); e as PM's da Bahia e de Pernambuco (10 ações); tradicionalmente, a PM é a instituição que mais se preocupa com a saúde física de seus profissionais, possuindo em seus quadros os cargos de oficiais de diversas especialidades da área de saúde; possivelmente, a maior preocupação com a saúde dos policiais militares se deve ao fato desse grupo encontrar-se mais exposto a riscos no exercício profissional de suas atividades de policiamento ostensivo; as maiores dificuldades relatadas referem-se à necessidade de recursos humanos e precariedade da infra-estrutura; aproximadamente 30% das instituições visitadas revelaram a necessidade de capacitação para a equipe de atenção à saúde dos profissionais de Segurança Pública; o relatório completo do mapeamento indicando os dados detalhados de cada instituição foi enviado às Secretarias de Segurança Pública, Comandos Gerais e Diretorias Ge-

rais de todas as Instituições participantes, para conhecimento. O relatório resumido contendo os dados gerais está disponível no sítio eletrônico do MJ (www.mj.gov.br/senasp). Essa estratégia foi essencial para a fomentação e estruturação de Núcleos Integrados de Prevenção e Gerenciamento de Estresse.

2. Fomentação e estruturação de Núcleos Integrados de Prevenção e Gerenciamento de Estresse: A partir do conhecimento do cenário na área de atenção à saúde proporcionado pelo Mapeamento de 2008, a SENASP induziu em dez Estados da Federação (AM/MT/RO/RR/RN/SE/TO/SC/PI/PB), a partir da transferência de recursos do FNSP, projetos que tinham como metas: palestras de sensibilização dos Comandos e do efetivo para esclarecimento sobre o projeto; formalização de uma Comissão de Gestão Integrada para implementação do projeto, formada por representantes de todas as instituições participantes; realização de Grupos focais para construção dos instrumentos de coleta de dados; pesquisa de Mapeamento das fontes e níveis de estresse em uma amostra de cerca de 20% de todo o efetivo, incluindo a PC, a PM e o CBM; devolução dos resultados coletivos para o alto Comando a fim de orientar sobre medidas de gestão que possam ser adotadas para diminuição nas fontes de estresse; estruturação física de Núcleos de Prevenção e Gerenciamento de Estresse em cada uma das instituições participantes; contratação de pessoa jurídica para consultoria e apoio aos profissionais do Núcleo na implementação de medidas de gerenciamento de estresse e atendimento aos profissionais; capacitação das equipes de atenção biopsicossocial das instituições no tema para que possam continuar com as ações após o término da vigência do convênio. O acompanhamento dos projetos se dá a partir do preenchimento de formulários próprios perpassando pela execução física e financeira e visitas técnicas de monitoramento. Além disso, foi realizado em maio de 2009 o I Encontro de Acompanhamento dos

Convênios de Qualidade de Vida com vistas a verificar o cumprimento do objeto pactuado e identificar experiências exitosas e as dificuldades encontradas, socializando informações para um melhor planejamento e execução dos projetos futuros. Como resultado concreto dessa estratégia que ainda está sendo implementada em parceria com as Unidades da Federação, podemos inferir que a atenção à saúde do profissional de segurança pública faz parte da agenda do Governo Federal.

3. Pesquisa Perfil Profissiográfico: Em 2009, ao solicitar-se formalmente às instituições de segurança pública os perfis profissiográficos utilizados para seleção, verificou-se que grande parte não possuía um documento formal ou utilizava perfis não construídos cientificamente. Os desenhos de cargos utilizados atualmente muitas vezes não contemplam aspectos como conhecimentos, habilidades e atitudes exigidos para execução das tarefas, a descrição dos fatores dificultadores e facilitadores (suporte organizacional). Em outros casos, a descrição dos cargos é feita de forma empírica, com base exclusivamente na opinião de gestores e chefia, sem considerar a real atividade desempenhada pelos trabalhadores. Somando-se a isso, não há um diagnóstico formal ou levantamento das necessidades de capacitação que permitam o planejamento adequado das ações de gestão das instituições, tais como constituição de equipes, seleção, análise do trabalho, avaliação de desempenho, planejamento de treinamento, serviço ao cidadão, desenvolvimento gerencial e profissional, aconselhamento, desenvolvimento de carreiras, desenvolvimento de liderança e administração de conflitos. A falta de uma definição formal para os perfis dos cargos pode acarretar em dificuldades na gestão de equipes, problemas na comunicação, seleção inadequada, sobrecarga de atividades e descompasso entre o trabalho prescrito e o real, impactando no desempenho das atividades na instituição.

Diante do exposto, a SENASP atuou em 2 (duas) frentes: na pactuação de Convênios com os Estados de AM, MT, RO, RR, SC e TO para a realização de profissiografia e mapeamento de competências dos cargos de soldado e tenente da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar e dos cargos de agente e delegado da Polícia Civil, bem como capacitação dos profissionais da área de gestão no curso de Metodologia de Profissiografia e Mapeamento de Competências; e na Pesquisa Nacional de Profissiografia e Mapeamento de Competências: a pesquisa está sendo realizada em parceria com o PNUD, para realizar o levantamento de informações que consolidem um perfil profissiográfico dos profissionais das Instituições Estaduais de Segurança Pública (PC, PM e CBM) e o respectivo mapeamento de competências necessárias à execução de suas atividades, identificando, comparando e estabelecendo o conjunto comum/divergente dos conhecimentos, habilidades e atitudes que compõem o perfil profissiográfico do profissional da área de segurança pública.

A profissiografia consiste em uma metodologia utilizada para atender a necessidade de se conhecer profundamente os tipos de trabalho, as exigências morfo-físico-psicológicas para o seu desempenho e verificar se a adequação do homem ao trabalho e do trabalho ao homem bem como ao seu ambiente laboral é compatível com a busca dos objetivos: produtividade, prevenção de acidentes e preservação da saúde e da integridade física do trabalhador. Seu produto é a análise detalhada do cargo, indicando sua missão, as tarefas a serem executadas, os facilitadores, dificultadores e os requisitos. O conhecimento do perfil profissiográfico e a identificação das características comuns dos profissionais da área de segurança pública que atuem neste contexto contribuirão para a efetividade dos resultados das ações de capacitação planejadas e realizadas de forma integradas. Já o mapeamento de competências, que consiste na identificação das competências que os profissionais detêm e as lacunas existentes, visa a otimizar o desempenho dos profissionais, bem como oferecer condições para que estes percebam a necessidade de se preocupar com o autodesenvolvimento. O processo de mapeamento de competências permite que as

necessidades do treinamento sejam apontadas de forma mais eficaz, pois define as competências ou as habilidades propostas pela instituição, que o profissional deve adquirir. Assim, alinhar as competências individuais dos seus profissionais com as competências necessárias para que atinjam seus objetivos estratégicos, constitui um importante passo no sentido da reforma das instituições de Segurança Pública. A Pesquisa foi realizada em etapas que contemplaram desde a elaboração de roteiros, a constituição de grupos focais, (composto por instituição, unidade da federação e categoria profissional distintas) a construção de 3 (três) instrumentos para levantamento da profissiografia e mapeamento de competências dos cargos base da PM, CBM e PC, realização de pré-teste, transposição dos instrumentos em HTLM para o site do Ministério , divulgação pela plataforma de educação a distância. A pesquisa ficou no ar durante 3 (três) meses, alcançando 3.782 respondentes do CBM, 24.678 da PM e 5.432 da PC. Atualmente, encontra-se na fase de tabulação dos dados. A previsão de entrega do relatório final é para setembro de 2010.

Os resultados da Pesquisa Nacional de Profissiografia contribuirão para o aperfeiçoamento e atualização da Matriz Curricular Nacional para Formação dos Profissionais de Segurança Pública.

4. Identificação das necessidades de Capacitação dos gestores estaduais de saúde: Para atender adequadamente as necessidades dos profissionais de segurança pública, a rede de suporte institucional precisa estar apta e em constante atualização e aprimoramento. Neste intuito, o Projeto Qualidade de Vida tem como uma de suas metas o diagnóstico das demandas de capacitação e valorização profissional dos servidores envolvidos na atenção biopsicossocial das instituições de segurança pública. Assim, visando coletar informações sobre os Programas de Capacitação desenvolvidos pela área de saúde e gestão de pessoas das instituições estaduais de Segurança Pública, elaborou-se instrumento para levantamento

das necessidades de capacitação das equipes estaduais de saúde. O levantamento auxiliou na elaboração e planejamento das ações futuras de qualificação e valorização profissional, bem como iniciou o mapeamento das formações e competências dos profissionais envolvidos na atuação biopsicossocial em um contexto federativo. O questionário foi aplicado durante o III Encontro Nacional do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em Vitória/ES, em abril de 2009 e abrangeu aspectos como a formação dos profissionais que atuam nessa área, temas para capacitação dentre outros. Ao todo foram respondidos 32 (trinta e dois) questionários das 5 regiões do país. Os resultados indicam como temas mais urgentes para capacitação: "Sofrimento psíquico" - desde distúrbio do sono, estresse, depressão, síndrome do pânico / stress pós-traumático / transtornos de personalidade, etc, com 17,10% do total de respostas; "Dependência química" com 15,20%; e em terceiro ""Assistência à família do policial" com 8,86%. Igualam-se em quarto lugar os assuntos "Técnicas diretas de intervenção terapêuticas", "Relações interpessoais" e "Prevenção à manifestações suicidas" com 7,59% do total. Os resultados alcançados permitirão a equipe do Projeto planejar de forma mais adequada suas ações de capacitação para o público alvo de profissionais que desenvolvem atividades de atenção biopsicossocial no âmbito da segurança pública que contribuirá no fortalecimento da Rede de profissionais estaduais de atenção à saúde para que possam oferecer aos servidores de segurança pública condições de enfrentar melhor as situações de risco e desempenhar seu trabalho adequadamente, além de prover suporte institucional e atenção biopsicossocial qualificada e preventiva.

5. Pesquisa de Condições de Trabalho e Condições de Saúde: Além das estratégias citadas anteriormente, a SENASP entende como imprescindível realizar pesquisas específicas visando à investigação dos fatores que

levam ao adoecimento e à precarização das condições de trabalho dos operadores de segurança pública. Nesse sentido, a coleta dessas informações configura-se como importante instrumento para embasar as decisões no campo, a formulação de políticas públicas de saúde e a implementação do Projeto Nacional de Qualidade de Vida para Servidores de Segurança Pública. Assim, torna-se necessário investigar a relação entre as condições de trabalho, especificamente os diferentes regimes de jornada, e o padrão de adoecimento e licenças para tratamento de saúde do efetivo. Os resultados deverão identificar as fontes e causas dos problemas encontrados nas instituições, permitindo a adoção de ações preventivas e de tratamento. No meio da Segurança Pública há um grande debate em torno da adequação das diferentes jornadas de trabalho e suas implicações na gestão. Há que se considerar ainda a implicação das diferentes jornadas de trabalho na qualidade de vida do profissional , no relacionamento familiar e social, nas atividades de lazer e na saúde como um todo. Diferentes Estados normatizam a jornada de trabalho dos agentes de segurança pública de diversas formas, as mais comuns determinam plantões de 24 horas de trabalho por 48 de descanso, 24 x 72, ou até mesmo regimes alternados de 12 x 24 e 12 x 48. Contudo, a discussão em torno do que seria mais adequado não tem se embasado em evidências científicas considerando as reais implicações das jornadas na gestão administrativa da corporação e na saúde e qualidade de vida dos profissionais. Dessa forma, a SENASP identificou a necessidade de realizar a Pesquisa de Mapeamento de Condições de Trabalho, Jornadas e implicações na saúde do servidor de segurança pública. Seus resultados serão fundamentais para a implementação de novas diretrizes e políticas para o Projeto Nacional de Qualidade de Vida, bem como para lançar luz e embasar o debate acerca da adequação das diferentes jornadas de trabalho existentes atualmente. A pesquisa será realizada em parceria com o PNUD. Seus resultados representarão ainda uma fonte indispensável

de informações para o planejamento, monitoramento e avaliação de políticas de segurança pública implementadas em âmbito local e regional, em especial aquelas direcionadas para a promoção de qualidade de vida e prevenção de adoecimentos e sofrimento psíquico junto aos servidores.

6. Rede Nacional de Qualidade de Vida: A Instrução Normativa 01/2010, a qual institui o Projeto Qualidade de Vida dos Profissionais de Segurança Pública e Agentes Penitenciários, dar inicio a uma nova fase do Projeto. A construção de programas de qualidade de vida no trabalho, em especial no serviço público, deve ter por base a sinergia entre pessoas e a troca de informações e experiências entre as instituições. Nesse sentido, foi criada, com o fomento da SENASP e com a participação de todas as instituições de segurança pública do país, fortalecida e articulada a REDE QUALIVIDA PARA A SEGURANÇA PÚBLICA, que foi institucionalizada em 24 de maio de 2010 por meio da Portaria nº 14. A SENASP tem como objetivo articular uma Rede colaborativa onde as melhores práticas na área de atenção biopsicossocial possam ser divulgadas e socializadas buscando maior integração entre as instituições. Cerca de 168 representantes institucionais participantes da Rede já foram indicados pelos dirigentes de cada instituição, constituindo-se em gestores estratégicos na área de saúde e/ou gestão de pessoas. Todos os indicados serão cadastrados em um sistema web, o qual será acessado por todos e permitirá a rápida comunicação. Destacam-se como principais atividades dos membros da Rede a interlocução com a SENASP e demais Instituições, apoio às pesquisas realizadas pela SENASP, o fomento de campanhas educativas e de sensibilização, a participação em ações formativas promovidas e apoiadas pela SENASP, apoio na proposição de políticas públicas voltadas à oferta de melhores condições de atendimento biopsicossocial dentre outras.

7. Capacitações: O Projeto Qualidade de Vida, em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), identificou 550 profissionais da área biopsicossocial das instituições de segurança pública para participarem da capacitação no curso de extensão à distância de Intervenção em Uso Abusivo e Dependência de Ssubstâncias Psicoativas iniciado em 14 de outubro de 2009, com duração de 3 meses, totalizando 120 horas/aula.

8. Normatização: Para que o delineamento do Projeto Qualidade de Vida fosse condizente com as necessidades do público alvo, foi estruturado um Grupo de Trabalho, em julho de 2009, que ficou responsável pela elaboração das diretrizes gerais das ações de atenção biopsicossocial na área. Participaram deste grupo gestores de saúde de todas as Unidades da Federação além de representantes do Departamento de Polícia Federal e da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Como resultado dos debates do grupo, produziu-se a Instrução Normativa GAB/MJ 01/10, que institui o Projeto Qualidade de Vida dos Profissionais de Segurança Pública e Agentes Penitenciários, visando fomentar, nas unidades federativas que aderirem voluntariamente, ações preventivas e integradas, de forma a prevenir adoecimentos e promover melhores condições de vida e de trabalho entre esses indivíduos. Os capítulos da IN abrangem: criação da Comissão de Gestão Integrada de Atenção à Saúde dos Servidores de Segurança Pública – CGIAS, em âmbito estadual; Centros Integrados de Reabilitação e Readaptação – CIRR; Núcleos Integrados de Atenção Biopsicossocial – NIAB; Direitos dos Profissionais de Segurança Pública e Agentes Penitenciários; Exames periódicos de saúde; da atenção aos envolvidos em Incidente Crítico ou Ocorrência de Risco; Da Prática de Atividade Física e outras atividades.

10. Guia de Ações em Qualidade de Vida: Apesar de todos os problemas e carências apontados pelo Mapeamento Nacional das estruturas estaduais de atenção à saúde de 2008, a pesquisa revelou diversas ações e programas bem sucedidos em determinadas instituições, passíveis de serem replicados em outros Estados ou fomentados para alcançar um número ainda maior de servidores. Nesse contexto surgiu a idéia de se editar um Guia de Qualidade de Vida voltado para a implementação de ações de atenção biopsicossocial. A concepção do Guia de Qualidade de Vida se deu no âmbito do Projeto Segurança Cidadã/PNUD. O Guia de Qualidade de Vida foi construído e estruturado tomando por base a Instrução Normativa 01/10, e espera-se que consista em mais uma ferramenta para os gestores das instituições de segurança pública, auxiliando no fomento e na implementação de políticas voltadas para a promoção de melhores condições de vida e de trabalho para os profissionais que se arriscam no cumprimento de suas funções laborais e na defesa da sociedade. Visa ainda, nortear as ações e prover diretrizes mínimas para implementação de programas na área e tem como objetivos principais sugerir ações preventivas e de intervenção; indicar ações referenciais e contribuir para um ambiente em que a qualidade de vida de todos os envolvidos com o sistema de segurança pública seja privilegiada. Assim, o Guia deve servir como uma fonte de consulta e "banco de idéias" para elaboração de ações relacionadas à qualidade de vida, indicando projetos referenciais para que o leitor possa buscar informações adicionais e elaborar medidas semelhantes em sua instituição. O Guia está dividido em 4 áreas: gestão de recursos humanos e materiais, acesso e manutenção da saúde, suporte ao profissional e à família, fortalecimento da imagem institucional e apresenta, a cada proposta de ação, uma contextualização, principais itens a serem desenvolvidos, sugestão de setores e profissionais responsáveis, sua integração com ou-

tras ações, os principais indicadores de desempenho e ações referenciais encontradas nas instituições pesquisadas. Seu lançamento ocorreu em março de 2010.

Capítulo 4

POLÍTICAS PARA PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA

POLÍTICAS ESTRUTURANTES

As políticas para prevenção da criminalidade e violência têm como objetivo planejar, pactuar, implementar, coordenar e apoiar junto aos Estados, Distrito Federal, municípios e Consórcios Intermunicipais a elaboração e implementação de projetos multisetoriais de prevenção, com objetivo de enfrentar a violência, a criminalidade e a discriminação de credo, etária, gênero, raça e orientação sexual, bem como promover os espaços de convivência pacífica por meio de profissionais de segurança pública, com a sociedade civil organizada, lideranças comunitárias e comunidade, de forma geral, com enfoque especial em crianças, adolescentes e jovens, na participação e gestão da segurança pública. E também a estruturação da polícia comunitária, por meio da implementação da matriz curricular nacional para a formação de multiplicadores e promotores em polícia comunitária; da estruturação de núcleos e redes de polícia comunitária; da realização de cursos de especialização em polícia comunitária e implantação de um sistema de monitoramento e avaliação. Implementação de projetos de prevenção ao uso de drogas; da reformulação e implementação do programa educacional de resistências às drogas e à violência e realização de seminários nacionais e cursos de pós graduação com intercâmbio de experiências internacionais. Mobilização de lideranças comunitárias e estruturação dos Conselhos de Segurança. Projetos de prevenção à violência e criminalidade: articulação e apoio a projetos multisetoriais de prevenção estaduais, municipais e consorciados; apoio a projetos de estruturação dos espaços urbanos seguros; consolidação da matriz curricular nacional para a formação de guardas municipais; elaboração e implementação de projetos de prevenção à violência junto aos tele-centros; realização de encontros nacionais e regionais para a formação de gestores de segurança pública na prevenção de violência; implementação de projetos de acesso à segurança publica de grupos vulneráveis; difusão de tecnologias não letais; e estruturação de núcleos de mediação de conflitos.

	Nome do Projeto/Ação: **Proteção de Jovens em Território Vulnerável - PROTEJO**
	Área Responsável pela Implementação: **Coordenação Nacional PROTEJO/ Secretaria Nacional de Segurança Pública**

Objetivo do Projeto: O Projeto **PROTEJO** destina-se ao fortalecimento da Rede de Proteção Social, tendo em vista que atua com adolescentes e jovens, que, segundo dados do IBGE, representam 27% da população brasileira, cuja maioria está relacionado a um contexto de pobreza e falta de acesso a direitos básicos. As situações de vulnerabilidade e risco social que atingem essa população juvenil podem ser consideradas como eventos que provocam privações e danos, em diversas situações como: desemprego, doença, dificuldade de inserção no mercado de trabalho, deficiência física, situações de violência, entre outras. O Projeto PROTEJO visa atuar em duas frentes: a partir da prevenção da violência, evitando que os jovens que se encontram em situação vulnerável entrem no mundo do delito e, ao mesmo tempo, interrompendo ciclos de violência já estabelecidos, a partir de atendimento especializado e formação continuada. Em sua prática cotidiana, o Protejo busca perceber o jovem como um sujeito dinâmico, capaz de promover ações na construção de uma cultura de paz e não violência, com sustentabilidade ambiental, política, social, afetiva e cultural. O que legitima essa ação é a necessidade de ampliação da oferta de possibilidades, tendo em vista a diversidade da própria juventude e de suas escolhas e interesses. Não se trata de escola, nem de família ampliada. Acessar o Projeto PROTEJO aos jovens é propor e configurar espaços de produção cultural e artística, de vivências socializadoras, de aprendizagens amplas sobre a vida e o mundo, em âmbito individual e coletivo, com proposições concretas de mudança.

Público alvo: O Projeto PROTEJO é destinado a jovens com idade entre 15 a 24 anos, comprovada pela apresentação de

documento pessoal de identidade, residentes em área que constitua foco territorial do PRONASCI, que estejam expostos em pelo menos uma das situações a seguir: exposição à violência doméstica e/ou urbana; à situação de rua; egressos do sistema prisional, em cumprimento de medidas sócio-educativas ou de penas alternativas e vítimas da criminalidade ou com familiar nesta condição.

Estratégias utilizadas para implementação: A gestão do Projeto PROTEJO, em esfera federal, está sob responsabilidade de uma Equipe de Coordenação Nacional. Em âmbito municipal, estadual e no Distrito Federal, o projeto é desenvolvido sob responsabilidade de coordenadores e gestores locais. Para os jovens participantes do Protejo, depois de cumpridas as fases do processo de seleção, sob responsabilidade de Comissão Local, mediante cadastro no SISPROTEJO (Sistema Nacional do Projeto Protejo), é efetuada transferência direta de recursos do Governo Federal. O benefício consiste em 12 parcelas mensais no valor de R$ 100,00 (cem reais), pagas através da Caixa Econômica Federal. A transferência dos recursos está condicionada à avaliação mensal, sendo considerada a freqüência dos participantes nas atividades desenvolvidas. Os jovens beneficiários devem cumprir o Percurso Social Formativo (PSFO), período de inclusão dos jovens selecionados em práticas sociais saudáveis, desenvolvendo um circuito formativo com forte eixo sócio-cultural, formação cidadã e iniciação profissional, num total de 800 horas de atividades. Após participarem do PSFO, os jovens continuam sendo envolvidos em iniciativas que visem à inserção no mundo do trabalho e à participação social em ações para o fortalecimento da cidadania e construção de uma cultura de paz e não violência. Essa continuidade de acompanhamento aos jovens no período pós-projeto está prevista como compromisso dos entes federados que são beneficiados com recursos do Ministério da Justiça para desenvolver o Projeto PROTEJO.

Mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação: Visitas *in loco;* relatórios periódicos trimestrais físico-financeiros e de atividades; acompanhamento via SIS-

PROTEJO, sistema destinado a inclusão, acompanhamento e autorização de benefícios; troca de e-mails periódicos com os convenentes.

Resultados do projeto: O Projeto Proteção de Jovens em Território Vulnerável – PROTEJO foi instituído pelo governo federal no ano de 2007 e integra as ações do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – PRONASCI, sendo a ação de número 62. É amparado pela Lei nº 11.530, artigo 8ºC, de 24 de outubro de 2007, alterado pela lei nº 11.707 de junho de 2008. Este Programa, desenvolvido pelo Ministério da Justiça, marca uma iniciativa inédita no enfrentamento à violência no país, pois articula políticas de segurança com ações sociais, prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública. O panorama atual do Projeto PROTEJO tem como meta acordada, em 51 convênios celebrados, contemplar 25.924 jovens residentes em 84 municípios de 13 estados da federação e o Distrito Federal a saber: Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo. Até maio de 2010, o valor de R$ 84.684.012,07 foi repassado aos entes conveniados e R$ 24.632.600,00 em benefícios diretos aos jovens já contemplados entre 2008 e 2010. O recurso total já investido no Projeto Protejo é da ordem de R$ 109.316.612,07.

O Projeto PROTEJO nos permite aferir, através de dados mensuráveis, resultados significativos no que tange à redução dos índices de vulnerabilidade e violência em seus territórios de atuação, além de elevação no índice de letramento e preparação técnica para o mundo do trabalho. Por outro lado, há resultados imensuráveis, que são explicitados, em tempo mais imediato ou ainda serão expressos, na atitude e mudança comportamental de quem participou do projeto. De modo geral, podemos destacar como resultados do Protejo: mudança de paradigma sobre segurança pública: repressão x prevenção; reconhecimento e envolvimento das comunidades; aprovação do projeto por parte de instituições e lideranças; celebração de parcerias: Mulhe-

res da Paz; CRAS; Secretarias da Juventude; Ministério Público; Secretarias de defesa Social; ONGs; programas governamentais; Universidades; Correios; CDLs; os jovens participam e produzem eventos e audiovisual; utilização de técnicas de comunicação: mídia local, boletim eletrônico; Orkut; Caderno do Jovem; etc. para divulgar as ações do Protejo; integração familiar e participação da mesma na formação oferecida; melhoria do desenvolvimento social do jovem; encaminhamento e conquista de documentação dos jovens; mudança da relação dos jovens do projeto com os agentes de segurança; realização de atividades e eventos comunitários: caminhadas pela paz; fóruns de não-violência; oficinas; palestras; audiências públicas; publicações; atrelamento do Protejo com outros projetos de cidadania que trabalham com jovens; jovens envolvidos em delitos, no Pós-Protejo estão cursando nível superior e estagiando em órgãos públicos e iniciativa privada; jovens capacitados em informática, hoje são monitores desta disciplina, ministrando aulas para alunos do Protejo e para outros jovens; formação para o empreendedorismo com os jovens, possibilitando que tenham seu próprio negócio, entre outras experiências exitosas; inserção dos jovens egressos do Protejo no mundo do trabalho.

	Nome do Projeto/Ação: **Mulheres da Paz** **(Lei 11.530/2007 – PRONASCI - art.8º)**
	Área Responsável pela Implementação:
	Coordenação Nacional do Projeto MULHERES DA PAZ – Secretaria Nacional de Segurança Pública

Objetivo do projeto: Capacitar mulheres atuantes na comunidade para que se constituam, institucionalmente, como mediadoras sociais, e para que possam construir e fortalecer redes de prevenção e enfrentamento às violências que envolvem os jovens e as jovens e adolescentes expostos à violência doméstica e urbana.

Público alvo: Mulheres que pertencem às redes sociais ou de parentesco dos jovens e das jovens – foco do PRONASCI, com idade mínima de 18 anos, que tenham cursado, no mínimo, até a quarta série do ensino fundamental ou comprovar capacidade de leitura e escrita, que sejam residentes nas comunidades das regiões indicativas do PRONASCI e possuam capacidade de representar interesses coletivos e que tenham renda familiar de até 2 salários mínimos.

Estratégias utilizadas para implementação: Capacitação com conteúdos que contemplem os temas: acesso à justiça: direitos humanos e mediação de conflitos; Lei Maria da Penha; apoio psicossocial; informática básica; ações do PRONASCI; **v**isitas domiciliares às famílias diagnosticadas; promoção de reuniões e realização de palestras e oficinas com a comunidade.

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**: Relatórios trimestrais de atividades e físico-financeiros; aferição *in loco*; reuniões periódicas com gestores locais de

acordo com a demanda; contatos sistemáticos telefônicos e via e-mail com a equipe local, Fóruns.

Resultados do projeto: O panorama atual do Projeto MULHERES DA PAZ tem como meta acordada, em 46 convênios celebrados, contemplar 17.029 mulheres residentes em 78 municípios, de 14 estados da federação e o Distrito Federal, a saber: Acre, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Até setembro de 2010, o valor de R$ 44.180.016,78 foi repassado aos entes conveniados e R$ 16.503.020,00 em benefícios diretos às mulheres da paz já contempladas em 2009 e 2010. O total de recursos investidos no Projeto Mulheres da Paz até então, é da ordem de R$ 60.683.036,78.

Mesmo com a maioria dos projetos ainda em andamento e alguns recentemente concluídos, há inúmeros relatos sobre a influência positiva do mesmo na realidade das mulheres da paz e conseqüentemente na comunidade aonde estas se tornaram mediadoras sociais, como objetiva o projeto. Para ilustrar a importância do projeto, pode-se destacar, dentre vários relatos, dois, que mostram intervenções e mudanças no âmbito pessoal e o no âmbito institucional ou social. Como crescimento pessoal, experiências em Pernambuco mostram que o projeto MULHERES DA PAZ promoveu uma verdadeira mudança na perspectiva futura das mulheres diretamente beneficiadas, uma vez que com o empoderamento dos conteúdos da formação e experiência do projeto, com a conscientização de serem sujeitos de direito e dever e conseqüente elevação da auto-estima, estas mulheres se tornaram referência positivas na cidade e uma vez diplomadas como mulheres da paz já são requisitadas para novos trabalhos, inclusive, alcançando êxito em concursos e empregos que buscam profissionais com experiência como mediadoras sociais, possibilitando prognóstico futuro a essas mulheres e sua rede social bem diferente do esperado para a população das comunidades foco PRONASCI. Como intervenção social, no estado de Goiás, mulheres, com a autonomia desper-

tada pelo projeto, promovem intervenções nos espaços sociais tais como em escolas públicas de suas regiões, criando estratégias diversificadas tais como concursos de redação com os jovens destas instituições sobre o tema da violência, por exemplo, causando repercussões positivas na discussão deste tema crítico dentro e fora dos muros desses espaços do saber. Estas duas histórias apenas vislumbram um cenário de significativa mudança social proporcionadas pelo Projeto MULHERES DA PAZ.

	Nome do Projeto/Ação: **Grupos Situação de Vulnerabilidade - Pacto para Enfrentamento da Violência contra a Mulher**
	Área Responsável pela Implementação: **Coordenação Geral de Ações de Prevenção em Segurança Pública (CGAP) do Departamento de Políticas, Programas e Projetos**

Objetivo do projeto: Desenvolver ações articuladas, com Estados, Distrito Federal e municípios para a prevenção e o enfrentamento da violência contra a mulher.

Público alvo: Mulheres, homens agressores, profissionais de segurança pública.

Estratégias utilizadas para implementação: repasse de recursos por meio de convênios para a aquisição de equipamentos, criação e reforma de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher - DEAMs e núcleos especializados de atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar nas delegacias; apoio à formação de guardas municipais na temática de violência doméstica e de gênero com base na Matriz Curricular Nacional para Formação de Guardas Municipais; para a divulgação dos mecanismos de proteção à mulher vítima de violência e de prevenção da recorrência de violências; apoio à implementação de observatórios estaduais relacionados à vitimização da mulher; oficinas de prevenção da violência contra a mulher; qualificação de profissionais da rede para o atendimento na área de segurança pública às mulheres vítimas de violência com base nas normativas vigentes; fomento à realização de pesquisas qualitativas sobre violência contra a mulher e o atendimento prestado pelos órgãos de segurança pública; encontros regionais para a integração das políticas de atenção às mulheres vítimas de violência; apoio a experiências de atendimento a homens agressores. E ainda, estímulo ao atendimento 24 horas das mulheres em situação de violência nas DEAMs e núcleos

especializados; contribuir para a elaboração da Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher - DEAM; participação no Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres, no Fórum Nacional Permanente de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta e na Câmara Técnica do Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher.

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**: relatórios trimestrais de execução física e financeira, visitas in loco, relatórios de prestação de contas, acompanhamento dos cursos de capacitação realizados / apoiados pela SENASP.

Resultado geral do projeto: Norma Técnica de Padronização de Atendimento nas DEAMs publicada; participação no Conselho Nacional de Políticas para Mulheres; participação no Fórum Permanente de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, com contribuição nas Diretrizes de Enfrentamento à Violência contras as Mulheres do Campo e da Floresta; participação na Câmara Técnica do Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, com a contribuição com ações concretas estabelecidas no Pacto, monitorando e avaliação a participação das ações implementadas pela SENASP no referido Pacto; avaliação do curso da Rede de Ensino à Distância sobre Atendimento à Mulher em Situação de Violência; participação na elaboração, junto com a Secretaria de Políticas para Mulheres e Universidade Católica de Brasília, de curso de especialização para profissionais de segurança pública de Direitos da Mulher e Enfrentamento a Violência Doméstica e Familiar. Projetos de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres apoiados, Norma Técnica de Padronização das DEAMs elaborado e publicado, e fomento a realização de ações para enfrentamento a violência contra a mulher em outras áreas de atuação da SENASP, em especial na de educação em segurança pública.

	Nome do Projeto/Ação: **Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD)**
	Área Responsável pela Implementação:
	Departamento de Políticas, Programas e Projetos e Coordenação Geral do Plano de Implantação e Acompanhamento de Projetos Sociais de Prevenção a Violência (DEPRO / CGPIAPS)

Objetivo do projeto: Afastar as crianças e adolescentes do uso de drogas, valendo-se do esforço cooperativo entre polícia militar, sociedade civil, família e comunidade escolar, habilitando o aluno a resistir às pressões diretas ou indiretas que o levariam ao uso de drogas. O PROERD desenvolve e aplica currículos de educação direcionados aos estudantes das séries do ensino fundamental e médio, e também aos seus pais ou responsáveis, constituindo-se assim numa ação eminentemente pró-ativa contra a violência, o que qualifica e justifica o reconhecimento internacional deste programa que tem como característica marcante a prevenção primária à criminalidade, violência e ao uso de drogas quer lícitas ou ilícitas.

Público alvo: Crianças e adolescentes em idade escolar, matriculadas nas séries do ensino fundamental e médio e que se constituem em alvo potencial para o envolvimento com drogas e para a influência do desenvolvimento de conduta violenta ou anti-social. Importante ressaltar que no projeto há um currículo didático direcionado aos pais e familiares dos alunos matriculados nos cursos PROERD.

Estratégias utilizadas para implementação: Apoio ao *Conselho Nacional de Comandantes Gerais* (CNCG), instituição que tem como uma de suas metas estratégicas desenvolver e coordenar, em âmbito nacional, e em parceria com as polícias militares do país as ações do programa no Brasil. Na qualida-

de de indutora de políticas públicas e de programas de prevenção ao crime e à violência a SENASP investiu na realização de reuniões pedagógicas anuais que tinham por objetivo traçar as estratégias e as dinâmicas do programa em todo o território nacional, visando assim construir a padronização e a atualização das ações do PROERD. Foram ainda realizados convênios que tiveram por objetivo a realização de cursos e seminários de capacitação, o treinamento dos instrutores e gestores do método, o aparelhamento das coordenações de PROERD, a normatização do programa e a produção e revisão do material didático que é empregado em sala de aula.

Mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação: Os mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação dão-se através de uma Câmara Técnica de Estratégias do PROERD, criada pelo *Conselho Nacional de Comandantes Gerais* que tem, dentre outras atribuições, a missão de reunir as informações enviadas pelas coordenações estaduais, em um banco de dados que compila as informações pertinentes aos resultados obtidos e ao público atendido. Desta maneira é possível conhecer e mensurar as dificuldades e demandas de implementação do programa, para que, em parceria com a SENASP, seja promovida a otimização e a adequação do PROERD às especificidades de cada unidade da federação.

Resultado geral do projeto: Mediante a celebração de convênios ou pela execução direta a SENASP fomentou e apoiou mais de mil capacitações de instrutores e mentores do método PROERD em todo Brasil. O referido programa chegou ao Brasil por intermédio da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ), inspirado no similar americano *Drug Abuse Resistence Education* (D.A.R.E) que está, atualmente, presente em mais de cinqüenta países, atendendo cerca de quarenta milhões de estudantes. No Brasil, o PROERD, presente em todo o território nacional desde 2002, já atendeu, até a presente data, mais de doze milhões de estudantes. Com a participação da SENASP/MJ no sentido de fomentar o PROERD e apoiar as Polícias Militares e o *Conselho*

Nacional dos Comandantes Gerais na realização deste programa no Brasil, foi verificada uma maior integração entre a SENASP, os Estados envolvidos e a padronização dos métodos pedagógicos do programa, respeitadas as peculiaridades de cada ente federado. E como resultado significativo ressaltamos o aumento quantitativo e qualitativo da formação e do aperfeiçoamento dos profissionais que atuam diretamente com os alunos nas salas de aula e nas coordenações do PROERD. Destaca-se ainda o reaparelhamento das estruturas do programa em todos os Estados da Federação e, por conseguinte, o reconhecimento do Brasil como um dos países que, valendo-se da metodologia deste programa, mais capacita suas crianças e adolescentes na temática da resistência às drogas e à violência.

	Nome do Projeto/Ação: **Espaços Urbanos Seguros**
	Área Responsável pela Implementação: **Coordenação Geral de ações de Prevenção em Segurança Pública (CGAP) do Departamento de Políticas, Programas e Projetos (DEPRO)**

Objetivo do projeto: Incentivar gestores municipais, estaduais e distritais na implementação de ambientes públicos planejados, projetados e administrados de forma participativa, com vistas a reduzir a incidência de delitos e da violência, aumentar a sensação de segurança das pessoas que utilizam, bem como a sua permanência no local e a apropriação da comunidade para atividades de convivência, melhorando, assim, a qualidade de vida da população. São exemplos de Espaços Urbanos Seguros áreas de encontro e circulação de pessoas e locais favoráveis à vigilância natural, como praças, calçadas, parques, centros comunitários e áreas de jardins, dentro outros. Isso atrelado a estratégias que propiciem uma cultura de paz, resignificando as relações sociais e comunitárias em uma determinada comunidade.

Público alvo: gestores estaduais, municipais e distrital.

Estratégias utilizadas para implementação: apoio a projetos para implementação de ações voltadas a mobilização de pessoas para debater as necessidades da comunidade na implementação de equipamentos públicos de convivência cidadã, formulação de projetos e capacitação profissional de pessoas desta comunidade para a implementação do projeto. Os Espaços Urbanos Seguros podem ser efetivados a partir de estratégias diferenciadas que vão desde medidas de urbanização e recuperação dos espaços públicos a estratégias de promoção de uma cultura de paz para a convivência comunitária e desenvolvimento social.

Mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação: relatórios trimestrais de execução física e financeira, visitas in loco, relatórios de prestação de contas.

Resultado geral do projeto: Guia Espaços Urbanos Seguros elaborado e publicado, projetos apoiados com base nas diretrizes do Governo Federal.

	Nome do Projeto/Ação: **Grupos em Situação de Vulnerabilidade – Crianças e Adolescentes**
	Área Responsável pela Implementação: **Coordenação Geral de ações de Prevenção em Segurança Pública (CGAP) do Departamento de Políticas, Programas e Projetos (DEPRO)**

Objetivo do projeto: fomentar a implementação de políticas públicas voltadas a prevenção da violência e da criminalidade especialmente voltada a crianças e adolescentes, visando aumentar a resiliência destas a situações de violência e criminalidade, por meio da identificação das causas da vulnerabilidade, bem como articulação com outras políticas públicas de inclusão social, cultural, educacional e positiva.

Público alvo: crianças e adolescentes e profissionais de segurança pública.

Estratégias utilizadas para implementação: inclusão nos marcos normativos de formação de profissionais de segurança pública da SENASP do tema da criança e do adolescente; elaboração de curso para a Rede de Educação à Distância da SENASP sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente; apoio a projetos voltados a prevenção da violência e da criminalidade de crianças e adolescentes.

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**: relatórios trimestrais de execução física e financeira, visitas in loco, relatórios de prestação de contas.

Resultado geral do projeto: todos os anos são disponibilizados prazos e recursos para a apresentação de projetos voltados a prevenção da violência e criminalidade junto ao público

infanto-juvenil. Projetos apoiados e profissionais de segurança pública formados.

	Nome do Projeto/Ação: **Grupos Situação de Vulnerabilidade: Crianças e Adolescentes – Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes**
	Área Responsável pela Implementação:
	Coordenação Geral de ações de Prevenção em Segurança Pública (CGAP) do Departamento de Políticas, Programas e Projetos (DEPRO)

Objetivo do projeto: Participar da *Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes* no intuito de contribuir com as ações intersetoriais para o enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes; integrar políticas públicas, acompanhar a implementação do *Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (CONANDA – 2000*) e fomentar a rede de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Público alvo: Representantes de órgãos e entidades da administração pública, bem como de entes privados, inclusive organizações não-governamentais, agências e organismos internacionais, conselhos e fóruns relacionados ao *Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil*. Além de beneficiar as crianças e adolescentes das regiões mais vulneráveis a exploração sexual.

Estratégias utilizadas para implementação: A *Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes* foi instituída pelo Decreto de 11/10/2007 com a finalidade de promover a intersetorialidade na implementação do *Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil*.

A *Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes* foi um dos primeiros resultados da Comissão com a finalidade de colaborar na articulação das políticas públicas federais que visam enfrentar a

impunidade, assim como implementar, proteger e atender os direitos das crianças e dos adolescentes brasileiros. Essa Matriz é a referência para identificação dos municípios e localidades brasileiras em que ocorrem o fenômeno da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

Finalizada em 2005, essa *Matriz Intersetorial* mapeou uma lista de 932 municípios vulneráveis à exploração sexual, distribuídos em cinco estados brasileiros. Essa lista foi obtida através de pesquisas e estudos, como: mapeamento geo-social e político dos municípios brasileiros; a Pesquisa sobre o Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual (PRESTRAF); o relatório de 2003 da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito; o levantamento da Polícia Rodoviária Federal e as informações do Disque Denúncia.

A partir do *Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes* (2002), da SPDCA/SDH, foi implementado o *Disque Denúncia Nacional*, ou *Disque 100* que é um serviço de proteção de crianças e adolescentes com foco em violência sexual, recebendo as denúncias de violências, diariamente das 8 as 22 horas, por meio de discagem direta e gratuita. Essas denúncias são analisadas e encaminhadas aos órgãos de proteção, defesa e responsabilização, em conformidade com as competências específicas, mantendo sigilo sobre a identidade do denunciante.

Esse serviço é coordenado pela *Secretaria de Direitos Humanos* (SDH), executado em gestão compartilhada com o Centro de Referência, Estudos, e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA) em parceria com a Petrobras. As ações do *Disque 100* são acompanhadas pela *Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*. Nesse sentido, a SENASP atua na mobilização das instituições de segurança pública para apoiar essas ações, como as campanhas nacionais e regionais de informação e sensibilização do grande público durante o carnaval e no Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18 de Maio).

Mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação: A *Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes* acompanha os dados gerados pelo Disque Denúncia, por meio dos relatórios utilizados para o mapeamento das violências contra crianças e adolescentes em regiões críticas. Essas informações possibilitam que a Comissão Intersetorial proponha ações globais e locais para reduzir os casos exploração sexual, buscando a integração de programas governamentais e não-governamentais. A *Comissão Intersetorial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes* se reúne mensalmente e realiza reuniões extraordinárias, mediante alguma demanda emergencial. Nessas reuniões são discutidas e avaliadas as ações, programas e campanhas que visam enfrentamento da violência sexual, bem como, as estratégias de mobilização para uma agenda integrada entre o setor público, privado e a sociedade organizada. Todas as reuniões são registradas em ata que é disponibilizada a cada instituição representada na Comissão.

Resultado geral do projeto: A implementação do *Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil* angariou resultados promissores nesse campo, como: a instituição do *Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes* e da *Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes* do governo federal; o fortalecimento das redes locais/estaduais; a realização de campanhas de sensibilização permanentes e periódicas; a adesão de um número crescente de organizações públicas e privadas ao enfrentamento da violência sexual.

Além da representação de órgãos do governo federal, a Comissão Intersetorial conta com a representação do CONANDA, da *Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente*, do Ministério Público, de organismos internacionais, de organizações não-governamentais, das instituições do "sistema S" como SESI, SEST/SENAT.

A Comissão Intersetorial criou um *Grupo de Trabalho* para revisão do *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual*

Infanto-Juvenil que deve estar articulado com o Plano Decenal que está sendo elaborado pelo CONANDA.

Foram elaboradas as diretrizes de um pacto corporativo e na mobilização de empresas e instituições do setor privado que se comprometerão com a defesa dos direitos da criança e do adolescente para a assinatura da *Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes*, através da Comissão Intersetorial, SDH, Casa Civil, PETROBRAS e FIRJAN. A SDH e a Comissão Intersetorial também atuam para mobilizar uma campanha destinada aos empresários do setor de turismo com o intuito de incentivar as empresas a inserir o tema na pauta, inicialmente com 20 grandes empresas. Essa Campanha contará com um site, no qual as peças da campanha estarão disponíveis para *download* e essas empresas poderão registrar suas iniciativas que serão monitoradas pela Comissão.

Em conformidade com a *Matriz Intersetorial de Enfrentamento da Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes*, visando integrar as ações do *Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*, a SENASP financiou projetos por meio de convênios do PRONASCI e do FNSP com as administrações municipais que abrangem: projetos de capacitação das guardas municipais para a atuação preventiva e comunitária que incluem oficinas de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes com a participação da comunidade; projeto para desenvolver ações preventivas das Guardas Municipais integradas com as ações policiais, junto às áreas urbanas e aos grupos mais vulneráveis à criminalidade violenta; projetos de implementação e reaparelhamento de Delegacias Especializadas de em Crianças e Adolescentes.

	Nome do Projeto/Ação: **Grupos em Situação de Vulnerabilidade - População em Situação de Rua**
	Área Responsável pela Implementação:
	Coordenação Geral de ações de Prevenção em Segurança Pública (CGAP) do Departamento de Políticas, Programas e Projetos (DEPRO)

Objetivo do projeto: fomentar a implementação de políticas públicas voltadas a formação dos profissionais de segurança pública e atendimento à população em situação de rua.

Público alvo: população em situação de rua e profissionais de segurança pública.

Estratégias utilizadas para implementação: inclusão nos marcos normativos de formação de profissionais de segurança pública da SENASP do tema acerca da vulnerabilidade da população em situação de rua, visando a proteção e o atendimento a este grupo nos serviços de segurança pública. Incluir representantes do *Movimento da População em Situação de Rua* nas atividades formativas e de discussão de políticas públicas realizadas e apoiados pela SENASP.

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**: relatórios trimestrais de execução física e financeira, visitas in loco, relatórios de prestação de contas.

Resultado geral do projeto: contribuição da participação do Ministério da Justiça no Grupo de Monitoramento da *Política Nacional para População em Situação de Rua*; convite a participação de representantes do *Movimento Nacional de População em Situação de Rua* no *II Seminário Nacional sobre o Município no Sistema Único de Segurança Pública*. Inclusão do tema na *Matriz Curricular Nacional para Formação de Guardas Municipais*.

	Nome do Projeto/Ação: **Grupos Situação de Vulnerabilidade - Livre Orientação Sexual**
	Área Responsável pela Implementação:
	Coordenação Geral de ações de Prevenção em Segurança Pública (CGAP) do Departamento de Políticas, Programas e Projetos (DEPRO)

Objetivo do projeto: Desenvolver ações articuladas, com estados, Distrito Federal e municípios para a prevenção da violência e outras formas de violação de direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

Público alvo: público LGBT e profissionais de segurança pública.

Estratégias utilizadas para implementação: repasse de recursos por meio de convênios para a qualificação do atendimento ao público LGBT nos serviços e equipamentos de segurança pública; apoio à formação de guardas municipais nas temáticas diversidade e direitos humanos com base na Matriz Curricular Nacional para Formação de Guardas Municipais; apoio à estruturação de serviços de referência para o atendimento a população LGBT com direitos violados. A CGAP participa também do Grupo de Trabalho criado no gabinete da SENASP sobre Enfrentamento à Homofobia na Segurança Pública, o qual se propõem a discussão, formulação e implementação de Políticas Públicas voltadas ao enfrentamento da violência junto a este segmento. Neste momento, está sendo organizada a visita a três Estados para conhecer serviços de segurança pública existentes para atendimento a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, com a finalidade de elaborar um projeto modelo a ser disponibilizado para gestores estaduais, municipais e do Distrito Federal, para fins de implementação de serviços de prevenção e atendimento ao grupo LGBT.

Mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação: relatórios trimestrais de execução física e financeira, visitas in loco, relatórios de prestação de contas.

Resultado geral do projeto: participação do Grupo de Trabalho de enfrentamento à homofobia na segurança pública, realização de visita a três estados para conhecer e avaliar serviços disponibilizados a população LGBT. Projetos apoiados.

	Nome do Projeto/Ação: **GT LGBT (Grupo de Trabalho de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais)**
	Área Responsável pela Implementação: **Secretaria Nacional de Segurança Pública**

Objetivo do projeto: Empreender esforços no sentido de buscar o acesso às políticas nacionais de segurança pública à população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, bem como articular a implementação das ações deliberadas nas Conferências LGBT, Segurança Pública e Direitos Humanos, visando à Construção de Planos Estaduais de Segurança Pública para a População vulnerável de Lésbicas, Gays Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT.

Público alvo: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT.

Estratégias utilizadas para implementação: reuniões mensais com integrantes do GT e convidados, visitas às delegacias de polícia civil especializadas no atendimento a LGBTs.

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**: Orientação para inclusão dos itens de orientação sexual e identidade de gênero na pesquisa nacional de vitimização, com vistas à consolidação de diagnóstico acerca da vitimização de LGBTs no país, realização do II Seminário Nacional de Segurança Pública para LGBT – pela dignidade humana.

Resultados do Projeto: revisão de material didático de atuação policial para população LGBT, reuniões mensais com integrantes do GT LGBT - SENASP e convidados, acompanhamento das políticas que estão sendo implementadas nos estados.

	Nome do Projeto/Ação: **Grupos em Situação de Vulnerabilidade – Idosos**
	Área Responsável pela Implementação:
	Coordenação Geral de Ações de Prevenção em Segurança Pública do Departamento de Políticas, Programas e Projetos

Objetivo do projeto: inserir nas ações de prevenção apoiadas pela Senasp atividades voltadas a atenção de idosos, bem como o atendimento deste grupo pelos serviços de segurança pública.

Público alvo: profissionais de segurança pública e idosos.

Estratégias utilizadas para implementação: inclusão nos marcos normativos de formação de profissionais de segurança pública da SENASP do tema acerca da vulnerabilidade da população em situação de rua, visando a proteção e o atendimento a este grupo nos serviços de segurança pública. Criar Grupo de Trabalho para discussão e elaboração de políticas públicas na área de segurança para idosos.

Mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação: projetos ainda não implementados.

Resultado geral do projeto: organização e participação no III Encontro dos Gabinetes de Gestão Integrada de grupo sobre idosos; realização de palestras junto a gestores estaduais e municipais; redação Portaria para criação de GT sobre o tema.

Capítulo 5

POLÍTICAS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO

POLÍTICAS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO

As políticas de controle interno e externo buscam apoiar o reaparelhamento das instituições de Segurança Pública, a aquisição de equipamentos voltados ao emprego operacional e administrativo das instituições de Segurança Pública (aquisição de armas,munições e equipamentos letais e não letais; veículos, embarcações e aeronaves voltados ao emprego operacional e administrativo; equipamentos de proteção individual; equipamentos de radiocomunicações; mobiliário e materiais diversos para atividade administrativa funcional dos órgãos de segurança pública). A aplicação de recursos para a aquisição de bens e equipamentos a serem transferidos (doados) para as instituições de segurança pública e a transferência de recursos aos Entes Federados mediante a celebração de convênios

	Nome do Projeto/Ação: **Fortalecimento do controle interno da atividade policial, por meio das Corregedorias de Polícia**
	Área Responsável pela Implementação: **Coordenação Geral de Ações de Prevenção em Segurança Pública do Departamento de Políticos, Programas e Projetos**

Objetivo do projeto: fortalecer o controle interno da atividade policial através das corregedorias. As Corregedorias são órgãos fundamentais para o desenvolvimento dos trabalhos dos profissionais de segurança pública. Em geral atuam na orientação, coordenação e execução de políticas voltadas à atividade correcional e desempenham papel importantíssimo de fiscalização e controle interno das ações dos membros de uma Instituição, no tocante a matérias disciplinares e criminais, na medida em que asseguram a disciplina e a apuração das infrações penais na Corporação. Tais órgãos recebem as reclamações e denúncias de quaisquer interessados, relativas aos profissionais das Instituições que representam, e, a partir daí, executam suas tarefas de correições por meio de sindicâncias, inquéritos, conselhos disciplinares, dentre outros processos administrativos próprios de sua atividade correcional. Com isso exercem um equilíbrio salutar, com medidas de contrapeso, uma vez que, tendo um bom desempenho e se mostrando firmes em seu trabalho, conseguem inibir as condutas negativas, danosas, que costumeiramente provocam o clamor público. As medidas de correição exercem um caráter pedagógico de efeito psico-intimidativo, gerando no eventual infrator a certeza da punição e, atuando como um freio para os demais membros da Instituição. Assim, recomendamos que as Corregedorias de Polícia e da Guarda Municipal sejam vinculadas ao gabinete do Secretário Estadual, Distrital ou Municipal de Segurança Pública, possuam padronização dos procedimentos das ações correcionais, promovam o aperfeiçoamento da gestão, logística e pessoal, o qual deve estar devidamente habilitado para atuação no con-

trole interno da atividade policial ou da Guarda Municipal, promovendo a transparência, eficiência e eficácia da Corregedoria, de forma a auxiliar na prestação de um serviço de segurança pública de qualidade.

Público alvo: instituições e profissionais de segurança pública

Estratégias utilizadas para implementação: repasse de recursos via convênio para apoio a projetos de reaparelhamento, cursos de capacitação e Seminários

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**: relatórios trimestrais de execução física e financeira, visitas in loco, relatórios de prestação de contas.

Resultado geral do projeto: disponibiliza-se, anualmente, prazo e recursos para apresentação de projetos por parte dos Estados, Distrito Federal e municípios que atendam aos requisitos legais. Corregedorias fortalecidas e equipadas e profissionais habilitados no controle interno da atividade profissional.

	Nome do Projeto/Ação: **Fortalecimento de ouvidorias de polícia**
	Área Responsável pela Implementação: **Coordenação Geral de Ações de Prevenção em Segurança Pública do Departamento de Políticas, Programas e Projetos**

Objetivo do projeto: apoiar a criação e estruturação de ouvidorias de polícia nas esferas estadual e municipal, já que as ouvidorias têm como atribuições ouvir, encaminhar e acompanhar elogios, denúncias, reclamações e representações da população referentes a atos arbitrários, desonestos, indecorosos ou que violem os direitos individuais ou coletivos praticados por autoridades e agentes policiais, civis e militares. Tal órgão não tem a atribuição de apurar tais demandas, mas, através do acompanhamento, contribui para garantir agilidade e rigor nas apurações. Mantém sigilo sobre as denúncias e reclamações que recebe, garantindo também o sigilo da fonte de informação, assegurando, quando solicitada, a proteção dos denunciantes. Pode também patrocinar uma série de ações propositivas, com o objetivo valorizar a atividade dos profissionais de segurança pública, tendo como parâmetro o fortalecimento de uma sociedade democrática. Recomenda-se a implementação, nos estados e municípios, das Ouvidorias de Polícia ou da Guarda Municipal com o objetivo de assegurar, de modo permanente e eficaz, a promoção dos direitos humanos, a preservação dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência dos atos dos servidores públicos. Servidores estes integrantes dos órgãos de segurança pública, chefiada por Ouvidor(a) com mandato, escolhido pela sociedade civil e indicado no âmbito dos Conselhos de Direitos Humanos ou correlatos, garantindo sua autonomia, política, administrativa, orçamentária e financeira.

Público alvo: Instituições de segurança pública e seus profissionais.

Estratégias utilizadas para implementação: repasse de recursos via convênio para apoio a projetos de reaparelhamento, cursos de capacitação, seminários e encontros; participação no Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia e em Grupos de Trabalho relativos à temática.

Mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação: relatórios trimestrais de execução física e financeira, visitas *in loco* de relatórios de prestação de contas.

Resultado geral do projeto: disponibilizam-se, anualmente, prazo e recursos para a apresentação de projetos, por parte dos municípios, e que devem atender aos requisitos legais propostos pela SENASP e pela CGSP. Participação nas reuniões do Fórum Nacional dos Ouvidores de Polícia. Ampliação, de 2003 até o presente momento, de seis para 17 Estados que implantaram suas Ouvidorias de Polícia.

	Nome do Projeto/Ação: **Ouvidoria da SENASP 2009/2010**
	Área Responsável pela Implementação: **Ouvidoria da Secretaria Nacional de Segurança Pública**

Objetivo do projeto: Atuar como canal de recebimento de elogios, sugestões, críticas e denúncias dos mais diversos Órgãos e pessoas, a fim de analisar fatos envolvendo a segurança pública.

Público alvo: Pessoas ou Instituições do Brasil e do Exterior.

Estratégias utilizadas para implementação:

1 - Participação em grupos de trabalho que atuam na proteção e defesa dos Direitos Humanos;

2 - Encaminhamento das demandas recebidas aos diversos órgãos da segurança pública, judiciários e civis;

3 - Divulgação do trabalho e das competências da Ouvidoria, suas formas de atuação e do e-mail funcional para contato: **ouvidoria.senasp@mj.gov.br**

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**:

1 - Acompanhamento juntos aos interessados nas informações para apurar se providências foram tomadas;

2 - Compilação estatística de dados recebidos, a fim de monitorar a efetividade das ações.

Resultado geral do projeto:

1 - Os resultados tem sido os melhores possíveis, visto o aumento da procura pelos serviços da Ouvidoria, que implementou sua participação em ações envolvendo segu-

rança pública e direitos humanos, resultado esse expresso nas estatísticas de 2010, onde no primeiro semestre, as informações recebidas quase superaram o ano de 2009 em sua totalidade. As informações prestadas referem-se aos anos de 2009/2010, visto que a partir desse período, a responsabilidade por esses dados foi transferida para a ouvidoria do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública – DFNSP, que passou a atuar concomitantemente.

Capítulo 6

POLÍTICAS DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA SEGURANÇA PÚBLICA

POLÍTICAS DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA SEGURANÇA PÚBLICA

As Políticas de Participação da Sociedade na Segurança Pública, a partir do fortalecimento de instituições propostas pelo Estado, busca implantar um novo paradigma, um novo modelo que preze o envolvimento comunitário e o estabelecimento de políticas descentralizadoras para a área de segurança pública no País. A realização da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (CONSEG), o estabelecimento do Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP) e os muitos Conselhos de Segurança Estaduais e Municipais que se desenvolveram no país propiciaram maior efetividade nas decisões judiciais pela atuação dos próprios cidadãos.

	Nome do Projeto/Ação: **1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (CONSEG)**
	Área Responsável pela Implementação: **Coordenação Executiva da 1ª CONSEG**

Objetivo do Projeto: Geral: Definir princípios e diretrizes orientadores da Política Nacional de Segurança Pública, com participação da sociedade civil, trabalhadores e poder público como instrumento de gestão, visando efetivar a segurança como direito fundamental. Específicos: fortalecer o conceito de segurança como direito humano; definir as prioridades para a implementação da Política Nacional de Segurança Pública, conforme os Eixos Temáticos; contribuir para o fortalecimento do Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, tornando-o um ambiente de integração, cooperação e pactuação política entre as instituições e a sociedade civil com base na solidariedade federativa; contribuir para a implementação do Programa Nacional de Segurança com Cidadania – PRONASCI e para valorização do conceito de segurança com cidadania entre os estados e municípios; promover, qualificar e consolidar a participação da sociedade civil, trabalhadores e Poder Público no ciclo de gestão das políticas públicas de segurança; fortalecer os eixos de valorização profissional e de garantia de direitos humanos como estratégicos para a Política Nacional de Segurança Pública; criar e estimular o compromisso e a responsabilidade para os demais órgãos do poder público e para a sociedade na efetivação da segurança com cidadania; deliberar sobre a estratégia de implementação, monitoramento e avaliação das resoluções da1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, bem como recomendar a incorporação dessas resoluções nas políticas públicas desenvolvidas pelos estados, municípios e outros poderes; valorizar e promover as redes sociais e institucionais articuladas em torno do tema da Segurança Pública, bem como as iniciativas de educação pela paz e não violência; propor a reformulação da composição do CONASP, do Conselho Gestor do Fundo Nacional de

Segurança Pública e da gestão do Fundo Nacional, com base na participação e integração dos entes federativos, trabalhadores e entidades da sociedade civil.

Público alvo: Sociedade Civil, Poder Público e Trabalhadores da Área de Segurança Pública.

Estratégias utilizadas para implementação: O Projeto Metodológico Geral da 1ª CONSEG foi construído sob três dimensões: política, pedagógica e técnica. Para a realização e êxito do processo da 1ª CONSEG, foram concebidas e implementadas diferentes estruturas de apoio à gestão nacional do processo, tais como: via Administração Direta, com estrutura horizontal de concepção e implementação do projeto e equipe especialmente estruturada para desenvolver a 1ª CONSEG; por meio de uma Cooperação Técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD para desenvolvimento de ações pertinentes à construção do projeto da 1ª CONSEG; com o apoio aos Estados, por meio de convênios e de ferramentas próprias, para a realização dos processos estaduais; com a parceria com o Instituto Via Pública, para o monitoramento e avaliação da gestão, dos resultados e do impacto da 1ª CONSEG; e a criação de um Ambiente Virtual como ferramenta para gestão de documentos, ações, fluxos de trabalho e resultados obtidos. Com o objetivo de subsidiar o debate e delimitar o conjunto de temas a serem tratados pela 1ª CONSEG foi produzido o *Texto-base*. O texto base pretendia fazer com que os diferentes atores, num campo tradicionalmente pautado por disputas, se sentissem contemplados e fossem capazes de se reconhecer no seu conteúdo – era uma liga para um processo que demandava diálogo e troca permanentes. Além do texto base, também foram publicadas 6 cartilhas de mobilização de públicos específicos e 3 mini-cartilhas como guias de informações, a saber: Sistema de Justiça, Comunidade PRONASCI, Saiba como participar; Juventude e Escolas; e os Guias: Roteiro para Conferências Livres nas Escolas, Mostra de Filmes e Música e Concurso de Desenhos. As *cartilhas* eram materiais de apoio que tinham por objetivo estimular o

debate e mobilizar setores importantes da sociedade para participação no processo e para o nivelamento de informações sobre as etapas. Foram produzidos 460.000 exemplares de cartilhas e cerca de 50.000 guias (quantitativo diferenciado por cartilha temática e por guia) distribuídos a toda a mala direta da CONSEG, conforme o público destinatário, para todo o país. Em maio de 2009 começaram a ser realizados os *Seminários Temáticos* que tiveram como objetivo principal a ampliação da participação de diferentes segmentos no processo da Conferência, assim como a qualificação e o aprofundamento da discussão de determinados temas relevantes e específicos dos eixos temáticos da 1ª CONSEG. Foram aprovados 13 Seminários pela Comissão Organizadora Nacional da CONSEG, entretanto, apenas 9 entidades organizadoras parcerias demonstraram interesse em realizar as publicações dos trabalhos realizados. Foram publicadas 5.000 unidades para cada título, a saber: Políticas sobre Drogas: Avanços e Retrocessos; Movimentos Sociais e Segurança Pública: a construção de um campo de direitos; Uso progressivo da força: dilemas e desafios; Mídia e Segurança Pública; Reflexões sobre a Investigação Brasileira através do Inquérito Policial; Segurança Pública e Construção de Subjetividades; I Prêmio Nacional de Monografias em Segurança com Cidadania; Impasses da Política Criminal Contemporânea; Segurança com Cidadania nas Penas e Medidas Alternativas; Controle de Armas e Munição.

As Estratégias de planejamento, facilitação e preparação da Comissão Organizadora Nacional e do Fórum Nacional Preparatório, instâncias coordenadoras da 1ª. CONSEG foram construídas por meio de planos e termos de referências, com todo o detalhamento metodológico para o seu funcionamento e foram permanentemente aprimoradas ao longo das reuniões da Comissão e do Fórum. A 1ª CONSEG foi marcada por uma diversificação de etapas: as Conferências Livres e a Conferência Virtual se mostraram como inovações importantes, facilitando a participação da população por meio de diversas linguagens e formatos de atividades. Um destaque importante é a separação entre as Etapas Eletivas e as Etapas Preparatórias: as propostas das atividades preparatórias eram recebidas diretamente para a sistematização da Etapa Nacional, sem necessidade de filtro

nas Etapas Eletivas. Houve também a inovação adicional de se considerar o conteúdo de todas as etapas com mesmo peso para a sistematização do relatório "Caderno de Propostas".

A *Conferência Virtual* foi uma inovação em processos de Conferências Nacionais e assumiu três dimensões: um Fórum Virtual de debate entre os tutores e alunos matriculados no curso "Democracia Participativa e Segurança Pública", a capacitação de Ensino à Distância (EAD) oferecida pela SENASP/CONSEG; um Fórum Virtual de debate disponibilizado no portal da 1ª CONSEG, acessado por qualquer pessoa interessada via acesso à internet; salas de bate-papo com convidados, como um estímulo ao debate dos Fóruns.

Foi a primeira vez que uma Conferência Nacional possibilitou a participação de brasileiros residentes no exterior no processo de construção e priorização de propostas. Participaram 2.014 pessoas, de todas as regiões do país e também residentes no continente europeu e norte-americano. Foi constituída equipe de mobilizadores regionais para atuação nos estados com a finalidade de mobilizar, articular regionalmente, facilitar e capacitar na relatoria para a 1ª CONSEG. O regimento interno da CONSEG definiu a realização de etapas preparatórias e eletivas. As *27 etapas estaduais e distrital* foram convocadas e realizadas pelos respectivos gestores. Houve ampla e diversificada participação, contemplando sociedade civil, gestores e trabalhadores da segurança, em suas diferentes categorias profissionais, resultando em uma média de 646 participantes diretamente por etapa estadual. As *Conferências Livres* foram instrumentos de participação que ampliaram e estimularam a construção de espaços de discussão e debate onde os diversos setores da sociedade brasileira puderam expressar, debater e aprofundar a discussão contribuindo para a construção de uma nova Política Nacional de Segurança Pública. Foram atividades promovidas por segmentos como estudantes e comunidade escolar, grupos de mulheres, igrejas, policiais, bombeiros, ativistas dos direitos humanos, profissionais do sexo, presidiários, associações de moradores, Sistema de Justiça, órgãos de governo e movimentos populares. A utilização dessa metodologia de diálogo social possibilitou que vários atores pudessem se relacionar e criar ca-

nais e espaços de discussão para ampliação da esfera pública, fortalecendo a cidadania e a convivência. Respeitadas as diferenças locais, a atuação dos Mobilizadores se deu a partir dos mesmos princípios e orientações para todo o país. Para assegurar essa uniformidade específica e troca de experiências, foram realizadas 8 oficinas, as quais serviam a diversas finalidades, como: planejamentos estratégicos, capacitações, avaliações, intercâmbios e alinhamentos conceituais. Aliado a isto, a multidisciplinariedade da equipe e as diferentes trajetórias pessoais foram fatores que permitiram elevar ainda mais os resultados. A *Capacitação* da 1ª CONSEG trabalhou com dois formatos de cursos: os Cursos Presenciais Convivência e Segurança Cidadã e o Curso à distância – Democracia Participativa e Segurança Pública. O curso presencial, Convivência e Segurança Cidadã, realizado em parceria com o Escritório Regional do PNUD de Bogotá e PNUD Brasil, contou com a participação de 669 (seiscentos e sessenta e nove) pessoas, com representação de todos os estados brasileiros. Ao total foram realizados 8 cursos, dentre os meses de abril e julho de 2009, nas 05 regiões do país, em 07 Municípios distintos (Canoas/RS, Brasília/DF, Vitória/ES, Campinas/SP, Aracaju/SE, Manaus/AM e Cuiabá/MT). Fruto de uma parceria com a SENASP, o curso "Democracia Participativa e Segurança Pública" foi desenvolvido no ambiente virtual da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública - RENAESP, para os trabalhadores da área de segurança pública e sociedade civil. Importante destacar que, pela 1ª. vez, foram abertas vagas para a participação da sociedade civil na RENAESP. O *portal* foi uma importante ferramenta de comunicação virtual de acesso amplo e funcional, que agregou, de forma simples e objetiva, todo o material de informação e comunicação produzido para a 1ª CONSEG. Foram produzidos *vídeos* mobilizadores, para a divulgação da 1ª CONSEG e a documentação de memória do projeto. Os vídeos foram disponibilizados no portal da Conseg e enviados para TV´s Públicas e Educativas. Para ampliar o debate sobre segurança pública e inserir o maior número possível de pessoas no processo da 1ª CONSEG, o Projeto procurou abrir espaço em emissoras de rádio, seja por meio de entrevistas ao vivo e gravadas ou pela distribuição de material específico

produzido pela equipe da 1ª CONSEG. Conectada aos avanços tecnológicos, a 1ª CONSEG também circulou informações por meio das redes sociais *NING, Orkut* e *Twitter* e ampliou ainda mais seus canais de distribuição de informações. Os *Projetos Especiais* consistiram em uma série de iniciativas formuladas com o intuito de estimular a participação de setores específicos da sociedade no processo da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública. O intuito era de incorporar universidades, escolas, redes de juventude, operadores do direito, egressos, cumpridores de pena e comunidades na composição de uma nova política de segurança pública para o país. E a mobilização inicial buscou familiarizar esses atores com o Texto-base da 1ª CONSEG e posteriormente o esforço foi garantir um canal de manifestação que respeitasse suas especificidades e linguagens. Foram mapeados centros de pesquisa na área de segurança pública e temas a ela relacionados nas instituições de ensino superior, a fim de mobilizar esse público e qualificar as discussões realizadas no âmbito da 1ª CONSEG. O saldo da mobilização nas universidades e centros de pesquisa foi o seguinte:

Conferências Livres nas Universidades realizadas nas regiões do Brasil:

Região	Número de Conferências Livres nas Universidades	Número de Participantes	Número de Princípios	Número de Diretrizes
Centro-Oeste	3	284	21	63
Sul	11	504	42	151
Nordeste	23	1785	139	347
Sudeste	25	1981	136	430
Norte	7	336	62	129
Total:	69	4890	400	1120

O projeto da *Feira de Conhecimento em Segurança Pública com Cidadania* foi concebido em parceira com o Escritório Regional de Pesquisa do PNUD em Bogotá e com o Departamento de Prevenção à Violência e Criminalidade da Senasp, que con-

sistia num espaço de divulgação, documentação e celebração de projetos, ações e iniciativas inovadoras na área da segurança pública, para dar visibilidade a experiências exitosas neste campo temático, além de proporcionar um espaço para que seus protagonistas trocassem informações e estabelecessem acordos de cooperação entre as atividades que desenvolvem. A seleção das experiências foi feita através de um Edital de Chamada Pública. Foram recebidas 226 inscrições, avaliadas por uma Comissão Avaliadora de pesquisadores da área e membros do Ministério da Justiça, que selecionou 41 ações inovadoras. Na Feira, além da exposição das experiências, ocorreram as seguintes atividades: a realização do Painel "A Contribuição das Agências das Nações Unidas e das Agências de Cooperação Internacional na Área da Segurança Pública" - que apresentou o que as agências tem desenvolvido neste campo temático; a realização e filmagem das visitas guiadas - Momentos de visitação coletiva à Feira, conduzidas por uma jornalista que fez o papel de animadora do debate, fazendo perguntas e dando espaço para que cada experiência pudesse falar mais do seu trabalho e ter isso registrado através de um vídeo; a apresentação da experiência internacional "Prevención de Delitos Sexuales em Preescolares", da Polícia de Investigaciones do Chile (PDI); a realização das Rodas de Negócio - espaços de cooperação, onde se definiram e foram assinadas as cartas de intenção de troca de conhecimento entre os protagonistas da experiência e os participantes; a realização do Painel "A Contribuição das Agências das Nações Unidas e das Agências de Cooperação Internacional na Área da Segurança Pública" - que apresentou o que as agências tem desenvolvido neste campo temático; a realização e filmagem das visitas guiadas - Momentos de visitação coletiva à Feira, conduzidas por uma jornalista que fez o papel de animadora do debate, fazendo perguntas e dando espaço para que cada experiência pudesse falar mais do seu trabalho e ter isso registrado através de um vídeo; a apresentação da experiência internacional *Prevención de Delitos Sexuales em Preescolares*, da Polícia de Investigaciones do Chile (PDI); realização das Rodas de Negócio - espaços de cooperação, onde se definiram e foram assinadas as cartas de intenção de troca de conhecimento entre os protagonistas da

experiência e os participantes e visitantes da Feira; realização de Oficinas de Gestão de Conhecimento – atividades destinadas à capacitação dos protagonistas das experiências celebradas e como qualificar a gestão dos seus projetos; atividades culturais – a Feira também contou com a apresentação de várias atrações culturais, além da exposição para o público geral de algumas das experiências da própria Feira; escolha popular – os visitantes da Feira puderam escolher, por meio de votação livre, a experiência que mais lhes agradou. Para a experiência ganhadora, foi oferecida uma visita técnica para a Colômbia a fim de conhecer a experiência de Segurança Cidadã nas cidades de Medellín e Bogotá. A Feira permitiu o reconhecimento e a celebração de projetos que já possuíam visibilidade nacional, assim como a divulgação de ações que ainda não eram de conhecimento público. Seu diferencial residiu exatamente na sua capacidade de produzir respostas criativas para problemas antigos, assim como na sua habilidade de otimizar recursos, estabelecer parcerias e aproveitar a colaboração da sociedade para o seu melhor desenvolvimento.

O *processo de consulta às escolas* partiu do pressuposto de que a Educação possui um papel fundamental na construção da cidadania e de uma cultura de paz. Por essa razão, foram desenvolvidos debates, conferências livres, ações culturais e preventivas dirigidas à redução do presente quadro de violência nas escolas. Os professores e estudantes foram convidados a construir os princípios e diretrizes que deveriam orientar a política nacional de segurança pública, com ênfase nas necessidades das Escolas e no Eixo 5 do Texto-base: Prevenção social do crime e das violências e construção da cultura da paz. Com esse propósito, foi realizado, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), um intenso processo de debates nas escolas.

Percorridas as etapas preparatórias, municipais, estaduais e livres, de um processo gestado por nove meses, com o registro de resultados extremamente representativos, profissionais da segurança pública e gestores das três esferas governamentais, somados à participação popular, se reuniram em Brasília entre os dias 27 a 30 de agosto de 2009 para a realização da etapa final da 1ª Conferência Nacional de Segurança Públi-

ca (1ª CONSEG). O Centro de Convenções Ulysses Guimarães transformou-se em palco para o desenvolvimento de importantíssimo espetáculo da democratização da Segurança Pública de nosso país. Foi realizada uma parceria com a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, para transmissão do evento nacional ao vivo, via portal da CONSEG e Canal NBR, e produção de materiais jornalísticas sobre o tema da Segurança com Cidadania.

A realização da *Etapa Nacional* permitiu, em quatro dias, a discussão e a convivência entre segmentos diferentes em torno do mesmo desafio: contribuir para a construção de uma sociedade mais segura e democrática.

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**: Criação de metodologia para acompanhamento dos resultados das CONSEGs: avaliação e monitoramento do processo participativo da 1ª CONSEG pelo Via Pública, por meio de cinco (5) estudos de caso sobre os processo participativos ocorridos nos estados do Acre, Ceará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Estes estudos focaram a realização das Conferências Estaduais. Também foram monitoradas as atividades das etapas eletivas e deliberativas das etapas estaduais e municipais, pela análise de relatórios; aplicação de *survey* pelo Via Pública para caracterização da participação e dos participantes (798) da etapa nacional da CONSEG. O *survey* foi composto por:

a. perfil sociodemográfico e político-institucional;
b. questões opinativas sobre o processo participativo;
c. questões opinativas sobre a política nacional de segurança pública;

para aferição da efetividade dos princípios e diretrizes aprovados na 1ª CONSEG foi instituído um Grupo de Trabalho (GT) constituído, no âmbito do Ministério da Justiça, pela Portaria nº 395, em 26 de fevereiro de 2010, teve como objetivo *"analisar e fomentar a implementação dos princípios e das diretrizes emanados da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública e preparar as bases para estruturação de um sistema de acompanhamento de resultados"*. Com a tarefa de estabelecer uma metodologia de acompanhamento dos resultados. Foi identificado a necessida-

de criar uma base de dados que permita o acompanhamento *sistemático* de ações relacionadas diretamente ao cumprimento das diretrizes deliberadas CONSEG.

O que foi feito no GT: cada unidade do MJ procedeu à identificação de fontes de informações disponíveis para acompanhamento e levantamento de indicadores existentes para cada ação decorrente das diretrizes. O que exigiu a classificação das ações, dos parceiros envolvidos, modos de formalização, resultados esperados e/ou alcançados.

A metodologia empregada no levantamento das informações foi elaborada com base nos seguintes critérios:

a. Adoção de um conceito funcional ao tratar as diretrizes da 1ª CONSEG como ações, ou seja, as diretrizes deveriam estar associadas à programas, ações e/ou atividades das unidades do MJ que garantissem o alcance das mesmas;

b. As informações produzidas pelas unidades do MJ não deveriam ser classificadas como puramente administrativas, mas identificadas como fonte para produção de indicadores;

c. Os indicadores poderiam ser considerados simplesmente como resultado de ações, ou então, os resultados das ações poderiam servir como fonte para produção de indicadores.

Produção de um relatório final do GT que teve como tarefa fundamental lançar as bases para o sistemático mapeamento das ações realizadas pelas unidades do MJ e apresentação de três (3) propostas:

a. cada unidade deverá incorporar no relatório anual, um capítulo exclusivo para acompanhamento, monitoramento e avaliação;

b. cada unidade deverá apresentar como peça autônoma e independente ao relatório anual um Plano Anual de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação;

c. Que seja indicado/constituído um órgão/unidade particular no MJ responsável pelo planejamento, dissemi-

nação, e execução de atividades de acompanhamento, monitoramento e avaliação; oferecendo treinamento, motivação, orientação e controle de qualidade.

Uma situação considerada dificultosa na tarefa de montar as bases para o acompanhamento das diretrizes da 1ª CONSEG diz respeito à redação das diretrizes, as quais, no geral, foram consideradas muito longas e prolixas, muitas vezes com sua redação truncada. No geral, as diretrizes não permitiam inferir indicações claras do que era esperado, pecando por certa falta de objetividade. Além disso, há um grande número de diretrizes (40), cobrindo diferentes níveis de governo, de poderes e ações governamentais, fato que dificulta o acompanhamento pela diversidade de temas e a amplidão de seu escopo. Frente às dificuldades colocadas, o GT voltou sua atenção para a identificação de ações em desenvolvimento no Ministério da Justiça e de indicadores já existentes e passíveis de acompanhamento.

Resultados do projeto: A formulação e o acompanhamento das políticas públicas voltadas para a área da segurança pública não possuíam espaço institucional de âmbito nacional, temporário ou permanente, que possibilitasse a participação da sociedade civil nem dos trabalhadores da área. Havia um evidente distanciamento histórico entre os diferentes segmentos e categorias profissionais. A 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública se propôs a fazer uma ampla discussão sobre o paradigma antigo e sobre a necessidade de sua superação. Tratou-se da promoção de debate fora de momentos de grande comoção nacional. Concluída a 1ª CONSEG, é necessário que seja dada efetividade aos princípios e diretrizes priorizados pelos participantes, bem como seja assegurada a realização das próximas Conferências Nacionais de Segurança Pública, conferindo-lhe caráter sistêmico e período.

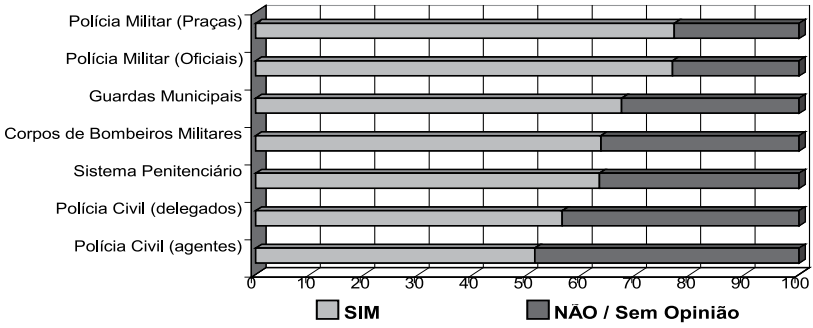
Essa foi a Conferência realizada com a maior diversificação de etapas já feita no país. A escolha metodológica claramente aumentou a qualidade do processo de construção da 1ª CONSEG, refletindo-se tanto na adesão simultânea de segmentos distintos, como na característica das propostas recebidas,

pois no encontro desses segmentos abriu-se espaço para o diálogo das agendas políticas de cada grupo. Todo o projeto foi debatido e validado politicamente, nas reuniões de pactuação metodológica com as Comissões Organizadoras Estaduais, nas videoconferências com as Comissões Organizadoras Municipais, além das reuniões ordinárias da Comissão Organizadora Nacional. O presente projeto buscou apoiar a constituição de um mecanismo de participação social efetivo no campo da segurança pública, de forma a colocar em discussão os conceitos centrais da segurança pública; construir um processo metodológico adequado à promoção do reconhecimento entre os diferentes olhares sobre a situação atual da segurança pública; fortalecer o espaço público para uma nova cultura de segurança e definir os princípios e diretrizes orientadores da Política Nacional de Segurança Pública. Foi construído um *mailling* com mais 500.000 cadastros para envio do Informativo semanal da CONSEG. Esse *mailling* foi incorporado pelo Ministério da Justiça e encontra-se sob controle da Assessoria de Comunicação Social.

A expertise das experiências selecionadas para a Feira de Conhecimento em Segurança Pública com Cidadania foi a protagonista deste espaço, que contou com mais de 3.800 visitantes e a assinatura das 707 cartas de intenção, ao final da Feira. Foi realizada consulta aos profissionais de segurança pública sobre experiências e opiniões das forças de segurança do Brasil, em especial de policiais civis e militares. A pesquisa incluiu temas como formação, hierarquia, salário, disciplina e carreira, controle interno e externo, participação, reforma do sistema de segurança pública, vitimização, perfis sócio-econômico e profissional, tendo sido aplicada na Rede EAD da SENASP em maio de 2009. A idéia era contribuir para a criação de uma tradição de pesquisas sobre segurança pública, por meio de consultas periódicas a agentes das forças de segurança, valorizando experiências, opiniões e práticas. A consulta foi acompanhada por uma comissão de especialistas composta por estudiosos da área – como Luís Eduardo Soares, Marcos Rolim e Silvia Ramos –, pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), SENASP e a Coordenação da CONSEG. A pesquisa traz resultados surpreen-

dentes sobre perfil, a formação, a estrutura de organização das instituições, grau de vitimização dos profissionais de segurança pública, relação com outros atores etc., apontando para uma necessidade de mudança profunda no modelo de organização das nossas corporações. Como exemplo:

Opinião dos profissionais quanto à necessidade de mudança do modelo de polícia



Opinião dos profissionais quanto à necessidade de mudança do modelo de polícia

Foram priorizadas três ações dos Projetos Especiais nas Escolas:

a. *Semana de Mobilização "**Segurança com cidadania nas escolas: participe dessa mudança**",* destinada a estimular a discussão do tema segurança pública com cidadania e a realização de conferências livres nas escolas, no período de 15 a 21 de junho. 803 Escolas participaram das etapas da 1ªCONSEG em todo o país e foram realizadas 111 Conferências livres nas Escolas;

b. ***Concurso de Desenho I e II***, que se constituiu numa atividade lúdica, destinada a produção artística de desenhos por parte dos alunos com a temática da segurança com cidadania. Ao todo foram recebidas 117 ilustrações para o processo seletivo;

c. ***Concurso de Escolas com Participação Cidadã I e II***, a ini-

ciativa recebeu 132 inscrições e foi dividida em duas categorias: *Escolas com Participação Cidadã I - Mobilização e Debate "Segurança com Cidadania nas Escolas"; Escola com Participação Cidadã II: Iniciativas de "Segurança com Cidadania nas Escolas".*

Todo o banco de dados das atividades encontra-se à disposição do PROJETO BRA/08/015. A mobilização no Sistema de Justiça garantiu um número expressivo de conferências livres, sobretudo considerando a pouca tradição participativa desse público. No total, as Conferências Livres, no Sistema de Justiça, de acordo com as regiões do Brasil foram:

Região	Número de Conferências Livres	Número de Participantes
Centro-Oeste	10	814
Nordeste	17	2704
Norte	9	347
Sudeste	8	705
Sul	13	1033
Total:	57	5603

Dados Gerais – A 1ª CONSEG em números:

Pessoas envolvidas no processo = 524.461

Participação direta em todas as etapas = 225.395

Participação via web (fevereiro a julho) = 256.598

Municípios integrantes = 514

Atividades de mobilização = 42.468 participantes

Conferências estaduais = 27, com 17.439 participantes

Conferências municipais eletivas = 126, com 25.645 participantes

Conferências municipais preparatórias = 140, com 19.006 participantes

Conferências livres = 1.140, com 66.847 participantes

Seminários temáticos = 13, com 3.270 participantes

Projetos especiais = 24.108 participantes

Cursos de capacitação presenciais e EAD = 1.883 participantes

Consulta aos policiais = 64.137 participantes

Etapa Nacional = 3.060 participantes

A reestruturação do Conselho Nacional de Segurança Pública foi tomada como uma ação prioritária da Conferência. Assim, no primeiro dia da Etapa Nacional, foi publicado o Decreto nº 6.950 que assentou as bases para uma transformação democrática do órgão colegiado, um dos principais legados deixados pela Conferência.

	Nome do Projeto/Ação: **Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP)**
	Área Responsável pela Implementação: **Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Segurança Pública (CONASP)**

Objetivo do projeto: Formular e propor diretrizes para as políticas públicas voltadas à promoção da segurança pública, prevenção e repressão à violência e à criminalidade e atuar na sua articulação e controle democrático, respeitadas as demais instâncias decisórias e as normas de organização da administração pública. Ademais: atuar, como órgão normativo, na formulação de estratégias e no controle de execução da Política Nacional de Segurança Pública; estimular a modernização institucional para o desenvolvimento e a promoção intersetorial das políticas de segurança pública; desenvolver estudos e ações visando a aumentar a eficiência da execução da Política Nacional de Segurança Pública; estabelecer diretrizes para as ações da Política Nacional de Segurança Pública e acompanhar a destinação e aplicação dos recursos a elas vinculados; convocar e coordenar as Conferências Nacionais de Segurança Pública e zelar pela efetividade das suas deliberações; articular e apoiar, sistematicamente, os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Segurança Pública, visando a formulação e realização de diretrizes básicas comuns e a potencialização do exercício das suas atribuições legais e regulamentares; estudar, analisar e sugerir alterações na legislação pertinente; e promover a integração entre órgãos de segurança pública federais, estaduais, distritais e municipais.

Público alvo: Sociedade Civil, Poder Público e Trabalhadores da Área de Segurança Pública.

Estratégias utilizadas para implementação: definição de marco legal: definição e publicação de Decreto dispondo sobre

sua composição, estrutura, competências e funcionamento, bem como sua atualização após a realização do processo eleitoral e criação do Regimento Interno; observância dos princípios e diretrizes priorizados na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (1ª CONSEG); instituição de gestão 2009-2010 do CONASP com competência específica voltada para sua estruturação:

a. elaborar seu regimento interno;

b. estabelecer os critérios para identificação dos órgãos e entidades da área de segurança pública para sua composição;

c. estabelecer normas para o processo seletivo e convocar eleições para escolha das entidades e organizações da sociedade civil e dos trabalhadores da área; realização da 1ª eleição do CONASP, em conformidade com as regras definidas pelo Conselho, havendo sido possibilitada a votação presencial em assembléia eleitoral realizada em Brasília no dia 30 de agosto de 2010 ou à distância através de sistema disponibilizado pelo Ministério da Justiça; promoção da participação social nas deliberações do Conselho através da realização de Audiências Públicas e Consultas Livres; mobilização dos trabalhadores em segurança pública e sociedade civil para as eleições para a composição 2010-2012 do CONASP.

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**:

1) *Câmara Técnica de Avaliação e Gestão da Informação*:

a. Aprovação de resolução pelo pleno do CONASP instituindo oficialmente a Câmara Técnica de Avaliação e Gestão da Informação;

b. Elaboração do Plano de Trabalho da Câmara Técnica de Avaliação e Gestão da Informação para o segundo semestre de 2010 e ano de 2011;

c. Divulgação da Câmara Técnica de Avaliação e Gestão da Informação e intercâmbio de suas atividades em espaços

de discussões e pesquisas como Seminários e Congressos sobre os temas afetos à segurança pública, violência, justiça criminal, direitos humanos, prevenção criminal;

d. Desenvolver uma rede com potenciais parceiros internos do Ministério da Justiça, Secretárias Estaduais e Municipais de Segurança Pública ou Defesa Social, outros conselhos correlatos, centros de pesquisa e demais potenciais parceiros;

e. Construção de interface pública no portal CONASP para publicização e divulgação de relatórios, estudos, pesquisas, avaliações da Câmara Técnica de Avaliação e Gestão da Informação;

f. Criação do Programa Observatório Nacional da Segurança Pública, como resultado das parcerias entre CONASP, CAPES e CNPQ, com o objetivo de fomentar, estudos e pesquisas em segurança pública, cobrindo áreas de inovação e tecnologia e ciências sociais aplicadas que utilizem os recursos materiais e humanos disponíveis das Instituições de Educação Superior (IES) e unidades (com capacidade técnica e tecnológica) das Secretarias de Estado e Municípios com ações e políticas voltadas para segurança pública, violência, direitos humanos e prevenção criminal, estimulando a produção de tecnologia e metodologia aplicadas nas áreas acima citadas;

g. Criação do periódico CADERNOS CONASP, cujo primeiro número terá como temática a eleição do conselho, com artigos dos observadores (professores de universidades cujo objeto de interesse seja segurança pública, democracia e participação social) convidados para o dia da eleição e membros da Câmara Técnica de Avaliação e Gestão da Informação.

2) *Acordo de Cooperação Técnica IPEA-MJ*:

a. Celebração de Acordo de Cooperação Técnica (ACT) do CONASP com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que tem por objeto o estabelecimento de parceria visando à realização estudos, pesquisas, avalia-

ções e assessoria técnica que atendam a interesse mútuo, para execução do projeto de pesquisa denominado "Participação Social e Governança Democrática da Segurança Pública";

3) *Assessoria de Pesquisa, Consultas e Estudos da Secretaria Executiva do CONASP*:

a. Reelaboração junto com a DEPAID do questionário usado na Pesquisa Nacional dos Conselhos de Segurança Pública, para aplicação no segundo semestre de 2010;
b. Coordenação dos trabalhos do Grupo de Trabalho (GT) constituído, no âmbito do Ministério da Justiça, pela Portaria nº 395, em 26 de fevereiro de 2010, que teve como objetivo "analisar e fomentar a implementação dos princípios e das diretrizes emanados da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública e preparar as bases para estruturação de um sistema de acompanhamento de resultados";
c. Articulação de parceria (DEPAID /SENASP) para realização de cursos a distância para os novos conselheiros, dentro do Programa de Socialização e Atualização para Conselheiros (Titulares e Suplentes) e técnicos da Secretária Executiva do CONASP.

Resultados gerais do projeto: A formulação e o acompanhamento das políticas públicas voltadas para a área da segurança pública não possuíam espaço institucional de âmbito nacional, temporário ou permanente, que possibilitasse a participação da sociedade civil nem dos trabalhadores da área. Havia ainda um evidente distanciamento histórico entre os diferentes segmentos e categorias profissionais. Em 2009, a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública dá início ao processo de democratização das políticas da área e se propõe a fazer uma ampla discussão sobre o paradigma antigo e sobre a necessidade de sua superação. Concluída a 1ª CONSEG, foi necessária a constituição de instância dotada de caráter permanente para a consolidar a participação social da sociedade civil e dos trabalhadores.

Diante disso, houve a reativação e a completa reestruturação do Conselho Nacional de Segurança Pública, que estava inativo e que não contemplava os segmentos referidos. A primeira eleição do CONASP ocorreu em 30 de agosto de 2010, quando havia 6 vagas para entidades da sociedade civil, 6 vagas para fóruns, redes e movimentos sociais da sociedade civil e 9 vagas para entidades de trabalhadores da área de segurança pública, sendo uma para cada uma das seguintes categorias:

I - oficiais policiais e bombeiros militares estaduais ou distritais;

II - praças policiais e bombeiros militares estaduais ou distritais;

III - delegados de Polícia Federal ou delegados de Polícia Civil estaduais ou distritais;

IV - agentes de Polícia Federal ou agentes de Polícia Civil estaduais ou distritais;

V - integrantes das guardas municipais;

VI - papiloscopistas estaduais, distritais ou federais;

VII - membros da Polícia Rodoviária Federal;

VIII - peritos oficiais criminais estaduais, distritais ou federais; e

IX - agentes penitenciários vinculados a qualquer dos entes da federação.

E mais: publicação do Decreto 6.950, de 26 de agosto de 2009, bem como sua atualização com novo Decreto (em fase de publicação. Verificar antes da publicação o número do Decreto); reestruturação do CONASP em conformidade com o resultado da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (1ª CONSEG); elaboração e publicação do Regimento Interno de forma democrática pelo Conselho; definição dos critérios para composição do CONASP na gestão 2010-2012; definição das normas para o processo seletivo para a composição 2010-2012 do Conselho; convocação de eleições para escolha das entidades e organizações da sociedade civil e dos trabalhadores da área para a gestão 2010-2012; realização da 1ª eleição do CONASP com a possibilidade de votação presencial em assembléia eleitoral realizada

em Brasília no dia 30 de agosto de 2010 ou à distância através de sistema disponibilizado pelo Ministério da Justiça, o que constituiu uma importante inovação no processo de escolha de Conselheiros Nacionais, ampliando a possibilidade de participação no pleito; realização de Audiências Públicas e Consultas Livres: As audiências públicas e as consultas livres produziram juntas cerca de 150 propostas para a reestruturação do órgão, com a participação de mais de 1300 pessoas em todas as regiões do Brasil: Audiência Pública Região Centro Oeste - Goiânia/GO; Audiência Pública Região Nordeste - João Pessoa/PB e Salvador/BA; Audiência Pública Região Norte - Belém/PA; Audiência Pública Região Sudeste - Belo Horizonte/MG, Rio de Janeiro/RJ e Vitória/ES; Audiência Pública Região Sul - Florianópolis/SC e Porto Alegre/RS; f) Consulta Livre - Duque de Caxias – RJ; Consulta Livre - Fórum Social Mundial – RS; Consulta Livre - Papiloscopistas – MT; Consulta Livre - Redes de Desenvolvimento da Maré – RJ; Consulta Livre - UFBa – BA. Realização das Caravanas de Mobilização em 17 cidades convidando os trabalhadores em segurança pública e sociedade civil a participarem ativamente das eleições que ocorreram no dia 30 de agosto de 2010: na região Nordeste, a Caravana de Mobilização passou por João Pessoa-PB, São Luís-MA, Natal-RN, Recife-PE e Maceió-AL. A articulação foi realizada pelos coordenadores das COEs da 1ª Conseg e contou com o apoio do Movpaz e Rede Desarma Brasil: na região Norte, as cidades que receberam a Caravana foram Macapá-AP, Belém-PA, Boa Vista-RR e Porto Velho RO. O CONASP contou com o apoio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, da Politec, do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia, do Coletivo de Entidades Negras e dos Comandos do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar. Na região Centro-Oeste somente o estado de Goiás se mobilizou, tendo como articulador do processo a Federação Nacional dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação. Já na região Sudeste, a Caravana foi convocada por todos os estados, passando pelas cidades de São Paulo-SP, Rio de Janeiro-RJ, Vitória-ES e Belo Horizonte-MG. Estiveram à frente da mobilização as entidades que compunham o Conselho: Viva Rio e Instituto São Paulo Contra a Violência. No Sul, a Caravana de Mobilização passou por Florianópolis-SC, Curiti-

ba-PR e Porto Alegre-RS. Destacamos a reunião realizada na Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (SESP/PR). Estavam presentes as seguintes instituições que compunham o Conselho: Associação Brasileira de Criminalística (ABC), Associação Nacional dos Oficiais Militares Estaduais (AMEBRASIL), Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares e Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais (FENEME).

	Nome do Projeto/Ação: **Estruturação de Conselhos Municipais de Segurança e Formação de Lideranças Comunitárias**
	Área Responsável pela Implementação: **Coordenação Geral de Ações de Prevenção em Segurança Pública do Departamento de Políticas, Programas e Projetos**

Objetivo do projeto: fomentar a estruturação dos Conselhos Comunitários de Segurança e a capacitação de lideranças comunitárias, uma vez que os Conselhos Comunitários de Segurança são espaços de discussões sobre as questões referentes à segurança pública. Nos municípios existem os Conselhos Municipais de Segurança, que são entidades de âmbito municipal com funções de natureza consultiva, de articulação, informação e cooperação, cujos objetivos, composição e funcionamento são regulados por lei ou decreto Municipal. Dentre os vários objetivos dos conselhos destaca-se:

a. Contribuir para o aprofundamento do conhecimento da situação de segurança na área do município, através da consulta entre todas as entidades que o constituem;
b. Formular propostas de solução para os problemas de relacionados a segurança dos cidadãos no respectivo município e participar em ações de prevenção;
c. Promover a discussão sobre medidas de combate à criminalidade e à exclusão social do município;
d. Aprovar pareceres e solicitações e remetê-los a todas as entidades que se julguem oportunas e diretamente relacionadas com as questões de segurança e inserção social. Assim, os municípios podem incentivar projetos de estruturação desses conselhos e também projetos de capacitação para as lideranças comunitárias, para que estejam aptas a participar dos debates e ações de segurança pública e mediação de conflitos, representando os moradores em suas principais demandas e necessidades.

Público alvo: lideranças comunitárias.

Estratégias utilizadas para implementação: repasse de recursos via convênio para o apoio a projetos de estruturação dos conselhos e capacitação de lideranças comunitárias para a sensibilização dos temas relativos ao eixo temático da prevenção sua articulação com as ações desenvolvidas em âmbito local.

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**: relatórios trimestrais de execução física e financeira, visitas *in loco* e relatórios de prestação de contas.

Resultado geral do projeto: disponibilizam-se, anualmente, prazo e recursos para a apresentação de projetos, por parte dos municípios, e que devem atender aos requisitos legais propostos pela SENASP e pela CGSP. Projetos e capacitação apoiados.

Capítulo 7

PERÍCIA FORENSE

PERÍCIA FORENSE

A Perícia Forense é especializada em produzir a prova técnica, mediante a análise científica de evidencias relacionadas a prática de delitos. As atividades periciais são de grande complexidade, em razão da qual, requer uma formação especializada, revestidas no cargo. A Perícia Forense estuda todos os objetos envolvidos no delito, examina o local dos fatos, efetua exames laboratoriais, reproduz de forma simulada o mecanismo do crime, entre outras análises, que possibilitam a produção da prova material. Nos estados onde a Perícia é desvinculada da Polícia Civil, o Profissional de Perícia Forense, na qualidade de detentor de autoridade científica, atua como Dirigente Geral das Perícias Forense. As atividades desenvolvidas pela Perícia Forense, que são de grande complexidade e de natureza especializada, integram a instrução processual penal, nos termos das normas constitucionais e legais em vigor, exercendo suas atribuições nos setores periciais de: Acidentes de Trânsito, Perícia Forense Contábil, Balística Forense, Documentoscopia, Engenharia Legal, Exames Papiloscópios, Fonética Forense, Identificação Veicular, Informática, Local de Crime Contra a Pessoa, Local de Crime Contra o Patrimônio, Meio Ambiente, Biometria, exames laboratorias (Toxicologia , DNA etc), entre outros. A Perícia Forense busca a verdade material com base exclusivamente em conhecimentos técnicos-científicos, não cabendo a tipificação do delito, mas apenas o exame dos fatos e sua elucidação.

	Nome do Projeto/Ação: **Cooperação com a Fundação Universidade de Brasília – FUB**
	Área Responsável pela Implementação:
	Coordenação de Perícia Forense do Departamento de Políticas, Programas e Projetos (DEPRO)

Objetivo do projeto: Criar do **Programa Nacional de Ciências Forenses (PNCF)** por meio da formação de grupos de pesquisa para o desenvolvimento de atividades que sejam consideradas relevantes à execução de ações no âmbito da pesquisa e formação pós-graduada de recursos humanos, em especial para a Perícia Forense, além da produção de material de referência e o desenvolvimento de novas tecnologias e pesquisas avançadas em Ciências Forenses, para subsidiar ações do Plano Nacional de Segurança Pública e da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

Público alvo: Pesquisadores da UnB das áreas de Biologia, Química e Medicina, além de Peritos Forenses das Unidades da Federação.

Estratégias utilizadas para implementação:

a. Oferecer Estágio Técnico para alguns profissionais de perícia nas faculdades de Química, Biologia e de Medicina;

b. Elaboração de Projeto de Mestrado Profissional voltado para as Ciências Forenses na UnB, abrindo a possibilidade de aperfeiçoamento dos peritos forenses;

c. Produzir materiais de referência, apoiando as perícias oficiais das Unidades da Federação;

d. Desenvolver novas tecnologias e pesquisas avançadas em Ciências Forenses que possam ser aplicadas às pe-

rícias forenses, por meio da implantação, na UnB, de laboratórios nacionais de referência em pesquisa e desenvolvimento em Ciências Forenses.

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**: Criação de um Comitê Gestor, composto por 6 integrantes, sendo 3 indicados pela SENASP e 3 pela FUB, cuja atribuição será acompanhar a implementação do Termo.

Resultado geral do projeto: Minuta elaborada e entregue para tramitação no Ministério da Justiça.

	Nome do Projeto/Ação: **Cooperação com o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO**
	Área Responsável pela Implementação:
	Coordenação de Perícia Forense do Departamento de Políticas, Programas e Projetos (DEPRO)

Objetivo do projeto: Equipar e fornecer insumos para que o Inmetro desenvolva a área de Metrologia Forense e preste serviços de assessoria às Perícias Estaduais, especialmente no que diz respeito ao controle e gestão da qualidade nos serviços periciais.

Público alvo: Pesquisadores do INMETRO da área de metrologia forense aplicada às áreas de laboratórios forenses no sentido de prestar assessoria aos peritos das perícias estaduais.

Estratégias utilizadas para implementação:

a. Implantar, no Inmetro, laboratórios voltados para a pesquisa em Química Forense, DNA, Microevidências, e Análise Acústica;

b. Realização de exames periciais como suporte às Unidades Periciais, a pedido da Justiça;

c. Desenvolver material de referência de interesse da perícia forense;

d. Elaborar um Projeto Piloto de um Programa de Certificação Profissional para Peritos Criminais;

e. Elaborar um Projeto Piloto de Certificação de Cursos na Área Forense;

f. Treinar peritos em Gestão da Qualidade e nos princípios para a implantação da NBR ISO/ IEC – 17025: 2005;

g. Treinar Gestores das Unidades de Perícia nos Funda-

mentos de Gestão da Qualidade conforme a NBR ISO/IEC – 17025: 2005;

h. Treinar os peritos em Metodologias básicas com ênfase em boas práticas laboratoriais;

i. Criar um Programa de Acreditação de Laboratórios Forenses.

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**: Criação de um Comitê Gestor, composto por 4 integrantes, sendo 2 indicados pela SENASP e 2 pelo INMETRO, cuja atribuição será acompanhar a implementação do Termo.

Resultado geral do projeto: Minuta pronta, aprovada pelo Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública, tramitada na CONJUR. Falta a descentralização de recursos e a assinatura do Termo. Está aguardando reunião interna ao Ministério.

	Nome do Projeto/Ação: **REDE BRASILEIRA DE PERFIS GENETICOS (RIBPG) gerenciada pelo Sistema de Índices de Combinados de DNA (CODIS).**
	Área Responsável pela Implementação:
	Coordenação de Perícia Forense do Departamento de Políticas, Programas e Projetos (DEPRO)

Área responsável pela implementação: Coordenação de Perícia Forense do Departamento de Políticas, Programas e Projetos (DEPRO).

Objetivo do projeto: Dinamizar o intercâmbio de Perfis Genéticos (DNA) entre as diferentes Unidades da Federação por meio de uma Rede Brasileira de Perfis Genéticos (RIBPG); permitir a identificação de criminosos sexuais por meio da manutenção do banco de dados de DNA.; pesquisa e localização e identificação de pessoas desaparecidas por meio de banco de dados de restos humanos.

Público alvo: Todas as Policias Civis do país e Pericia Criminal que pesquisem vestígios biológicos em locais de crime; agentes de investigação de crimes sexuais; autoridades incumbidas de localização de pessoas desaparecidas ou vitimas de desastres de massa.

Estratégias utilizadas para implementação: Acompanhamento das reuniões técnicas com objetivo de implementar a utilização da RIBPG.

Mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação: Participação de reuniões de Grupo de Trabalho.

Resultado geral da ação: As reuniões foram realizadas no DF, BA, RS e SP. Foram criadas normas para utilização da rede. Apresentação ao Ministro de Portaria que institucionalize a Comissão de Gerencia da RIBP. E padronização de procedimentos padrões para coletas e processamento de DNA.

	Nome do Projeto/Ação: **Sistema Automático de Impressões Digitais (AFIS) e Sistema Nacional de Informações Criminais (SINIC).**
	Área Responsável pela Implementação: **Departamento de Políticas, Programas e Projetos (DEPRO)**

Objetivo do projeto: Implantar e expandir uma rede de banco de dados que possibilite acesso rápido e seguro a informações criminais com controle biométrico de impressões digitais em todas as unidades da federação. Possibilitar pesquisas de vestígios papilares coletados em locais de crime em uma rede de padrões datiloscópicos de cidadãos com histórico criminal. Assegurar que indivíduos com antecedentes penais não sejam sentenciados como réus primários.

Público alvo: As Secretarias de Segurança Publica e de Justiça de todo o Pais durante as investigações policiais, bem nas pericias papiloscópicas; o poder judiciário no julgamento de processos criminais (antecedentes penais).

Estratégias utilizadas para implementação: Aquisição de estações AFIS e instalação de equipamentos; 2) Treinamento de pessoal usuário do Sistema.

Mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação: Visitas técnicas aos locais onde os Sistemas estão instalados e analise de relatórios emitidos pelos gerentes do sistema (INI em Brasília-DF).

Resultado geral do projeto: Foram instaladas unidades em MG e CE. Aguardamos recursos para treinamento de novos usuários e visitas técnicas para verificação de uso do sistema nos Estados.

	Nome do Projeto/Ação: **Pesquisa Modelos Internacionais de Referência em Perícia Forense**
	Área Responsável pela Implementação:
	Coordenação de Perícia Forense do Departamento de Políticas, Programas e Projetos/ Projeto Segurança Cidadã

Objetivo do projeto: Fazer um estudo comparativo das estruturas e do funcionamento dos serviços periciais em 12 países do mundo (EUA, Canadá, Itália, Alemanha, Holanda, França, Inglaterra, Nova Zelândia, Austrália, África do Sul, Japão e China) no sentido de subsidiar políticas de melhoria dos modelos periciais brasileiros.

Público alvo: Gestores das Unidades Periciais destes 12 países, peritos forenses e pesquisadores da área de Ciências Forenses.

Estratégias utilizadas para implementação: Foi contratada uma consultora pelo Projeto BRA/04/029 – Segurança Cidadã, desde julho de 2010, que está no início da pesquisa. Está prevista a elaboração e entrega de 6 produtos ao longo de um ano de consultoria.

Mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação: Avaliação dos Produtos da Consultora por meio de Nota Técnica.

	Nome do Projeto/Ação: **Pesquisa Nacional de Informações para a Implantação e Gestão de Processos de Qualidade nas Unidades Periciais Brasileiras**
	Área Responsável pela Implementação:
	Coordenação de Perícia Forense do Departamento de Políticas, Programas e Projetos/ Projeto Segurança Cidadã

Objetivo do projeto: Fazer um diagnóstico da situação dos laboratórios forenses de todas as Unidades da Federação no sentido de verificar possibilidade de elaboração de Projeto Piloto para a Implantação de Processos de Gestão da Qualidade nos Laboratórios Forenses.

Público alvo: Gestores das Unidades Periciais e Peritos dos Laboratórios Forenses.

Estratégias utilizadas para implementação: Foram feitas visitas técnicas a alguns estados e foi aplicado questionários a todos os laboratórios forenses de todas as Unidades da Federação.

	Nome do Projeto/Ação: **Capacitação continuada de peritos**
	Área Responsável pela Implementação:
	Coordenação da Perícia Forense do Departamento de Políticas, Programas e Projetos e do Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública (DEPAID)

Objetivo do projeto: Capacitar e Aperfeiçoar os peritos de todas as Unidades da Federação nas diversas Especialidades Periciais, no sentido de padronizar e ampliar os conhecimentos dos profissionais, trazendo maior qualidade aos serviços prestados à sociedade e à justiça criminal.

Público alvo: Peritos criminais, médico-legistas e papiloscopistas de todas as UFs.

Estratégias utilizadas para implementação: Realização de cursos, seminários, oficinas e congressos.

Mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação: Avaliação do curso pelos capacitandos por meio de formulário próprio; acompanhamento de palestras e eventos por meio dos servidores da Coordenação; avaliações internas à Coordenação por meio de reuniões.

Resultado geral da ação: Capacitação de cerca de 1.200 profissionais de todas as Unidades da Federação em 13 especialidades (Papiloscopia, Documentoscopia, Perícia Contábil, Metrologia Forense, Perícia de Locais de Crimes contra a Pessoa, Psicopatologia Forense, Fonética Forense, Perícia em Crimes de Informática, Perícia em Acidentes de Trânsito e Identificação Veicular, DNA e Laboratórios Forenses, Medicina Legal, Perícia em Crimes contra o Meio ambiente e Engenharia Forense), a

partir de 18 eventos (8 cursos, 6 seminários, 2 oficinas e 2 congressos) em 12 capitais brasileiras (Florianópolis – SC; Cuiabá – MT; Natal – RN; Porto Alegre – RS; Belém – PA; Brasília – DF; Macapá – AP; Rio de Janeiro – RJ; Palmas – TO; Salvador – BA; e Goiânia – GO).

	Nome do Projeto/Ação: **Aquisição direta de equipamentos de perícia para as unidades da Federação**
	Área Responsável pela Implementação:
	Coordenação de Perícia Forense do Departamento de Políticas, Programas e Projetos

Objetivo do projeto: Aquisição de Microcomparadores Balísticos, Luzes Forenses, Maletas para Perícias em Local de Crime, Câmaras Frias, Scanners Radiográficos e Cromatógrafos Gasosos; além de Softwares e Equipamentos de Informática para Perícia Forense e Insumos para Identificação Humana por meio de DNA, para todas as Unidades da Federação.

Público alvo: Unidades de Perícia Forense das 27 Unidades da Federação.

Estratégias utilizadas para implementação: Realização de pesquisa nacional sobre a Estrutura e o Funcionamento das Unidades de Perícia Forense das 27 UFs no sentido de realizar diagnóstico situacional e subsidiar a compra destes equipamentos quanto a necessidade e quantidade das UFs.

Mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação:

a. Realização da pesquisa, tabulação e análise dos dados, diagnóstico e decisão relativa às quantidades de equipamentos para cada UF;

b. Processo licitatório para aquisição dos bens;

c. acompanhamento e fiscalização da entrega dos bens em seus respectivos destinos;

d. treinamento e capacitação para uso dos bens; **e)** e fiscalização da correta utilização dos bens doados.

	Nome do Projeto/Ação: **Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR)**
	Área Responsável pela Implementação:
	Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, através do Departamento de Políticas Programa e Projetos da Secretaria Nacional de Segurança Pública (DEPRO)

Objetivo do projeto: O Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), foi implementado pelo governo federal em 2004, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em parceria com o Ministério da Justiça (MJ) através da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). O PNDTR envolve diversos órgãos do governo federal e entidades parceiras da sociedade civil. Por meio de um trabalho conjunto com a Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste do Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego, Receita Federal, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Especial de Políticas Para as Mulheres, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério da Pesca e Aquicultura e o Ministério da Justiça, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública, emitem, principalmente, Certidão de Nascimento, Carteira de Identidade (CI), Cadastro de Pessoa Física (CPF), Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), além da Carteira de Pescadora. Nos mutirões também é possível se cadastrar no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e obter atendimento previdenciário. Para além da emissão de documentos, o PNDTR realiza ações educativas onde há o repasse de informações sobre a importância, uso e conservação dos documentos e também ações educativas, através das quais se disponibiliza informações sobre as principais políticas públicas da agricultura familiar e reforma agrária.

O artigo 144 da CF/88 dispõe que "*a segurança pública, de-*

ver do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio". A SENASP compreende que a segurança pública não é constituída apenas com medidas repressivas, mas é um sistema integrado que envolve a prevenção, coação, justiça, defesa dos direitos, saúde e a questão social. Ou seja, o processo de segurança pública se inicia pela prevenção e finda com a reparação do dano e a reinclusão na sociedade de quem cometeu atos ilícitos. Como a questão social também faz parte da segurança pública, a SENASP participa do PNDTR porque entende que todo (a) cidadão (a) deve possuir documentos de identificação pessoal. Sem isso, não é possível preservar a ordem pública e a incolumidade do patrimônio, por exemplo.

Os objetivos do Programa são: (a) favorecer a condição cidadã das mulheres trabalhadoras rurais através da garantia da cidadania formal, minimizando a ausência de documentação civil básica e trabalhista no campo, promovendo ação articulada do Poder Público Federal com vários órgãos da administração direta e indireta; (b) possibilitar o acesso das mulheres trabalhadoras rurais às políticas públicas, especialmente da agricultura familiar e da reforma agrária, através do atendimento das condições básicas para a sua inclusão; (c) orientar as trabalhadoras rurais sobre seus direitos e as políticas públicas por elas conquistadas, que são executadas pelo poder público; (d) ampliar a participação e o controle social do Programa através da participação no Comitê Gestor Nacional e nos Comitês estaduais e territoriais.

Público alvo: Mulheres trabalhadoras da agricultura familiar, assentadas da reforma agrária, acampadas, ribeirinhas, extrativistas, indígenas, quilombolas entre outras.

Estratégias utilizadas para implementação: Criação de parcerias com diversos órgãos do governo federal e entidades da sociedade civil; constituição de Comitê Nacional composto pelos parceiros em âmbito nacional para acompanhar e propor as sugestões dos diversos parceiros envolvidos no projeto;

constituição de Comitês Estaduais, coordenados pelas Delegacias Federais do Desenvolvimento Agrário e Superintendências Regionais do INCRA e parceiros governamentais para definição dos municípios beneficiados e discussões das ações de mobilização e execução dos mutirões para documentação.

No Ministério da Justiça o Programa foi implementado através de acordo de cooperação firmado entre MDA, INCRA e MJ, cujo objeto é a conjugação de esforços para possibilitar às mulheres trabalhadoras rurais o acesso à Carteira de Identidade, contribuindo, desta forma, com a implementação do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural. Dentre as atribuições do Ministério da Justiça citamos a de articular ações, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, com as Secretarias Estaduais de Segurança Pública, visando sua integração nos mutirões itinerantes do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural; b) fornecer recursos, por meio de diárias, para garantir a emissão de Carteira de Identidade por parte das Secretarias Estaduais de Segurança Pública; c) participar do Comitê Gestor Nacional do Programa de Documentação da Trabalhadora Rural.

O acordo de cooperação firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em parceria com o Ministério da Justiça (MJ), permite à Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) fornecer recursos, por meio do pagamento de diárias aos servidores dos Institutos de Identificação para participarem dos mutirões itinerantes, garantindo, assim, a emissão gratuita da Carteira de Identidade (CI).

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**: Os mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação dão-se através da gestão do PNDTR que é constituída por um Comitê Nacional composto por seus parceiros em âmbito nacional e que tem como objetivo acompanhar e propor rumos conforme as sugestões dos diversos parceiros envolvidos no processo. A demanda a ser atendida á analisada e definida pelos comitês estaduais, coordenadores das Delega-

cias Federais do Desenvolvimento Agrário e Superintendências Regionais do INCRA, parceiros governamentais e da sociedade civil nos estados, sob a coordenação geral do MDA e do INCRA.

A competência dos Comitês Gestores Estaduais é definir quais municípios serão beneficiados, discutir as ações de mobilização, analisar a demanda por documentação nos respectivos estados, definir quantidade, área de abrangência dos mutirões, data de realização dos mutirões e meta prevista para a emissão da documentação.

No monitoramento são emitidos relatórios de execução com as informações detalhadas sobre documentos emitidos separadamente por sexo, quantitativo de mulheres atendidas, identificação dos pontos positivos e dificuldades enfrentadas na realização do mutirão itinerante.

As coordenações estaduais também enviam para a equipe nacional listas de presença dos servidores que atuaram nos mutirões itinerantes. E em reuniões do Comitê Gestor Estadual e Nacional são realizadas avaliações sobe o Programa.

Resultado geral do projeto: A ausência de documentação civil e trabalhista atinge expressiva parcela da população brasileira. Sem documentação as pessoas são impossibilitadas de usufruir de seus direitos básicos garantidos pela Constituição Federal e ficam sem a possibilidade de se matricular em instituições de ensino, obter a aposentadoria, ter acesso aos programas e benefícios sociais, marcar consultas médicas pelo Sistema único de Saúde (SUS), além de outras dificuldades encontradas, como, abrir conta bancária, acessar programas de crédito e linha de financiamento, de participar dos programas habitacionais, de ter posse da terra, além de não poder exercer o direito de escolha, através do voto.

O país desconhece a quantidade de pessoas que não possuem documentação civil e trabalhista, pois só o subregistro de nascimento é contabilizado. Para além da ausência da quantificação do problema, vários programas governamentais enfrentam a barreira da chamada "indocumentação" e problemas estruturais cercam o tema, carecendo de soluções, a dizer: dis-

persão de órgãos e documentos a serem emitidos, falta de capilaridade, ausência de recursos na população pobre para custear a emissão e desinformação sobre os pré-requisitos para obtenção, uso e conservação dos documentos.

A dispersão de órgãos fica evidenciada: a emissão do registro civil de nascimento é feita por cartórios; o Cadastro de Pessoa Física (CPF) é emitido por instituições bancárias, agências dos correios e órgãos públicos através de convênios com a Receita Federal; a Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS é emitida pelas Delegacias Regionais do Trabalho e Sub-delegacias, além das Agências de Atendimento ao Trabalhador e convênios entre Municípios e outras entidades com o Ministério do Trabalho e Emprego; a Carteira de Identidade (ou RG) é emitida pelos Institutos Estaduais de Identificação. Soma-se a esta dispersão e diversidade de procedimentos para obter a documentação pessoal já que cada um desses órgãos determina os requisitos específicos para a emissão cada documento.

O direito a ter direito é condicionado pela possibilidade de possuir recursos financeiros para se deslocar entre grandes distâncias, comprovar a auto-imagem através da fotografia e custear pagamento de taxas para emissão de documentos. Estas dificuldades são acrescidas de uma grande diversidade de registros para distintos objetivos que provocam a construção de um longo itinerário para tornar-se cidadão e cidadã em nosso país. A população brasileira ainda apresenta forte desconhecimento sobre as exigências e pré-requisitos para a emissão de documentos, isto faz com que tentativas sejam fracassadas, aumentando ainda mais o custo para obtenção dos documentos. Acrescenta-se a isso também o desconhecimento sobre a utilidade dos documentos e a importância de sua conservação, o que faz aumentar a demanda pela emissão de 2ª vias.

O PNDTR através de seus mutirões itinerantes leva a cidadania às trabalhadoras rurais. Atualmente, o Programa conta com infra-estrutura através das unidades móveis, que são veículos tipo ônibus, adaptados e equipados com computadores, impressoras, mesas e cadeiras, e também com acesso à internet. Esse novo formato de operacionalização permite maior agilida-

de na emissão dos documentos.

Desde o período de sua implantação, 2004 até a presente data, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR) realizou mais de 2.269 mutirões itinerantes com a emissão de mais de 1 milhão e 300 mil documentos para mais de 587 mil mulheres. Dos documentos emitidos, 489.489 foram Carteiras de Identidade, que corresponde a 37,65% do total dos documentos emitidos.

Com a conquista dos documentos, muitas mulheres passaram a acessar as políticas públicas e melhoraram suas condições de vida. Afinal, os documentos possibilitam o atendimento em postos de saúde e hospitais, matrícula nas escolas, atos de compra e venda de bens, o ingresso à Previdência Social e a outras políticas públicas.

Capítulo 8

POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

As políticas de informação e gestão do conhecimento tem com objetivo modernizar, ampliar e aperfeiçoar o Sistema de Gestão do Conhecimento e sistematizar as informações de segurança pública; estabelecer um ambiente de cooperação com os Estados, Distrito Federal e municípios para qualificar a situação da criminalidade e violência; modernizar as agências de segurança pública e justiça criminal em termos de recursos físicos, humanos, tecnológicos e gerenciais para alimentar o sistema de gestão do conhecimento. Promover ações integradas e o planejamento estratégico das instituições. Garantir a implementação de critérios de acessibilidade, transparência e confiabilidade dos dados existentes mediante o incremento do potencial gerencial e operacional do uso da informação. Facilitar o processo de integração tecnológica e informacional entre as diversas instituições; identificar e difundir as melhores práticas, estratégias e tecnologias; incrementar o processo de divulgação das informações criminais e de inteligência para os públicos externo e interno das instituições de segurança pública e justiça criminal; e incrementar a produção de diagnósticos tecnicamente orientados para o planejamento e gestão das instituições de segurança pública.

	Nome do Projeto/Ação: **Sistema Nacional de Estatísticas em Segurança Pública e Justiça Criminal**
	Área Responsável pela Implementação: **Coordenação Geral de Pesquisa e Análise da Informação do Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública (DEPAID)**

Objetivo do projeto: O Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal (SINESPJC) foi desenvolvido em 2004 com o objetivo de reunir as informações de segurança pública e justiça criminal produzidos pelos Estados da Federação, permitindo sua comparação em nível nacional. Em linhas gerais, o SINESPJC se traduz num sistema que reúne um conjunto de diferentes bancos de dados, cujas fontes são as instituições de segurança pública do Brasil, o sistema único de saúde e as pesquisas de vitimização. Sua gestão é de responsabilidade da Coordenação Geral de Pesquisa e Análise da Informação e conta com o trabalho de gestores estaduais que, no caso das ocorrências criminais registradas pelas polícias, tem a responsabilidade de enviar e validar os dados sistematicamente. Os dados são coletados mensalmente e anualmente, dependendo de sua natureza. O SINESPJC é composto por seis módulos, assim definidos: Módulo Registro das Ocorrências: Este módulo reúne as informações dos registros de ocorrência produzidos pelas Polícias Civis e Militares do Brasil. Para tanto, foi produzido um sistema classificatório e um índice remissivo cujo objetivo era padronizar as linguagens adotadas nos registros de ocorrências destas instituições.

As informações solicitadas às Polícias Civis dos estados brasileiros dividem-se em cinco grupos (ocorrências registradas, vítimas, autores/infratores, ocorrências segundo instrumento ou meio utilizado e a atividades de polícia e outras informações). Já as informações das Polícias Militares reúnem, basicamente, os dados de suas ocorrências. Atualmente este

módulo permite a produção de dados nacionais sobre as principais ocorrências criminais registradas pelas polícias civis e militares, sistematizadas em grandes grupos de ocorrência:

I - Crimes Letais Intencionais – Homicídio Doloso; Latrocínio; Lesão Corporal seguida de Morte.

II - Crimes Não Letais Intencionais contra a pessoa – Lesão corporal dolosa; Tentativa de Homicídio; Estupro; Tentativa de Estupro; Atentado violento ao pudor; Tentativa de atentado violento ao pudor.

III - Crimes violentos não letais contra o patrimônio – Roubo de Veículo; Roubo de Carga; Roubo a ou de veículo de transporte de valores: Módulo Perfil das Instituições de Segurança Pública. Este módulo, também chamado de Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública, representa uma grande pesquisa sistemática e anual cujo objetivo é coletar os dados organizacionais das instituições, reunindo dados de sua estrutura, condições de funcionamento, quantidade de recursos humanos e materiais, ações desenvolvidas, orçamento e gastos. Atualmente a pesquisa é realizada junto a 12 instituições de segurança pública: Polícia Civil, Polícia Militar, Corpos de Bombeiros Militares, Academia de Polícia Civil, Academia de Polícia Militar e Corpos de Bombeiros, Centros de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, Delegacia de Proteção a Criança e ao Adolescente, DEAM, Guardas Municipais, IML, Corregedorias e Secretarias de Segurança Pública. Pesquisas Nacionais de Vitimização: As Pesquisas de Vitimização são estudos destinados a captar as ocorrências de eventos criminais junto à população com o fim de comparar os dados oficiais registrados pelas polícias com a ocorrência efetiva dos crimes, classificando-os por localidade, estrato social, cor da pele, idade, sexo, renda e outros critérios sociológicos de mensuração. Respeitam as mesmas etapas de todas as demais pesquisas: coleta, tratamento, análise e divulgação dos dados. Até o ano de 2010, as pesquisas de vitimização ocorridas no Brasil eram de âmbito municipal ou estadual. No ano de 2010 está sen-

do realizada a primeira Pesquisa Nacional de Vitimização, sob a coordenação da SENASP e a importante colaboração de um Conselho Gestor, que reuniu especialistas no tema para auxiliar na elaboração dos instrumentos da Pesquisa. Além da aplicação de um questionário nacional, nesta pesquisa, está sendo utilizada a metodologia do UNICRI (*United Nations Interregional Crime and Justice Research Institute*), que permitirá a comparação do caso brasileiro com os demais países que regularmente desenvolvem este tipo de pesquisa. Os demais módulos do SINESPJC encontram-se em estruturação e chama-se: Cadastro Nacional de Mortes Violentas (trabalho realizado em parceria com o Ministério da Saúde); Fluxo do Sistema de Justiça Criminal (em parceria com o CNJ e o CNMP) e Monitoramento da Ação Policial.

Público alvo: Profissionais das Instituições de Segurança Pública, Gestores Federais, Estaduais e Municipais, Pesquisadores e Acadêmicos do Tema, Estudantes Universitários, dentre outros.

Estratégias utilizadas para implementação: - Pactuação da Proposta com Polícias Civis, Militares e Secretarias de Segurança, com vias a adesão ao SINESPJC; - Produção de um sistema classificatório e de um índice remissivo comum; - Produção de interface gráfica (software) para a alimentação dos dados; - Qualificação dos gestores no uso do sistema; - Realização de Pesquisas de Vitimização - Produção dos Instrumentos de Coleta (formulários) para a Pesquisa Perfil.

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**: Institucionalização, através de portaria da SENASP, do grupo de gestores do SINESPJC, responsável pela alimentação contínua dos dados; Monitoramento da execução da pesquisa nacional de vitimização; Acompanhamento contínuo da coleta dos dados da Pesquisa Perfil, garantindo maior abrangência e quantidade de respondentes.

Resultados do projeto: Atualmente os módulos 'ocorrências' e 'perfil das instituições de segurança pública' são os mais consolidados. A partir de 2011 também estarão disponíveis para análise os dados da pesquisa nacional de vitimização. Produção de estatísticas nacionais com informações sobre segurança pública que dêem conta de: ocorrências criminais, perfil das instituições, nível de vitimização da população, permitindo um diagnostico situacional da segurança pública no país.

	Nome do Projeto/Ação: **Termo Circunstanciado**
	Área Responsável pela Implementação: **Departamento de Políticas Programas e Projetos e Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança (DEPAID)**

Objetivo do Projeto: O tema Termo Circunstanciado é de extrema importância para o desempenho contemporâneo da atividade policial, estabelecendo novos paradigmas para a Segurança Pública. Neste novo contexto, a polícia militar exerce o ciclo completo de polícia para os delitos de menor potencial ofensivo, conceituados na Lei 9099/95 como aqueles com pena privativa de liberdade máxima não superior a dois anos. Significa que a polícia que atende a ocorrência no local do fato é a mesma que encaminha as informações ao Poder Judiciário, promovendo uma maior agilidade na persecução criminal. O objetivo de estimular o conhecimento desta doutrina de Termo Circunstanciado é, além de conferir maior efetividade da polícia ostensiva e celeridade no rito processual penal, garantir uma redução na cifra oculta. Isso porque as vítimas, ao serem atendidas pela polícia militar, necessitavam deslocar até uma Delegacia de Polícia para fins de proceder o registro da ocorrência, o que não ocorria em muitos casos, gerando um claro significativo nos dados criminais.

Público alvo: Profissionais de segurança pública e sociedade.

Estratégias utilizadas para implementação: Estrito cumprimento da legislação em vigor bem como investir em treinamento e capacitação aos profissionais de segurança pública.

Mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação: Tanto a SENASP e seus departamentos como as Secretarias de Segurança Pública dos Estados têm acompanhado o crescente número de registros de termos circunstanciados de ocorrência, que envolvem os delitos de menor potencial ofensivo, previstos na Lei 9099/95.

Resultado geral da ação: A ação já foi implementada no âmbito da SENASP e em alguns Estados da Federação, tendo sido cada vez mais difundidas para os demais entes federados através das estratégias descritas anteriormente. A SENASP apóia a confecção de Termos Circunstanciados por qualquer polícia brasileira, em todos os entes da federação. Tal meta, quando alcançada na sua amplitude, resultará em uma melhor prestação de serviço pelos profissionais de segurança pública, conferindo maior satisfação à comunidade. A confecção dos termos circunstanciados pelas polícias militares, foi fortalecida com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema, nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 2862/SP e 3954/SC. Recentemente, em julho de 2010, foi anulada a Resolução SSP nº 233/2009, de São Paulo, que conferia exclusividade aos Delegados de Polícia para a confecção do Boletim de Termo Circunstanciado[3]. A SENASP já realizou cursos presenciais bem como está no 17º ciclo de curso à distância (Rede EAD) sobre o tema, abrangendo um universo de 4.453 alunos já aprovados num total de 4.823 matriculados. O conteúdo programático tem como propósito apresentar os conceitos gerais e os procedimentos que auxiliem a compreensão e aprendizado sobre Termo Circunstanciado, tanto de ordem teórica e doutrinária como de ordem prática.

3 Processo nº 053.09.035111-0 – Mandado de Segurança. 5ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de São Paulo-SP.

Capítulo 9

POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO: INFOSEG.

POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO: INFOSEG.

A INFOSEG é uma rede que reúne informações de segurança pública dos órgãos de fiscalização do Brasil, empregando a tecnologia da Informação e comunicação. Tal rede tem por objetivo a integração das informações de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização, como dados de inquéritos, processos, de armas de fogo, de veículos, de condutores e de mandados de prisão.

	Nome do Projeto/Ação: **Sistema Nacional de Identificação de Veículos em Movimento (SINIVEM)**
	Área Responsável pela Implementação:
	Rede Nacional de Integração de Informações de Segurança Pública e Justiça/ INFOSEG

Objetivo do Projeto: Migrar para o padrão da arquitetura conforme utilizados na REDE INFOSEG; Migrar para o padrão da plataforma (Java) da REDE INFOSEG; Criação de web services, denominado núcleo, onde deverão ser concentradas todas as operações de dados do SINIVEM garantindo uma maior segurança dos dados; Criação da(s) interfaces de comunicação com o mundo externo (parceiros conveniados) provendo consultas de atualizações; Prover histórico de todas as operações realizadas em todos os dados do SINIVEM (movimento – dados e imagens -, relatório de abordagem, agendamento veicular) ao núcleo do SINIVEM; **p**rover recuperação de auditoria de consultas realizadas pelos usuários do SINIVEM, e recuperação de auditoria de atualizações realizadas na base de dados do SINIVEM.

Público alvo: Agentes de segurança pública (Polícias Civil, Militar, Rodoviária, Rodoviária Federal e Federal), INFOSEG.

Estratégias utilizadas para implementação: Visitas técnicas aos Estados, demonstração da ferramenta através de apresentações e acessos o sistema em tempo real.

Mecanismos de acompanhamento: Auditoria e Estatísticas de acesso, consultas e atendimento de usuário do sistema. Estatísticas de monitoramento dos veículos.

Resultados do projeto: Promover o monitoramento em

tempo real de veículos nas rodovias brasileiras, identificando situações de roubo e furto e emitindo alarmes nos postos policiais dos veículos com restrições.

	Nome do Projeto/Ação: **Consulta Integrada**
	Área Responsável pela Implementação: **Rede Nacional de Integração de Informações de Segurança Pública e Justiça/ INFOSEG**

Objetivo do Projeto: Facilitar as pesquisas e as investigações realizadas pelos agentes de segurança pública, fiscalização e justiça sobre indivíduos com problemas na justiça; Prover uma consulta única que agrupe várias informações de segurança pública para um mesmo Indivíduo; Apresentar dados relevantes sobre um indivíduo com indicação de inquérito, processo, mandado de prisão e as informações associadas sobre seus veículos, dados de habilitação, porte de armas e seus dados na receita federal; Apresentar informações de um indivíduo consultado, mesmo que ele não possua inquéritos, processos ou mandados de prisão, sobre as outras informações citadas(tais como registro de habilitação, veículos,etc); Prover a consulta integrada via portal INFOSEG; Prover à consulta integrada via webservices para clientes externos.

Público alvo: Operadores de Segurança.

Estratégias utilizadas para implementação: Integração da aplicação junto ao sistema atual.

Resultados do projeto: Permite ao usuário do INFOSEG fazer uma consulta a base e obter de forma rápida e resumida as informações referente a um indivíduo, consultando os núcleos: Receita, Veículos, Condutores e Indivíduos.

	Nome do Projeto/Ação: **Cadastro Nacional de Apreensão de Drogas e Bens Relacionados (SINAD)**
	Área Responsável pela Implementação: **Rede Nacional de Integração de Informações de Segurança Pública e Justiça/ INFOSEG, DPF/DF, SENAD, SSP/RJ**

Objetivo do projeto: O objetivo principal do projeto é fornecer um conjunto de informações precisas, consistentes e consolidadas a respeito das apreensões de Drogas realizadas no Brasil, pois muitos órgão internacionais informam dados do País sem nem mesmo o Brasil possuir esses dados e poder confrontá-los e informá-los melhor a respeito. O objetivo secundário é criar uma base única de dados do país, já que o Brasil é um país amplo, com inúmeras culturas e formas de tratar a apreensão de drogas.

Público alvo: SSP/DF Estados: MS, SP, RS, PE, SC, MT, RO, AM.

Estratégias utilizadas para implementação: Interlocução com os Estados e DPF.

Mecanismos de acompanhamento: Auditoria de acesso e inserção de dados.

Resultados do projeto: Permitir o cadastro de inquéritos abertos em todo o país numa base único no INFOSEG, para a realização de relatórios estatísticos a respeito de apreensões de drogas no país. O projeto permite o cadastramento das informações de duas formas: 1-Webservices: para estados participantes que detenham a tecnologia de webservices, para o cadastramento online das informações. 2- Portal: para os estados

participantes que não possuem a forma automática de envio dos dados (não possuem sistema com os dados).

	Nome do Projeto/Ação: **Atualização Receita Federal**
	Área Responsável pela Implementação: **Rede Nacional de Integração de Informações de Segurança Pública e Justiça/INFOSEG**

Objetivo do projeto: Substituir a utilização do LDAP pela Certificação Digital; Prover a consulta de informações à Receita; Prover recuperação de auditoria pelo portal **INFOSEG** de consultas realizadas pelos usuários ao módulo Receita. Permitir o uso do WS Cliente para fins de comunicação e validação de informações provenientes de agentes externos.

Público alvo: Agentes de segurança pública (Polícias Civil, Militar, Rodoviária, Rodoviária Federal e Federal) INFOSEG.

Resultados do projeto: Atualização automática das informações da Receita Federal através de recebimento de arquivos diários Ministério da Justiça Secretaria Nacional de Segurança Pública Coordenação-Geral do Plano de Ações de Integração em Segurança Pública Coordenação Rede INFOSEG.

	Nome do Projeto/Ação: **Pessoas Desaparecidas**
	Área Responsável pela Implementação: **Rede Nacional de Integração de Informações de Segurança Pública e Justiça/INFOSEG**

Objetivo do projeto: O projeto destina-se ao desenvolvimento de cadastro e consulta sobre pessoas desaparecidas, perfis genéticos e restos mortais.

Público alvo: Agentes de segurança pública (Polícias Civil, Militar, Rodoviária, Rodoviária Federal e Federal) INFOSEG.

Resultados do projeto: Consultar sobre pessoas desaparecidas, perfis genéticos e restos mortais.

	Nome do Projeto/Ação: **Sistema de Intercâmbio de Informações de Segurança do Mercosul/SISME**
	Área Responsável pela Implementação:
	Rede Nacional de Integração de Informações de Segurança Pública e Justiça/INFOSEG e países do MERCOSUL e associados (Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile, Venezuela)

Objetivos do projeto: Criação de WebService denominado "interface" para prover a comunicação com o mundo externo (parceiros conveniados) disponibilizando consultas; criação de web services denominado "Núcleo" responsável pelo gerenciamento das requisições, acesso a bases de dados remotas ou locais e gravação de *logs*; desenvolver a camada de apresentação do portal INFOSEG para a disponibilização do Módulo SISME; integração das informações sobre veículos, armas cadastradas e indivíduos com informações criminais, entre os países do MERCOSUL e países associados; disponibilizar as informações integradas por meio do portal web do INFOSEG (via internet) aos dados dos países do MERCOSUL e países associados; gravar *logs* de todas as consultas realizadas pelos demais países sobre as informações de veículos, indivíduos e armas do Brasil, identificando o país solicitante; gravar *logs* de todas as consultas realizadas pelo Brasil aos demais países do MERCOSUL e países associados sobre as informações de veículos, indivíduos e armas, identificando o país solicitante; disponibilizar recuperação de auditoria sobre os *logs* gravados; prover a autenticação dos *hosts* que farão acesso aos serviços web do Brasil, dentro dos requisitos de Segurança da Informação da REDE INFOSEG.

Público alvo: INFOSEG e órgãos do serviço de Segurança Pública dos países do MERCOSUL e associados.

Estratégias utilizadas para implementação: Viagem aos países integrados ao sistema.

Resultados do projeto: Integrar as informações de veículos, armas e indivíduos entre os países do MERCOSUL e países associados. Ministério da Justiça Secretaria Nacional de Segurança Pública Coordenação Geral do Plano de Ações de Integração em Segurança Pública Coordenação Rede INFOSEG.

	Nome do Projeto/Ação: **Indivíduos**
	Área Responsável pela Implementação: **Rede Nacional de Integração de Informações de Segurança Pública e Justiça/INFOSEG**

Objetivo do projeto: Realizar consulta a informações de indivíduos utilizando nova arquitetura de núcleo, *Web services* e interface, integrando as informações de veículos, armas e indivíduos entre os países do MERCOSUL e países associados.

	Nome do Projeto/Ação: **Integração INFOPEN**
	Área Responsável pela Implementação: **Rede Nacional de Integração de Informações de Segurança Pública e Justiça/INFOSEG e Departamento Penitenciário (DEPEN)**

Objetivo do Projeto: Disponibilizar os dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – INFOPEN aos usuários INFOSEG. Criação de Serviço do INFOPEN responsável pela extração de Informações da base de dados do INFOPEN; Criação de *web service*, denominado Cliente, responsável por prover resultados de consulta do Serviço do INFOPEN, a partir de solicitação da interface INFOSEG; Criação de *web service*, denominado Interface, responsável por prover requisições de consulta aos dados do INFOPEN a partir do Núcleo INFOPEN no INFOSEG; Criação de *web services*, denominado Núcleo, onde deverá ser concentrado o gerenciamento das consultas do Portal INFOSEG e a gravação de dados de auditoria.

Público alvo: Agentes de segurança pública (Polícias Civil, Militar, Rodoviária, Rodoviária Federal e Federal) INFOSEG; DEPEN.

Resultados do projeto: Permitir a visualização de informações do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – INFOPEN aos usuários do portal INFOSEG.

	Nome do Projeto/Ação: **Administração – Formulário Web**
	Área Responsável pela Implementação: **Rede Nacional de Integração de Informações de Segurança Pública e Justiça/INFOSEG**

Objetivo do projeto: Prover histórico das operações realizadas na manutenção dos usuários (Cadastramento, ativação, desativação, transferência, alteração dos dados); prover no sistema a recuperação das ações realizadas pelos coordenadores do sistema; permitir aos usuários maior facilidade na transferência, ativação e desativação de lotação dos usuários; tornar a atribuição de autorizações de consulta para um determinado órgão e perfil mais flexíveis; prover a visualização por meio de uma interface amigável da árvore de usuários para os coordenadores do sistema; facilitar o desbloqueio de senha; prover o cadastramento e gerenciamento de computadores fornecendo uma identificação única para os computadores autorizados a acessar o sistema INFOSEG; prover módulo de verificação e alerta para consultas indevidas realizadas no sistema; prover módulo estatístico de acessos e consultas realizados no sistema; monitoramento de consulta maliciosa.

Público alvo: Agentes de segurança pública (Polícias Civil, Militar, Rodoviária, Rodoviária Federal e Federal) INFOSEG.

Estratégias utilizadas para implementação: Reuniões com os gestores do INFOSEG (SENASP) e equipe de *help desk*, visando aprender as novas funções do ADM e por seguinte multiplicar este aprendizado aos gestores estaduais e supervisores de atendimento nacional.

Resultados do projeto: Permitir melhorias e mais acessibilidade ao ambiente INFOSEG, módulo responsável por cen-

tralizar a gestão das informações de usuários, cadastro, perfil, controle de acesso e computadores.

	Nome do Projeto/Ação: **Condutores**
	Área Responsável pela Implementação: **Rede Nacional de Integração de Informações de Segurança Pública e Justiça/INFOSEG**

Objetivo do projeto: Prover aos usuários do INFOSEG consultas ao Núcleo de Condutor; realizar as permissões de acesso aos usuários utilizando a Certificação Digital; prover recuperação de auditoria pelo portal INFOSEG de atualizações realizadas pelos usuários ao módulo de condutor; permitir o uso do Serviço de cliente para fins de comunicação e validação de informações provenientes de agentes externos.

Público alvo: Agentes de segurança pública (Polícias Civil, Militar, Rodoviária, Rodoviária Federal e Federal) INFOSEG.

Estratégias utilizadas para implementação: Integração da aplicação junto ao sistema atual.

Resultados do projeto: Permitir aos órgãos conveniados ao INFOSEG fazer consultas ao núcleo condutores de forma mais rápida e segura.

	Nome do Projeto/Ação: **Dispositivos Móveis (DISPMOV).**
	Área Responsável pela Implementação: **Rede Nacional de Integração de Informações de Segurança Pública e Justiça/INFOSEG**

Objetivo do projeto: Criação das interfaces de comunicação com o mundo externo (parceiros conveniados) provendo consultas via dispositivo móvel aos cadastros: veículos; condutores; armas; indivíduos com indicação de inquéritos, processos e mandados de prisão. Prover recuperação de auditoria de consultas realizadas pelos usuários do DISPMOV.

Público alvo: Agentes de segurança pública (Polícias Civil, Militar, Rodoviária, Rodoviária Federal e Federal) INFOSEG.

Estratégias utilizadas para implementação: Reuniões com os gestores do INFOSEG (SENASP) com o objetivo apresentar a ferramenta aos Coordenadores Estaduais.

Resultados do projeto: Aumento sensível da portabilidade no acesso a Rede INFOSEG.

	Nome do Projeto/Ação: **Armas**
	Área Responsável pela Implementação: **Rede Nacional de Integração de Informações de Segurança Pública e Justiça/INFOSEG**

Objetivo do projeto: Permitir a consulta a informações de armas. (observações, vendedor, proprietário, etc.)

Público alvo: Agentes de segurança pública (Polícias Civil, Militar, Rodoviária, Rodoviária Federal e Federal) INFOSEG.

Resultados do projeto: Aumento da capacidade de consulta de armas com mais dados no retorno.

	Nome do Projeto/Ação: **Integração Boletim de ocorrência/BO**
	Área Responsável pela Implementação: **Rede Nacional de Integração de Informações de Segurança Pública e Justiça/INFOSEG**

Objetivo do projeto: Desenvolver um sistema web de registros de ocorrência para ser utilizado pelos órgãos/Estados não integrada ao portal INFOSEG; O sistema *web* desenvolvido para ser utilizado nos Estados/órgãos deverá gravar *log* dos registros realizados pelos agentes de segurança; criação de *web service* "Núcleo de Atualização" para que os estados atualizem os registros de BO no Índice Nacional de Registro de Ocorrência; gravar *logs* de todas as atualizações realizadas pelos Estados aos dados do índice nacional. Disponibilizar recuperação de auditoria sobre os *logs* gravados; prover a autenticação dos hosts que farão acesso aos serviços web de atualização, dentro dos requisitos de segurança da informação da REDE INFOSEG.

Público alvo: Agentes de segurança pública (Polícias Civil, Militar, Rodoviária, Rodoviária Federal e Federal) INFOSEG.

Resultados do projeto: Contribuição para a profissionalização do processo de gestão dos órgãos de segurança pública, observando os princípios do SUSP.

	Nome do Projeto/Ação: **Veículos**
	Área Responsável pela Implementação: **Rede Nacional de Integração de Informações de Segurança Pública e Justiça/INFOSEG**

Objetivo do projeto: prover aos usuários do INFOSEG consultas ao Núcleo de Veículo; realizar as permissões de acesso aos usuários utilizando a Certificação Digital; prover recuperação de auditoria pelo portal INFOSEG de atualizações realizadas pelos usuários ao módulo de veículos. Permitir o uso do Serviço de Cliente para fins de comunicação e validação de informações provenientes de agentes externos.

Público alvo: Agentes de segurança pública (Polícias Civil, Militar, Rodoviária, Rodoviária Federal e Federal) INFOSEG.

Resultados do projeto: Permitir os órgãos conveniados ao INFOSEG fazer consultas ao núcleo Veículos de forma mais rápida e segura.

	Nome do Projeto/Ação: **Receita Federal**
	Área Responsável pela Implementação: **Rede Nacional de Integração de Informações de Segurança Pública e Justiça/INFOSEG**

Objetivo do projeto: Permitir a consulta de informações da receita federal, tanto para pessoa física, quanto jurídica.

Público alvo: INFOSEG.

Estratégias utilizadas para implementação: integração junto ao sistema atual.

Resultados do projeto: Permitir a consulta de informações da receita federal, CPF e CNPJ.

	Nome do Projeto/Ação: **INFOPOD**
	Área Responsável pela Implementação: **Observatório Brasileiro de Informações sobre drogas/OBID, Fundo Nacional Antidrogas/ FUNAD**

Objetivo do projeto: Funcionalidade de manutenção de Tabela De Parâmetros do Sistema e Tabelas Auxiliares; geração de relatórios analíticos, montados a partir da escolha de informações pelo usuário, específicos de acordo com os dados integrados dos órgãos parceiros: Secretaria Nacional Antidrogas/ SENAD; Observatório Brasileiro de Informações sobre drogas/ OBID, Fundo Nacional Antidrogas/FUNAD, Sistema Único de Saúde/DATASUS e Secretaria Nacional de Segurança Pública/ SENASP; funcionalidade para o controle e monitoramento da Integração de Dados com os órgãos parceiros do projeto; atualização do sistema INFOSEG para disponibilizar a manutenção de tabelas de apoio e parâmetros do sistema, além de funcionalidade para controle e monitoramento de Integração de Dados e Relatórios Específicos; atualização do portal OBID para disponibilizar Relatórios Específicos. Documentação de todo o projeto, conforme metodologia e padrões de qualidade da CGTI/ SENASP.

Público alvo: Secretaria Nacional Antidrogas – SENAD.

Estratégias utilizadas para implementação: Integração junto ao sistema atual.

Resultados do projeto: O INFOPOD disponibilizará informações sobre o assunto de interesse do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas/OBID, a todo o público de interesse, para atender a designação do artigo 16 do Decre-

to Nº 5.912, de 2006, que atribui ao OBID a responsabilidade de centralizar e divulgar informações atualizadas sobre drogas.

	Nome do Projeto/Ação: **Integração INFOPOD - DATASUS**
	Área Responsável pela Implementação: **Observatório Brasileiro de Informações sobre droga/OBID e Fundo Nacional Antidrogas/ FUNAD**

Objetivo do projeto: serviços de execução de agendamento de solicitação de integração de dados específicos do órgão DATASUS, parceiro do projeto; organizar e possibilitar a recepção de dados que sejam de interesse do OBID – Observatório Brasileiro de Informações Sobre Droga do órgão DATASUS; gerar um depósito de dados para o armazenamento dos dados enviados pelo órgão DATASUS; documentação de todo o projeto, conforme metodologia e padrões de qualidade da CGTI/ SENASP.

Público alvo: Secretaria Nacional Antidrogas/SENAD.

Estratégias utilizadas para implementação: Integração junto ao sistema atual.

Resultados do projeto: A Integração INFOPOD/DATASUS extrairá informações atualizadas da base de dados DATASUS, sobre o assunto de interesse do Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas/OBID, com o qual o OBID tenha convênio para utilização de seus dados.

	Nome do Projeto/Ação: **Aplicativo Móvel**
	Área Responsável pela Implementação: **Rede Nacional de Integração de Informações de Segurança Pública e Justiça/INFOSEG**

Objetivo do projeto: O projeto visa absorver o sistema homônimo existente no Departamento de Polícia Rodoviária Federal. Esse projeto tem o objetivo de disponibilizar serviços de acesso a dados estratégicos de Veículos via dispositivos móveis. Esses serviços estão, atualmente, disponíveis via aplicação do Sistema de Intercâmbio de Informações de Segurança do Mercosul/SISME. Por enquanto, não farão parte do escopo do projeto os serviços de Indivíduos e Armas. Futuramente, esses serviços serão adicionados ao projeto. Além dos serviços do SISME, o projeto deverá incluir serviços para configuração do dispositivo móvel, de carga de aparelhos, ativação/desativação de usuários e dispositivos móveis e outras funcionalidades citadas na seção abaixo.

Público alvo: INFOSEG.

Resultados do projeto: Proporcionar com que um Agente da Polícia tenha acesso a informações estratégicas sobre Veículos através de um dispositivo móvel, estando localizado em qualquer parte do Brasil e, futuramente, em outros países do **MERCOSUL**.

	Nome do Projeto/Ação: **Certificação Digital**
	Área Responsável pela Implementação: **Rede Nacional de Integração de Informações de Segurança Pública e Justiça/INFOSEG; Equipe da SEJUSP/MT**

Objetivo do projeto: Permitir a emissão dos seguintes documentos: Mandados de Prisão; Alvará de Soltura; Carta Precatória; Auto de Prisão em Flagrante; Quebra de Sigilo Telemático; Permitir revogar as decisões judiciais quando necessário; Informar o cumprimento das decisões judiciais; Informar fugas de presos; Controlar recebimento das decisões judiciais pelos órgãos responsáveis; Controlar recebimento das informações do cumprimento das decisões judiciais; Prover acesso ao sistema via WEB – Portal **INFOSEG**. Utilizar o mecanismo de segurança Certificado Digital na autenticação de usuários; Prover a autorização do Host por meio de um componente a ser desenvolvido no núcleo. Permitir o uso do WS Cliente para fins de comunicação e validação de informações provenientes de agentes externos; Prover a criação da interface para comunicação com os sistemas externos, caso os clientes já possuam seu próprio sistema e queira somente atualizar a base de dados. A comunicação e consulta aos núcleos INFOPEN e Criminal. Integrar as informações dos órgãos do poder judicial e órgãos responsáveis pelo cumprimento das decisões judiciais. Agilizar e assegurar o comprimento das decisões judiciais. Aumentar a confiabilidade das informações. Controle de validade das decisões judiciais; Minimizar ocorrências de processos contra o Estado; Celeridade nos processos com a diminuição do trâmite de papéis.

Público alvo: INFOSEG.

Resultados do projeto: Prover celeridade para o poder Judiciário e os órgãos de segurança publica executar os mandados

de prisão, alvará de soltura e demais ordens judiciárias, diminuindo as probabilidades de erros e injustiça com os indivíduos.

	Nome do Projeto/Ação: **BNC – INFOSEG/Integração**
	Área Responsável pela Implementação: **Rede Nacional de Integração de Informações de Segurança Pública e Justiça/INFOSEG**

Objetivo do projeto: Dar acesso aos dados providos pelo INFOSEG, a Base Nacional de Conhecimento que será acessada pelos agentes de inteligência do Subsistema de Inteligência de Segurança Pública/SISP.

Área responsável pela implementação: INFOSEG.

Público alvo: Banco Nacional de Conhecimento (BNC) e Subsistema de Inteligência de Segurança Pública (SISP).

Resultados do projeto: Permitir que agentes de inteligência, que possuem acesso ao INFOSEG, possam realizar consultas através da BNC sem precisar trocar de ambiente e aproveitando os recursos de gestão e engenharia do conhecimento nativos da BNC para produção de conhecimento.

	Nome do Projeto/Ação: **Reformulação do Portal INFOSEG**
	Área Responsável pela Implementação: **Rede Nacional de Integração de Informações de Segurança Pública e Justiça/INFOSEG**

Objetivo do projeto: Adequação do *lay-out* e *design* do Portal da Rede INFOSEG, buscando incorporar mais acessibilidade e portabilidade integrando conceitos de web 2.0; Modificar o *design* e *layout* do Portal; Alterar a forma de acesso à Rede INFOSEG; Alterar a forma com as notícias inserida; através do CMS do Portal são exibidas aos visitantes; Alterar modo de navegação no Portal; Incorporar em todas as modificações conceitos de web 2.0.

Público alvo: Portal INFOSEG.

Resultados do projeto: Permitir mais acessibilidade na navegação do Portal da Rede INFOSEG, incorporando os conceitos de web 2.0.

Capítulo 10

POLÍTICAS PARA GRANDES EVENTOS

POLÍTICAS PARA GRANDES EVENTOS

Quando falamos em grandes eventos, estamos tratando de algo que costumamos fazer com experiência no País, haja vista os semanais jogos de futebol, em todos os Estados, o carnaval e as diversas festas populares. Não é o objeto do presente, tentar ensinar como devem ser realizados estes eventos, mas sim fornecer uma base de conhecimento para nivelarmos as políticas a serem adotadas, uma vez que é compromisso do Brasil, enquanto País anfitrião, tratar todos os nacionais e turistas estrangeiros, com um padrão único de excelência.

	Nome do Projeto/Ação: **Grupo de Trabalho - Copa 2014, Olimpíadas 2016 Paraolimpíadas 2016 e afins**
	Área Responsável pela Implementação: **Comissão Especial de Segurança Pública (CESP) e Departamento de Políticas Programas e Projetos (DEPRO)**

O Ministério da Justiça, em 07 de junho de 2010, publicou a Portaria nº 959, que instituiu a (CESP) da Copa do Mundo FIFA – 2014 e dos Jogos Olímpicos e Par-Olímpicos – 2016, presidida pelo Secretário Executivo do Ministério da Justiça. Esta CESP conta com a participação efetiva da Secretaria Nacional de Segurança Pública e seus departamentos quanto aos programas e projetos a ela correlatos.

Considerações iniciais do projeto: O Ministério da Justiça, em 07 de junho de 2010, publicou a Portaria nº 959, que instituiu a Comissão Especial de Segurança Pública (CESP) da Copa do Mundo FIFA – 2014 e dos Jogos Olímpicos e Para-Olímpicos – 2016, presidida pelo Secretário Executivo do Ministério da Justiça. Esta CESP conta com a participação efetiva da Secretaria Nacional de Segurança Pública e seus departamentos quanto aos programas e projetos a ela correlatos.

O Brasil sediará os Jogos Mundiais Militares em 2011, Copa das Confederações FIFA em 2013, Copa do Mundo FIFA de Futebol Masculino em 2014, Olimpíadas e Paraolimpíadas em 2016. A Copa do Mundo é um torneio de futebol masculino realizado a cada quatro anos pela *Federation International Football Association* (FIFA). Trata-se do segundo maior evento desportivo do mundo, ficando atrás apenas dos Jogos Olímpicos. Já foram realizadas dezesseis Copas do Mundo e a primeira ocorreu na cidade de Montevidéu, Uruguai, em julho do ano de 1930, com a participação de treze Países, que mesclaram suas partidas em apenas três Estádios de Futebol. Desde a realização da primeira Copa do Mundo, as únicas edições que não ocorreram

foram as previstas para os anos 1942 e 1946. As competições deixaram de acontecer em virtude da eclosão da Segunda Guerra Mundial. Em 25 de maio de 2007, o Ministro da Justiça, representando o Governo Brasileiro, fez o encaminhamento à FIFA da carta que endossava a proposta da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) para sediar a copa do mundo de 2014. Utilizou-se como Referência a Garantia n° 05: Segurança e Proteção, responsabilizando-se integralmente pela segurança e proteção de todos os atores envolvidos no evento. No dia **30 de outubro de 2007 a** FIFA anunciou oficialmente o Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014. O País receberá a competição pela segunda vez, após sessenta e quatro anos, com a participação de trinta e dois Países. As cidades escolhidas como sedes dos jogos foram: Salvador - BA, Recife - PE, Natal - RN, Fortaleza - CE, Manaus - AM, Porto Alegre - RS, Curitiba - PR, Cuiabá - MT, Brasília - DF, Rio de Janeiro - RJ, Belo Horizonte - MG e São Paulo - SP. Os Jogos Mundiais Militares, Olimpíadas e Paraolimpíadas serão sediadas na cidade do Rio de Janeiro.

Objetivo do projeto: Disseminar a Política de Segurança estabelecida pelo Ministério da Justiça; definir os papéis, mediante planejamento integrado e coordenado pelo Ministério da Justiça; fornecer subsídios necessários à elaboração dos planos operacionais por parte das instituições envolvidas com a segurança dos Jogos Mundiais Militares, Copa do Mundo de 2014, Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016, em consonância com a análise de riscos, acolhendo para as devidas considerações, as solicitações das entidades organizadoras para a segurança no interior das instalações de competição e de não-competição; viabilizar o comando e controle integrado, indispensável à segurança dos Jogos Mundiais Militares, Copa do Mundo de 2014, Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016; dimensionar as reais necessidades de investimentos em recursos humanos e materiais; produzir um referencial, buscando o estabelecimento de atribuições específicas para o Subsistema de Inteligência da Segurança Pública e de Defesa Civil; implementar as atividades de Defesa Civil e Segurança Pública em grandes eventos.

Estratégias utilizadas para a implementação: Definido o Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014, foi instituída em 14 de janeiro de 2010, pela Presidência da Republica, o Comitê Gestor (CGCOPA-2014), com a seguinte composição: Ministério do Esporte, que o coordenará; Advocacia Geral da União; Casa Civil da Presidência da República; Controladoria Geral da União; Ministério das Cidades; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério das Comunicações; Ministério da Cultura; Ministério da Defesa; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Ministério da Fazenda; Ministério da Justiça; Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Saúde; Ministério Trabalho e emprego; Ministério dos Transportes; Ministério do Turismo; e Secretaria especial de Portos da Presidência da Republica. O mesmo decreto instituiu o Grupo Executivo (GECOPA-2014), vinculado ao CGCOPA-2014, com a seguinte composição: Casa Civil da Presidência da República; Ministério do Esporte; Ministério da Fazenda; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e Ministério do Turismo. Em 04 de março de 2010, ocorreu a primeira reunião do Comitê Gestor da Copa de 2014, definindo as seguintes câmaras temáticas: Infraestrutura; Estádios; Segurança; Saúde; Meio Ambiente e Sustentabilidade; Desenvolvimento Turístico; Promoção Comercial e Tecnologia; Cultura e Educação; e Transparência. Em 30 de março de 2010, publicou-se portaria nº 08 da Secretaria Nacional de Segurança Pública, constituindo o Grupo de Trabalho Copa-2014- GTCOPA, sob presidência do próprio Secretário. Dando início às atividades do GTCOPA-2014, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), realizou o 1º Encontro Técnico de Segurança Pública para a Copa 2014, em Brasília, buscando promover ações coordenadas e disseminando uma doutrina de trabalho voltada para a integração de todos os órgãos envolvidos, cujos Estados e Municípios serão sedes da Copa do Mundo de 2014. Nesse Encontro técnico foi elaborada, de forma democrática, com amparo legal e territorial, uma minuta do Caderno de Atribuições, definindo o papel de cada instituição de Segurança Pública, nos três níveis de Governo.

Mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação: Tanto o MJ, a SENASP e seus departamentos como as Secretarias de Segurança Pública dos Estados e as instituições de segurança deverão acompanhar o cronograma de implantação dos projetos, inclusive com o monitoramento dos escritórios de projetos a serem instalados nos Estados sedes.

Resultado geral do projeto: Elaborado o planejamento estratégico para a Copa do Mundo, tendo sido realizados encontros para a construção do Caderno de Atribuições, em que cada instituição tem definidas suas áreas de atuação, Cursos de Sistema de Comando de Incidentes, encontros técnicos para reestruturação dos Centros de Ensino de Segurança Pública, voltados para o atendimento de Grandes Eventos. Processo de integração física do sistema de segurança brasileiro iniciado em pactuação com os Conselhos representativos das Corporações Policiais do Brasil.

Após a implantação das ações as instituições de segurança pública terão a sua disposição 01 Centro de Comando e Controle Nacional, 12 Centros de Comando e Controle Regionais, 12 Centros de Comando e Controle Locais e 24 Centros de Comando e Controle Móveis, além de contar com serviços e processos integrados estando aptas a ofertar serviços de segurança pública de alta qualidade, num ambiente de cooperação e integração.Atualmente está sendo elaborada, em parceria com o Grupo Executivo do Comitê Gestor COPA 2014 a Matriz de Responsabilidade a qual apontará os investimentos dos Governos Federal, Estaduais e Municipais, nas ações de Segurança Pública, conforme segue. Ações por áreas temáticas: *Aparelhamento das Instituições de Segurança Pública*: aquisição de aeronaves; aquisição de viaturas; aquisição de embarcações; aquisição de equipamento de policiamento e fiscalização; aquisição de armamento e munição; aquisição de armamento menos letal para estados e municípios; aquisição de equipamentos de contramedidas com explosivos. *Estrutura Tecnológica em Segurança Pública*: instalações de novos pontos de videomonitoramento; aquisição e instalação de Centros de Comando e Controle;

aquisição e instalação de Centros de Atendimento e Despacho (CAD); aquisição e instalação de Centro de Controle Operacional. *Policiamento em áreas de Fronteira:* fortalecimento das unidades policiais nas áreas de fronteiras – PEFRON. *Policiamento de Proximidade e atendimento ao turista:* instalação de bases fixas de policiamento comunitário; instalação de bases móveis de policiamento comunitário; campanhas de prevenção à criminalidade; formação dos voluntários. *Educação e Valorização Profissional*: formação de Formadores; formação de especialistas; capacitação de Operadores / Gestores; ensino à distância (EAD); realização de Seminários, Congressos, Encontros Técnicos e Programas de Observadores; aquisição de Equipamentos para fortalecimentos dos Centros de Formação de Agentes de Segurança Pública;fortalecimentos dos Centros de Formação de Agentes de Segurança Pública. *Reestruturação e Modernização da Perícia Forense*: construção e aparelhamento do Centro Nacional de Perícia Forense; implantação do sistema de gestão pericial integrada; aparelhamento de unidades de perícia estaduais. *Aparelhamento dos Corpos de Bombeiros Militares:* aquisição de viaturas de emergência; aquisição de Hospital de Campanha; aquisição de Equipamentos de Busca e Salvamento. *Inteligência de segurança Pública e Prevenção ao Terrorismo:* aparelhamento da atividade de inteligência de segurança pública. *Segurança Aeroportuária:* aquisição de equipamentos e instalações de sistemas para segurança aeroportuária. *Polícia de Imigração:* executar um adequado controle migratório nos pontos de ingresso ao território nacional.

	Nome do Projeto/Ação: **Centros de Comando e Controle**
	Área Responsável pela Implementação: **Comissão Especial de Segurança Pública (CESP), Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e Grupo de Trabalho para Copa Olimpíadas, Paraolimpíadas e eventos afins. (GT COPA)**

Objetivo do projeto: Este projeto visa promover a contratação e implantação de centros de gestão integrada de operações e resposta a incidentes de segurança pública, denominados de Centros de Comando e Controle, em nível Nacional, Regional, Local e móvel, dotados de equipes de alto desempenho, modelo lógico, ferramentas de inteligência e sistemas tecnológicos de última geração capazes de prover uma imagem fiel e em tempo real do panorama global, eventos associados e recursos envolvidos. Estes Centros serão implantados, inicialmente, nos Estados que sediarão jogos da Copa do Mundo de Futebol Masculino/2014.

Público alvo: População em geral, Instituições de Segurança Publica e os Profissionais de segurança pública.

Estratégias utilizadas para implementação: Definição do conceito de Centro de Comando e Controle através de reuniões técnicas entre integrantes da SENASP, especialistas nas áreas de operações, tecnologia e inteligência dos Estados que sediarão jogos da Copa do Mundo de futebol Masculino FIFA 2014 e membros da Policia Rodoviária Federal e Policia Federal. Aprovação, adesão e apoio das Secretarias de Segurança Pública (ou Defesa Social) dos Estados sedes da Copa 2014, representados pelo Presidente do Conselho de Secretários de Segurança Publica. Aprovação, adesão e apoio da alta direção das Instituições Policiais responsáveis pela Segurança Pública durante os eventos da Copa 2014, representados pelos Presidentes da Co-

missão Especial de Segurança Publica, do Conselho Nacional de Chefes de Policia Civil, do Conselho Nacional de Comandantes Gerais das Policias Militares e Corpos de Bombeiros Militares; **c**ursos técnicos realizados com membros dos Estados que sediarão jogos da Copa, junto a Guarda Costeira Americana, sobre Sistemas de Comandos de Incidentes (ICS). Formalização dos convênios e planos de trabalho para a cooperação e integração das Instituições Policiais; desenho de processos integrados para a implantação de um modelo lógico de gestão, operação e cooperação entre as Instituições Policiais; desenvolvimento ou re-uso de sistemas de inteligência de última geração com capacidade de interoperabilidade entre as Instituições Policiais; criação de um programa de desenvolvimento de competências para a formação e retenção de equipes de alto desempenho nos centros de comando e controle; alocação de recursos humanos, financeiros, logísticos e tecnológicos necessários para iniciação, planejamento, execução, controle e encerramento do projeto.

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**: Os mecanismos de acompanhamento, monitoramento, avaliação e entrega do projeto incluirão todos os processos de engenharia de produtos do modelo de referência CMMI-DEV: desenvolvimento de requisitos; pesquisa e avaliação de soluções de mercado; arquitetura da solução; conceito operacional; desenvolvimento da solução técnica; projetos executivos; análise de fazer ou comprar; estimativas de custos; desenvolvimento do pacote de documentos de aquisição; gerenciamento integrado do projeto; gerenciamento da configuração; garantia da qualidade, capacitação dos usuários, visando o cumprimento das seguintes metas: implantar 02 Centros Nacionais (01 backup), implantar 12 Centros Regionais, implantar 12 Centros Locais, desenvolver 36 Centros Móveis, capacitar 4000 profissionais/policiais; garantir a qualidade dos serviços dos Centros.

Resultado geral do projeto: A efetiva implantação dos Centros de Comando e Controle trará como resultado geral para o sistema de segurança pública do País uma maior e melhor integração das ações realizadas pelas forças policiais incumbidas

regimentalmente do combate a criminalidade, acarretando benefícios inequívocos para o cidadão, para o Governo e para as Instituições de segurança, no que tange a: acesso simplificado e recebimento de serviços de segurança pública de alta qualidade, totalmente baseados em tecnologias digitais; fornecimento de serviços de segurança pública de alta qualidade, baseados em tecnologias digitais; melhoria no conceito e no valor do Governo e das Instituições de Segurança Pública, com decisões rápidas e pronta resposta às demandas sociais; uso de tecnologias digitais para transformar as operações e melhorar a efetividade, a eficiência e a entrega dos serviços de segurança pública; alinhamento e integração das estratégias corporativas, do modelo operacional, das capacidades organizacionais e dos ambientes tecnológicos das Instituições de Segurança Pública; definição de funções chaves por meio de um conjunto de modelos operacionais e padrões tecnológicos comuns para as Instituições de Segurança Pública; identificação das oportunidades de re-uso e re-desenvolvimento de ativos, sistemas e soluções tecnológicas para as Instituições de Segurança Pública; efetividade dos gastos com tecnologia da informação e comunicação, substancial economia de custos e melhoria na entrega de serviços aos cidadãos.

	Nome do Projeto/Ação: **Orientações Unificadas de Procedimentos de Segurança Pública em Eventos Esportivos**
	Área Responsável pela Implementação: **Câmara Técnica de Combate à Intolerância Esportiva do Departamento de Política, Programas e Projetos (DEPRO)**

Objetivos do projeto: Fornecer serviços de segurança pública de alta qualidade e em nível de excelência aos torcedores em geral baseados em tecnologias digitais; elevar o conceito social e o valor do Governo e das Instituições de Segurança Pública, com decisões rápidas e pronta resposta às demandas sociais por Segurança Pública; habilitar as Instituições de Segurança Pública e conduzir operações em rede em rede integrada, compartilhar informações e atuar num ambiente de colaboração e interoperabilidade.

Públicos alvo: Agentes da Segurança Pública e torcedores em geral.

Estratégias utilizadas para implementação: as estratégias de implementação relacionam-se com os seguintes quesitos: áreas de estacionamento para outros veículos oficiais; áreas de estacionamento para veículos das delegações; áreas de estacionamento para veículos do grande público; áreas de estacionamento para veículos das torcidas organizadas e torcedores visitantes; áreas de estacionamento para veículos da imprensa; áreas de estacionamento para veículos especiais; controle das vias de acesso para garantir a organização, orientação e segurança do fluxo de torcedores e veículos (ação conjunta com o poder executivo municipal); vias especiais para trânsito de veículos de emergência (ação conjunta com o poder executivo municipal); terminais de embarque de transportes públicos; linhas de ônibus/metrô problemáticas e com possibilidade de confrontos entre torcedores de equipes adversárias; fechamen-

to das vias para separação de torcidas; locais de hospedagem (concentração) das equipes; escoltas de torcidas até o estádio (ação conjunta de monitoramento com a Polícia Rodoviária Federal); recepção, contenção e acompanhamento da torcida adversária ao interior do estádio; escolta das delegações até o estádio; locais conhecidos de concentração de torcedores; auxílio na organização e direcionamento de torcedores, evitando tumultos e invasões; atitude expectante visando prevenir o cometimento de infrações penais e intimidando a atuação de "flanelinhas" e cambistas; interditar o local por incompatibilização com as proporções do Espetáculo Público; restringir o número de ingressos colocados à disposição do público em níveis compatíveis com as vias de acesso e a área periférica; atentar para as áreas de Bilheterias, visando mediar conflitos e manter a segurança ostensiva nas proximidades a fim de evitar crimes; contatar os responsáveis pelo recolhimento e transporte de valores das bilheterias a fim que não coloquem em risco a segurança do público no evento; acertar com o clube mandante a localização das grades a fim de permitir e organizar o fluxo de torcedores (orienta-se que os gradis sejam de difícil manuseio para evitar seu manuseio). Todos os locais, para todas as ocasiões, devem ter uma divisão, para fins de policiamento, por setores. Os setores serão determinados nos planos pelo Estado Maior da OPM e terão comandantes responsáveis pelo seu policiamento; um setor abrangerá vários postos, reunidos por critérios de proximidade física ou por missões afins. Os postos efetivos são os fixados, conforme estudo válido para todos os espetáculos. Os postos efetivos serão determinados conforme a classificação do espetáculo, de modo que o espetáculo considerado "médio" compreenderá os postos do espetáculo considerado "pequeno" mais os seus postos, o mesmo acontecendo com o espetáculo considerado "grande", que compreenderá os postos dos espetáculos menores anteriores, mais os seus postos; um mesmo posto, que requeira determinado efetivo num determinado espetáculo, em outro poderá necessitar de efetivo maior, em razão da peculiaridade deste. Os postos de momento são aqueles não previstos para determinado espetáculo, mas que devido às circunstâncias fazem-se necessários seu estabelecimento, a crité-

rio do comandante desse setor, e usando de efetivo reserva, fará a cobertura deste posto para a maior eficácia do policiamento, dando sempre ciência imediata ao comandante do evento.

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**: Acompanhamento *in loco* e através das imagens produzidas pelas mídias e internet depois dos campeonatos e das comunicações relatadas pela inteligência das secretarias de segurança depois dos jogos.

Resultado geral da ação: A disseminação do conhecimento específico do que é intolerância esportiva, seus atores, causas e reações é de suma importância para que o policial civil cumpra eficazmente as suas atividades específicas, de analise, investigação e repressão dos delitos praticados em razão do fanatismo ligado ao esporte; a especificidade das atividades de polícia em evento esportivo e de massa exigirá da Polícia Civil, recursos humanos e materiais condizentes para qualificar o processamento e a investigação de delitos, envolvendo grande número de pessoas o policial civil deverá ter conhecimentos básicos sobre psicologia de massa, linguagem verbal e não-verbal, polícia comunitária, mediação de conflitos, uso de armamento menos letal e policiamento em casos de distúrbio de massa, entre outros, para desenvolver suas atribuições; os conhecimentos apontados acima possibilitarão aos policiais civis, em grandes eventos, avaliar os riscos envolvidos nas partidas, dentro e fora dos recintos esportivos, como também para que proceda a correta indicação da classificação dos jogos, em relação ao potencial de risco, podendo à partir do critério estabelecido, planejar os recursos empregados e as medidas de inteligência a serem utilizados no caso específico. Portanto é imprescindível que todos os policiais civis tenham uma capacitação anterior ou concomitante ao desenvolvimento do projeto de construção das unidades especializadas de polícia judiciária em eventos esportivos. Quanto aos preparativos para eventos internacionais que ocorrerão no Brasil, quais sejam: Jogos Mundiais Militares, Copa das Confederações, Copa do Mundo de Futebol, Olimpía-

das e Para-Olimpíadas, além da capacitação apontada acima os policiais civis deverão ter fluência em línguas estrangeiras, bem como, capacitação na doutrina de inteligência, no sentido de formar conhecimento sobre quem são os personagens envolvidos, seus países e suas histórias, visando permitir o estabelecimento de um plano de segurança mais adequado, principalmente, quando se tem como base, o histórico e o acompanhamento dos conflitos mundiais, suas repercussões e ramificações. Apesar da atribuição da Polícia Federal na investigação de atentados terroristas, deve-se ter em conta que a Polícia Civil deverá manter cadastro de pessoas referente a grupos intolerantes.

	Nome do Projeto/Ação: **Projeto de Capacitação para a Copa e Olimpíadas e Encontro de Gestores de Ensino**
	Área Responsável pela Implementação:
	Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública (DEPAID)

Objetivo do projeto: Realização de capacitações por meio das Instituições de Ensino em Segurança Pública (IESP), com o apoio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), que apoiará de forma direta (pagamento de diárias, passagens e hora-aula nos cursos de Multiplicador e Especialista) e indireta (celebração de convênios). O projeto busca fortalecer as IESP, pois se pretende investir em suas estruturas, além de aumentar os investimentos nos projetos de educação já implementados pela SENASP (Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP; Rede de Ensino a Distância - REDE EAD; Matriz Curricular Nacional; e Formação de Formadores). Para mapear as condições em que se encontram as IESP, principalmente para adequá-las as exigências do Ministério da Educação, a SENASP criou o *Programa de Construção de Padrões de Qualidade das Instituições de Ensino em Segurança Pública (PCPQ).*

Público alvo: Gestores do Ensino nas Instituições: Dire-

tores de Ensino, Comandantes e Diretores das Instituições de Ensino em Segurança Pública (IESP) e Coordenadores Pedagógicos destas escolas. Também participaram deste evento os Gestores de Convênio das Secretarias de Segurança Pública e a Polícia Federal. Os participantes sugeriram mais de 88 temáticas de cursos a serem desenvolvidos pelas Polícias Militar e Civil, e Corpos de Bombeiros Militar.

Estratégias utilizadas para implementação: O Projeto baseia-se em quatro premissas: Participação, Solidez, Exequibilidade e continuidade. A realização de parcerias com Organismos Internacionais, principalmente com algumas Embaixadas, tem rendido ótimos frutos. Até o final de 2010 acontecerão sete cursos com a Embaixada dos Estados Unidos e um curso com a Embaixada da Espanha, todos com foco na Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016. Em Maio já aconteceram os *Cursos de Sistema de Comando Incidentes: ICS 100/210 e ICS 300*, ministrados por Oficiais da Guarda Costeira dos Estados Unidos. O Sistema de Comando de Incidentes, do inglês *Incidentt Command System*, foi originalmente desenvolvido na década de 70 nos EUA e consiste na proposta de uma metodologia para coordenar as ações de diferentes órgãos e jurisdições de maneira articulada e eficiente quando do acontecimento de um incidente. Nesta turma foram capacitados Policiais Militares, Bombeiros Militares e Delegados da Polícia Federal. Seguindo a parceria com a Embaixada dos Estados Unidos, em agosto ocorreu o *Curso de Segurança em Grandes Eventos*. O Curso foi promovido pelo Departamento de Segurança Diplomática da embaixada e contou com instrutores do FBI. O conteúdo abordou os objetivos, equipamentos e recursos necessários para assegurar o planejamento, treinamento e recursos necessários para analisar e compreender os princípios inerentes ao planejamento e gerenciamento de segurança de um grande evento. Neste curso estiveram presentes profissionais de Segurança Pública das seguintes Unidades Federativas: RS, CE, RN, RJ, SP, AM e DF. A Polícia Federal também participou com Delegados e Agentes de Polícia Federal, assim como a Policia Rodoviária Federal com um representante. Foram capacitados 18 profissionais. Em Setembro

realizamos com a Embaixada da Espanha o *Curso de Técnicas de Intervenção em Eventos Desportivos.* Este curso foi desenvolvido a partir de uma construção em conjunto da Coordenação-Geral de Ensino da SENASP com a Embaixada da Espanha, baseando-se nas necessidades dos profissionais de Segurança Pública do Brasil. O curso buscou fornecer aos envolvidos no planejamento, uma metodologia operacional para a implementação de um grande evento bem sucedido. A experiência da Espanha em eventos como a Copa do Rei e a final da Champions League é muito importante e possibilitaram uma troca de conhecimentos entre os nossos Profissionais de Segurança Pública e os Instrutores do Corpo Nacional de Polícia da Espanha. Eles atuam nas Unidades de Intervenção Policial (UIP) daquele País. As UIP são responsáveis pela segurança dos grandes eventos desportivos e atuam principalmente neste tipo de evento e em manifestações sociais a fim de manter a Ordem Pública. Fazendo uma relação com nossas polícias, as UIP são Espécies de Batalhões de Operações Especiais ou Batalhões de Choque, dependendo do Estado Brasileiro a nomenclatura varia. Participaram Oficiais da Polícia Militar e Delegados da Polícia Civil das 12 Unidades Federativas que estarão envolvidas na Copa do Mundo e nas Olimpíadas 2016 (AM, BA, CE, DF, MG, MT, PE, PR, RJ, RN, RS e SP). Além destes, participaram um Delegado de Polícia Federal e um Agente de Polícia Rodoviária Federal. Outros 4 cursos com a Embaixada dos Estados Unidos, todos ministrados pela Guarda Costeira Americana e com foco na doutrina do Sistema de Comando de Incidentes, estarão acontecendo até o final do ano. Em outubro dois Cursos: *Centro de Operações de Emergência – "EOC" (COE) e o Sistema de Comando de Incidentes – Módulo "ICS 341".* O primeiro curso descreve o papel, o projeto e as funções de um COE e sua relação com os componentes de um sistema de coordenação multiagência. O curso traz exemplos de desastres, atividades e estudos de casos relacionados aos COE nos níveis local, estadual e federal. O segundo curso trabalha o planejamento da resposta de incidente, enquanto o EOC ensina a organizar um centro de operações de emergência, cenário em que a resposta é planejada e organizada com a presença de várias agências/setores, dependendo do incidente em questão.

Para freqüentar estes cursos os participantes devem possuir as formações ICS 100/210 e 300. Em novembro, para finalizar o ano letivo de cursos com Organismos Internacionais, acontece mais uma edição dos Cursos: ICS 100/210 e ICS 300. Até a realização da Copa de 2014 e Olimpíadas 2016 estão previstas uma série de ações de capacitação, todas com o objetivo principal de qualificar nossos Profissionais de Segurança Pública, proporcionando as melhores condições para atuação nos dois grandes eventos esportivos.

Resultado geral da ação: Até a realização da Copa de 2014 e Olimpíadas 2016 estão previstas uma série de ações de capacitação, todas com o objetivo principal de qualificar nossos Profissionais de Segurança Pública, proporcionando as melhores condições para atuação nos dois grandes eventos esportivos.

Capítulo 10

MUNICÍPIOS E SEGURANÇA PÚBLICA

MUNICÍPIOS E SEGURANÇA PÚBLICA

Os municípios colaborarão em atividades suplementares de prevenção à violência e à criminalidade e na implementação cooperativa das políticas de segurança pública com cidadania dos entes federados. A integração e a coordenação dos órgãos que compõem o SUSP dar-se-ão nos limites de suas respectivas competências, por meio de ações e operações planejadas e executadas em equipe; aceitação mútua dos registros de ocorrências e dos procedimentos apuratórios; compartilhamento de informações; e intercâmbio de conhecimentos técnicos e científicos. Serão criados conselhos de segurança pública no âmbito federal, regional e dos demais entes federativos, contando os mesmos, em todos os casos, com representantes da sociedade civil. É importante garantir a participação da sociedade civil nos conselhos, tal como é garantido nos conselhos vinculados a outras políticas públicas e é preciso fomentar a participação dos municípios na implementação da política nacional de segurança pública. Poderão ser criados conselhos comunitários de segurança pública, no âmbito das subdivisões territorias adotadas em cada município, com a finalidade de integrar a sociedade nas ações de segurança pública e promover o conceito de polícia comunitária. Serão constituídos gabinetes de gestão integrada encarregados da implementação das políticas estabelecidas pelos Conselhos de Segurança Pública, no âmbito nacional, regional, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, os quais se nortearão pelos principios e diretrizes do SUSP.

	Nome do Projeto/Ação: **Criação do Conselho Nacional dos Secretários e Gestores Municipais de Segurança (CONSEMS)**
	Área Responsável pela Implementação: **Coordenação Geral de Ações de Prevenção em Segurança Pública do Departamento de Políticas, Programas e Projetos**

Objetivo do projeto: apoiar a estruturação de um Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança (CONSEMS), com objetivo de que este, a partir da discussão e implementação de políticas públicas de âmbito local, voltadas a prevenção da violência e da criminalidade nas cidades, ocupem espaços nacionais de discussão sobre o tema da Segurança Pública, fortalecendo e institucionalizando a participação dos municípios no Sistema Único de Segurança Pública – SUSP.

Público alvo: Secretários e gestores municipais de segurança pública.

Estratégias utilizadas para implementação: articulação com secretários e gestores municipais de segurança, realização de reuniões nacionais, realização de debates, formação dos secretários e gestores municipais por meio da realização de reuniões, seminários e encontros, e a participação de um trabalho, reflexão e articulação efetiva dos secretários e gestores entre eles e também com os demais profissionais da segurança pública.

Mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação: grupo de discussão na Internet, contatos telefônicos e eletrônicos e pessoais.

Resultado geral do projeto: realização do Seminário Na-

cional dos Municípios no Sistema Único de Segurança Pública, participação dos secretários e gestores municipais no Fórum Brasileiro de Segurança Pública e realização de reunião da coordenação nacional para acompanhamento do planejamento estratégico do CONSEMS e preparação da eleição da próxima eleição da Coordenação Nacional. Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais registrado em cartório e participando do Conselho Nacional de Segurança Pública – CONASP.

	Nome do Projeto/Ação: **Modernização das Guardas Municipais**
	Área Responsável pela Implementação: **Coordenação Geral de Ações de Prevenção em Segurança Pública do Departamento de Políticas, Programas e Projetos**

Objetivo do projeto: apoiar a modernização das instituições da Guarda Municipal através do aporte de recursos para a aquisição de equipamentos permanentes e de consumo tais como: veículos, equipamentos de proteção individual, fardamentos, móveis, equipamentos de comunicação e de informática para que esses profissionais possam exercer suas atividades com eficiência e eficácia, nos moldes da filosofia preventiva e de atuação comunitária.

Público alvo: Profissionais das Guardas Municipais.

Estratégias utilizadas para implementação: repasse de recursos via convênio para o apoio a projetos de reaparelhamento para a melhoria das condições de trabalho dos profissionais; criação do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública para fomentar as discussões sobre o papel da Guarda Municipal; realização de Seminários para o debate sobre temas relativos ao eixo temático da prevenção e sua articulação com as atividades em âmbito local. Importante ressaltar que, as áreas de responsabilidade da Polícia Militar devem ser respeitadas, ou seja: Não são contemplados projetos que, por exemplo, forneçam armamento letal ou ainda equipamentos próprios para tropas especiais (controle de distúrbios) ou dentre outros, resgate de reféns.

Mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação: relatórios trimestrais de execução física e financeira e visitas *in loco*.

Resultado geral do projeto: abre-se, anualmente, prazo para a apresentação de projetos por parte dos municípios que tem de atender aos requisitos legais propostos pela SENASP e pela CGPSP. Projetos e seminários apoiados.

Capítulo 11

DIRETRIZES

DIRETRIZES

Diretrizes são as orientações gerais da técnica policial. Aqui estão algumas linhas de ação relacionadas ao "como agir" e "quem deve agir" em determinado tipo de ação, bem como cria-se uma doutrina em áreas onde antes somente havia o acúmulo de experiência.

	Nome do Projeto/Ação: **Doutrina Nacional de Policiamento com Motos / Prevenção**
	Área Responsável pela Implementação:
	Coordenação Geral de Ações de Prevenção em Segurança Pública do Departamento de Políticas, Programas e Projetos

Objetivo do projeto: O cometimento de crimes nos conglomerados urbanos do país passa por constantes e significativas mudanças, surgindo novas fronteiras relacionadas ao aperfeiçoamento dos órgãos de segurança pública, no que tange a prevenção do delito e aplicação de técnicas, tecnologias e planejamentos estratégicos adequados às novas realidades, sempre respaldados na defesa dos direitos da pessoa humana, tratados, convenções, princípios e códigos internacionais de uso da força.

Destacamos que atualmente no Brasil, não existem dados oficiais consolidados sobre as estatísticas dos crimes cometidos por indivíduos conduzindo motocicletas, haja vista que a maioria dos órgãos de segurança pública registram os dados conforme a natureza das ocorrências, mesmo assim, verifica-se que é uma realidade na maioria dos conglomerados urbanos do país.

Para exemplificar, no Estado de São Paulo, num levantamento feito pelo Departamento de Polícia Judiciária da Capital (Decap), constatou-se que 61,5% dos 15 mil casos de crimes contra o patrimônio cometidos nas regiões oeste e central e em parte da zona sul da cidade, tiveram a participação de motociclistas. O mapeamento considerou os meses de novembro e dezembro de 2006 e janeiro de 2007. Em 9.225 dos casos de roubos e furtos, os criminosos utilizaram motocicletas para cometimento do crime e respectiva fuga. No Estado do Rio de Janeiro nos anos de 2008 e 2009, cerca de 34,4% dos roubos a pessoa, foram praticadas por indivíduos utilizando motocicletas.

No Brasil, nos períodos compreendidos entre 1995 a 2008, houve um crescimento acentuado na quantidade de mo-

tocicletas nos municípios, em especial nas regiões conturbadas, subindo de aproximadamente 2,8 milhões para 12 milhões de unidade; no mesmo período, o número de automóveis passou de 18 milhões para 32 milhões de unidades, trazendo reflexos imediatos, como estrangulamento do trânsito e grande dificuldade de acesso, potencializando o cometimento de crimes com emprego de motocicletas, como: roubos, furtos, homicídios tentados e consumados, dentre outros, exigindo estratégias diferenciadas para dinamizar a prevenção desses e outras modalidades delituosas.

Aliado ao número crescente de motocicletas e veículos automotores, estrangulamento do trânsito e grande dificuldade de acesso, tráfego e mobilidade nas regiões metropolitanas, as incidências criminais tem afetado sobremaneira as pessoas, em especial os crimes cometidos com emprego de motocicletas e auxilio de passageiro (garupa). Rotina em vários municípios brasileiros, exigindo novas estratégias dos encarregados de aplicar a lei para prevenção desses delitos;

Nesse foco, especialistas se reuniram na cidade de João Pessoa – PB em outubro de 2009 para realização do I Simpósio Nacional de Motopatrulhamento Policial, evento organizado pela Polícia Militar da Paraíba, dando início a construção de uma diretriz nacional sobre o assunto, sendo definidos nesse evento, orientações gerais sobre as características mínimas de motocicletas, equipamentos, treinamento e procedimentos operacionais, voltados ao policiamento com motos.

Vislumbrando a necessidade de aprofundar as discussões a cerca do tema, concatenado com a idéia dos Gabinetes de Gestão Integrada, a Secretaria Nacional de Segurança Pública realizou em maio de 2010, o III Fórum Nacional dos Gabinetes de Gestão Integrada – GGI na cidade de Belém - PA, com a participação de vários especialistas com intuito de compor um Grupo de Trabalho para criação de uma Doutrina Nacional sobre Policiamento com Motos, onde estiveram imbuídos em avaliar e sugerir mecanismos eficientes e eficazes sobre prevenção com emprego de motocicletas.

Com base nas discussões realizadas no ano de 2009

e recentemente no III Fórum Nacional dos GGIs, foi elaborado um relatório contendo várias recomendações sobre o assunto, em especial, no que se refere a necessidade de ser fomentado a aquisição de motocicletas para emprego na prevenção a criminalidade; características essenciais das motocicletas a serem utilizadas; acessórios indispensáveis a serem adaptadas nessas motocicletas; capacitação, treinamento; procedimento operacional; armamentos e equipamentos de segurança individual, dentre outras recomendações, que já se encontram em fase de execução no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Público alvo: Profissionais de segurança pública e sociedade.

Estratégias utilizadas para implementação: início de induções expressivas no que concerne a treinamento, capacitação e disponibilização de procedimentos operacionais padrão aos Estados; **c**adastro nacional de professores especialistas na área de prevenção com emprego de motocicletas; cursos de Nivelamento de Conhecimento aos professores; **e**ncaminhamento do Relatório realizado pelo GT a todos os Secretários de Estado de Segurança Pública e Comandantes Gerais das Policiais e Bombeiros Militares, em ocasiões dos Encontros dos Secretários e CNCG ocorridos na cidade de Foz do Iguaçu - PR e Natal - RN em 2010 respectivamente. Visando demonstrar às autoridades Estaduais a importância das implementações nessa área; induções através de aquisições diretas e/ou celebração de convênios para estruturação das unidades ordinárias, unidades de apoio e policiamento rodoviário nos Estados, conforme orientações do GT, em curto, médio e longo prazo, visando dar uma nova orientação na prevenção à criminalidade com emprego de motocicletas; **i**nvestimento da SENASP/MJ através do Fundo Nacional de Segurança Pública até dezembro de 2010, de no mínimo R$ 23.5000.000,00 em todos Estados da Federação; assinatura de Termos de Cooperação Federativa entre Estados e Ministério da Justiça, visando traçar diretrizes para emprego operacional,

doutrina, treinamento, capacitação e reaparelhamento; pesquisas a serem realizadas em conjunto com instituições públicas e/ou privadas com intuito de prevenir as patologias advindas do trabalho com motocicletas nas Corporações; pesquisas em conjunto com instituições publicas e/ou privadas para desenvolvimento de uniformes especificamente projetados para atividade com motocicletas, com custos acessíveis e desenvolvimento tecnológico adequado às necessidades das Corporações e peculiaridades de cada região do país; induzir os órgãos de segurança pública para criação de RAS (Redes de Apoio a Segurança) com integrantes de moto clubes, moto taxistas, motoboys, sindicatos, dentre outros, visando potencializar a capilaridade de coleta de dados e informações, aumentando-se a colaboração entre Polícia e Comunidade; mensuração estatística dos crimes cometidos por motociclistas, haja vista que não existem dados consolidados sobre esses índices no Brasil, através dos Departamentos da SENASP/MJ e Secretarias Estaduais de Segurança Pública; inserção dos Corpos de Bombeiros Militares nas discussões atinentes ao uso de motocicletas em suas açoes, haja vista que isso já ocorre em vários Estados, a exemplo do Projeto "Motolância" do Ministério da Saúde para padronização das ações do SAMU; propor em conjunto com os órgãos competentes a adoção de mecanismos eficientes para identificação das motocicletas, visando dificultar a sua utilização no cometimento de crimes; realização do II Simpósio Nacional de Policiamento e Resgate com Motocicletas no ano de 2010 / 2011 custeado pela SENASP, visando discutir as ações implementadas, realinhamento das propostas e aprofundar as discussões sobre o material produzido aos especialistas das Polícias Militares, Rodoviária Federal, Bombeiros Militares e Guardas Municipais, e ainda, propiciar a padronização de procedimentos operacionais destinadas às unidades de policiamento ostensivo de recobrimento ou apoio, policiamento rodoviário e resgate; após a realização do II Simpósio, confecção 1ª Edição da Doutrina Nacional de Policiamento e resgate com Motos, a ser difundida em todos os órgãos de segurança pública do país.

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**: Através da celebração de convênios de cooperação, será firmado as diretrizes de acompanhamento, monitoramento e avaliação, através de visitas em todos os Estados, analise de resultados, produção trimestral de relatórios consistentes sobre o assunto, analise dos dados pelos Departamentos específicos da SENASP e várias outras ações visando avaliar criteriosamente os investimentos públicos realizados.

Resultado geral da ação: a ação já está sendo implementada, com perspectivas de alcance em todos Estados da Federação, através das estratégias descritas anteriormente. Várias outras demandas devem ser aprofundadas a partir de 2011, vislumbrando investimentos expressivos até o ano 2016, com intuito de aperfeiçoar os órgãos de segurança publica para os desafios atinentes a mobilidade urbana e prevenção qualificada nos Estados e também nos Grandes Eventos Internacionais que ocorreram a partir do próximo ano, a exemplo dos Jogos Mundiais Militares no Rio de Janeiro, Copa das Confederações, Copa do Mundo, Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. A SENASP deu inicio as tratativas mais aprofundadas sobre o tema, a partir do ano de 2010, com foco bem mais amplo do que apenas doação de equipamentos e viaturas, de sorte que várias ações já estão sendo implementadas, conforme já descrito anteriormente e necessita de continuidade a partir do ano de 2011 para que os investimentos públicos tenham resultados expressivos na prevenção e redução da criminalidade nos municípios brasileiros, seja nas regiões conturbadas ou nos rincões do país, no denominado "Brasil profundo".

	Nome do Projeto/Ação: **Padronização Operacional em ocorrências de Crise – Seqüestro**
	Área Responsável pela Implementação: **Departamento de Políticas Programas e Projetos (DEPRO)**

Objetivo do projeto: O tema Padronização Operacional em Ocorrências de Crise, em especial o delito de seqüestro, é de extrema importância para o desempenho contemporâneo da atividade policial, já que define e limita as atribuições operacionais das forças de segurança pública do país. Neste novo contexto, a Polícia Militar, a Polícia Civil, o Corpo de Bombeiros, a Perícia Forense e a Guarda Municipal exercem atribuições distintas mas com integração quanto ao contexto da resolução da ocorrência de crise. Significa que serão definidas as atribuições de cada ente de segurança pública, com base nos preceitos normativos pátrios e na doutrina policial, promovendo uma maior agilidade no desfecho da ocorrência, minimizando-se os riscos e objetivando o sucesso na operação.

Público alvo: Profissionais de segurança pública e sociedade.

Estratégias utilizadas para implementação: Estrito cumprimento da legislação em vigor bem como investir em treinamento e capacitação aos profissionais de segurança pública.

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação**: Tanto a SENASP e seus departamentos como as Secretarias de Segurança Pública dos Estados têm acompanhado os desfechos de algumas ocorrências envolvendo reféns, as quais nem sempre são solucionadas de uma forma planejada e estruturada operacionalmente.

Tais acompanhamentos embasaram a criação do presente

estudo, voltado para a padronização de atendimento, as quais as Secretarias de Segurança Pública, em todo país, busquem acompanhar os preceitos oriundos desta doutrina, baseada nas atribuições de cada ente de segurança pública, previstos no art. 144 da Constituição Federal. Importante frisar que os entes federados, em especial os Estados e o Distrito Federal, passem a regular o presente tema através de seus ordenamentos e de seus entes de segurança, em conformidade com o que está definido neste trabalho.

Resultado geral da ação: A ação está em fase de implantação, de acordo com o que foi amplamente debatido e descrito no Relatório do Grupo do Trabalho III do 2º Fórum do GGI: *Integração de Doutrinas, Táticas e Recursos, envolvendo Gerenciamento de Crises com Reféns,* em agosto de 2009, em São Luis do Maranhão. Naquela oportunidade foram traçados algumas metas a serem atingidas:

a. Atendimento qualificado, eficiente e eficaz, voltado para a solução integrada das ocorrências envolvendo gerenciamento de crises com reféns, ficando sob a responsabilidade das Polícias Militares, aquelas com reféns localizados, e sob a responsabilidade das Polícias Civis, as com reféns não localizados, mesmo que, neste caso, excepcionalmente, ela se torne com refém localizado (mediante investigação). Ressalvando as competências privativas da Polícia Federal;
b. Padronizar o emprego das técnicas e tecnologias, no atendimento e gerenciamento das ocorrências de crises, com reféns localizados e não localizados;
c. Adquirir e dotar as unidades responsáveis pelo atendimento a ocorrências envolvendo reféns, de estrutura mínima - estrutura física para treinamento e capacitação – equipamentos, armamentos e transporte; d) Implementar uma política de difusão das técnicas voltadas ao primeiro atendimento de ocorrências envolvendo reféns.

A SENASP, de forma clara e sucinta, expõe a definição de

alguns conceitos importantes e seus respectivos procedimentos:

Crise: São eventos cruciais por envolver situações de elevado risco de vida das partes envolvidas; exige uma atuação de estruturas (pessoal e material) e técnicas especializadas em face da complexidade das ações a serem implementadas; é uma ação de competência exclusiva da polícia, uma vez que se tratam de violações da ordem pública, não se admitindo a participação no nível técnico de pessoas não policiais; com uma solução aceitável sob o aspecto ético, moral e legal, ou seja, necessita de um encaminhamento dentro da legalidade e com observância aos preceitos acolhidos pelo senso comum.

São exemplos de crises:

a. Ocorrências com reféns;

b. Reintegrações de posse contra grupos organizados e resistentes ao cumprimento de ordem ou dispositivo legal;

c. Rebeliões ou motins em estabelecimentos penitenciários ou de cumprimento de medidas sócio-educativas;

d. Manifestações hostis das massas;

e. Tentativa de suicídio;

f. Cumprimentos de mandados judiciais que resultem em ações policias em locais de risco ou captura de criminosos de alta periculosidade com probabilidade de resistência armada a ação policial.

Gerenciamento de crises: É o processo de identificar, obter e aplicar os recursos necessários à antecipação, prevenção e gestão de uma crise. Tem como princípios fundamentais: Preservar Vidas e Aplicar a Lei, os quais balizam toda a ação policial e estão postos em ordem de prioridade.

Perpetrador: é o agente causador da crise. Por exemplo, num seqüestro, é o tomador de refém, o seqüestrador.

Hipóteses existentes e padronização de condutas:

a. Ocorrências com perpetrador e/ou vítimas em local certo e conhecido: a responsabilidade para gerenciar a crise é da Polícia Militar (preservação da ordem pública) com apoio das demais instituições de segurança públi-

ca, ressalvada a competência da Polícia Federal;

b. Ocorrências com perpetrador e/ou vítima em local incerto e desconhecido: a responsabilidade para gerenciar a crise é da Polícia Civil (ação de investigação) com apoio das demais instituições de segurança pública, ressalvada a competência da Polícia Federal.

Em toda ocorrência de crise, em qualquer dos casos acima, deverão ser observados e regulados pelos entes de segurança pública, a existência de:

a. Unidade de Comando e Comando da Operação;

b. Delimitação de Perímetro, em todos os seus níveis, com apoio dos demais entes de segurança pública;

c. Posto de Comando;

d. Definição de Negociador, devidamente qualificado para a atribuição;

e. Plano de Emergência, com apoio do Corpo de Bombeiros, se possível;

f. Critérios de Ação;

g. Grupo Tático (seja da Polícia Militar ou da Polícia Civil, sob responsabilidade do comandante/chefe da operação, optando sempre pela melhor especificidade e qualificação;

h. Alta-Gestão, assessorados pela Gestão Técnica e de Inteligência;

i. Assessoria de Imprensa.

	Nome do Projeto/Ação: **Sistema de Comando de Incidentes (parceria com a Embaixada dos Estados Unidos)**
	Área Responsável pela Implementação:
	Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública (DEPAID) e Embaixada dos Estados Unidos no Brasil

Objetivo do projeto: O curso visa capacitar profissionais para coordenar as ações de diferentes órgãos e jurisdições de maneira articulada e eficiente quando do acontecimento de um incidente. Esta atividade é o resultado de uma parceria firmada entre a SENASP e a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil com o objetivo de realizar inúmeras capacitações nas mais diversas temáticas, com foco na preparação para a Copa e Olimpíadas.

Público alvo: Participantes das 12 cidades-sede para a Copa do Mundo 2014, com representação das Polícias Militares, Bombeiros Militares e Polícias Civis dos Estados e da Polícia Federal.

Estratégias utilizadas para implementação: O Curso é fruto de uma doutrina desenvolvida pela Guarda Costeira Americana e é dividido em duas partes: na primeira semana o curso denominado ICS 100/210 e na segunda o ICS 300, com instrutores Norte-Americanos.

Resultado geral da ação: O curso visa capacitar profissionais para coordenar as ações de diferentes órgãos e jurisdições de maneira articulada e eficiente quando do acontecimento de um incidente.

	Nome do Projeto/Ação: **Canis das Unidades da Federação**
	Área Responsável pela Implementação: **Projeto Segurança Cidadã e Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública (DEPAID)**

Objetivo do projeto: A utilização do cão como suporte para operações policiais é legitimada por intermédio de protocolos sobre o "Uso da Força e Armas de Fogo" (ONU), além de ser instrumento fundamental quando no apoio às operações de busca e salvamento de pessoas. Para o aprimoramento dos canis das forças de segurança brasileiras foi feita a contratação de consultoria especializada para mapeamento das condições dos canis em 12 Unidades da Federação com vistas a elaborar uma política de canis no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública. A Secretaria Nacional de Segurança Pública, na ocasião dos Jogos Pan-Americanos em 2007, realizou treinamentos para cães e adestradores para atuação nos jogos. A utilização de cães no auxílio da atividade de segurança pública não é novidade e ocorre em razão da questão do olfato - um cão pode farejar criminosos, drogas, armas e bombas em situações em que um oficial humano levaria muito mais tempo fazer e com um risco também maior-, da agilidade e da mobilização de pessoas. A SENASP tem interesse em dar continuidade às capacitações, como também de conceber uma política para os canis no âmbito do Sistema único de Segurança Pública. Para tanto, é necessário mapear (por amostragem) os canis das Unidades da Federação, a fim de conhecer o que já está sendo desenvolvido no âmbito das instituições, fazer um levantamento de necessidades, elaborar diretrizes no sentido de integrar as políticas com vistas a implementar uma política nacional para Canis no Brasil.

Público alvo: População que freqüenta eventos que fazem parte do cotidiano dos grandes centros.

Estratégias utilizadas para implementação: Levantamento das condições dos canis em 12 Unidades da Federação. Realização de proposta de diretrizes para uma Política Nacional de Canis na Segurança Pública. Elaboração de Projeto Básico para captação de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação: O (a) consultor(a) deverá mapear canis das 12 Unidades da Federação (contemplando as Policiais Estaduais e Corpo de Bombeiros) a ser definido pela SENASP com vistas a identificar: 1. A estrutura dos canis: desde a estrutura física até as condições dos animais (quantidade e qualidade dos cães), apontando as necessidades para operacionalização do mesmo; 2. Levantamento das necessidades em termos de capacitação do adestrador e condições de saúde do animal. A partir desse mapeamento deverá realizar uma proposição de diretrizes para uma política de canis para segurança pública, criando inclusive parâmetros para a elaboração de Projetos para concorrer a recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Resultado geral da ação: Plano de Trabalho: o Plano deverá conter a metodologia a ser desenvolvida, roteiro básico a ser seguido (ou outros instrumentos a serem aplicados) e cronograma a ser cumprido dentro dos prazos estabelecidos pela SENASP. Relatórios Circunstanciados contendo: estado da arte dos canis, relatório fotográfico, condições dos animais (estágio etário até a formação para atuação) e necessidade de capacitação de acordo com a peculiaridade da Unidade da Federação. Proposta de Diretrizes para Política de Canis para Segurança Pública brasileira. Proposta de Projeto Básico para captação de recursos junto ao Fundo Nacional de Segurança Pública para ser utilizado pelas Unidades da Federação.

	Nome do Projeto/Ação: **Política Nacional de Emprego de Tropa Montada (a cavalo) no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública**
	Área Responsável pela Implementação: **Departamento de Pesquisa, Análise de Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública (DEPAID)**

Objetivo do projeto: Alguns tumultos e turbas que ocorreram por ocasião da Copa do Mundo de Futebol na África do Sul em 2010 poderiam ter sido evitados com a presença ostensivo-preventiva da tropa montada. O Policiamento Ostensivo Montado, que emprega o eqüino como processo de execução nas atividades de preservação da ordem pública, potencializa a característica PREVENTIVA das polícias militares, reduzindo-se as situações de atuação repressiva por parte dos integrantes da Instituição. Este processo de policiamento dispensa maiores provas de sua eficiência e eficácia, em face da utilização em países com histórico de ação terrorista e com a utilização de tecnologias das mais avançadas, a exemplo do Reino Unido, Estados Unidos, Espanha, Portugal, França, entre outros. Policiais a cavalo patrulham as ruas de Nova York e as ruas de Londres, duas das mais desenvolvidas metrópoles do mundo. É notória e imprescindível a necessidade de atuação da tropa montada em eventos realizados em estádios de futebol e em grandes eventos, onde a grande quantidade de público é fator de maior probabilidade de distúrbios e tumultos. A OSTENSIVIDADE que o eqüino empresta à atividade policial inibe a formação de turbas e o início de pequenos distúrbios que podem assumir proporções desastrosas. Aliada a outros fundamentos como: o IMPACTO PSICOLÓGICO e a atuação num terreno maior e com uma maior mobilidade, se comparadas com o policiamento a pé, a tropa montada se mostra como o efetivo ideal em eventos desta natureza para preservar a ordem na parte externa dos estádios de futebol, bem como sua utilização no interior destes em situações extremas de grave perturbação fora do controle das tropas

regulares. É interesse da SENASP, inserir no projeto de capacitação dos profissionais de Segurança Pública, uma política específica para os Regimentos e Esquadrões de Polícia Montada no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública.

Público alvo: Regimentos e esquadrões de Polícia Montada – Profissionais de Segurança Pública que atuam em grandes eventos públicos.

Estratégias utilizadas para implementação: O consultor deverá mapear os Regimentos e Esquadrões de Polícia Montada das 12 Unidades da Federação a serem definidos pela SENASP, com vistas a identificar: 1. Estrutura da Unidade de Tropa Montada: Baias (quantidade suficiente), plantel de animais (raça e quantidade), arreamento (tipos e quantidade), viaturas de transporte de animais (modelos, carrocerias, quantidade), viaturas de apoio operacional (modelos e quantidade), equipamento de comunicação (modelos e quantidade), equipamentos de proteção individual homem e cavalo (tipos e quantidades), ferradoria e correaria (existência e capacidade de produção); 2. Levantamento das necessidades para capacitação da tropa montada dentro de uma doutrina nacional (criação de escola única, funcionamento de cursos regulares em uma ou algumas Unidades da Federação, formação de corpo de instrutores, etc). A partir dessa diagnose, realizar uma proposição de Diretrizes para uma Política Nacional de Emprego da Tropa Montada na Segurança Pública, criando inclusive parâmetros para a elaboração de Projetos para concorrer a recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública.

Mecanismos de acompanhamento, **monitoramento e avaliação:** Plano de Trabalho: o Plano deverá conter a metodologia a ser desenvolvida, roteiro básico a ser seguido (ou outros instrumentos a serem aplicados) e cronograma a ser cumprido dentro dos prazos estabelecidos pela SENASP). Relatórios circunstanciados contendo: estado da arte das Unidades de Tropa Montada, relatório fotográfico, condições dos animais (faixa

etária, raça e quantidade disponível por perspectiva) e necessidade de capacitação do efetivo da Unidade, de acordo com a peculiaridade de cada Estado.

Resultado geral da ação: Apresentação de uma Proposta de Diretrizes para uma Política Nacional de Emprego da Tropa Montada na Segurança Pública e de uma Proposta de Projeto Básico para captação de recursos junto ao Fundo Nacional de Segurança Pública para ser utilizado pelas Unidades da Federação.

Secretaria Nacional
de Segurança Pública

Ministério
da Justiça